

BARREIRO,

ROTEIRO DAS MEMÓRIAS

da Resistência, do Trabalho e da Luta

Armando Sousa Teixeira

**BARREIRO, ROTEIRO DAS MEMÓRIAS DA
RESISTÊNCIA, DO TRABALHO E DA LUTA**

REGISTO TÉCNICO:

Capa e Contracapa: Catarina Cabrita fotografia Augusto Cabrita

Arranjo fotográfico: José Encarnação

Composição: Apolónia, Álvaro e Catarina Teixeira, Fátima Tereso, Ivone Antunes, Júlio Dias, Nuno Soares

Revisão: Nazaré Almeida

Nº de exemplares: 5

Data: Agosto de 2008

**Aos homens e mulheres que com honrada
dignidade e coragem, lutaram pelo pão,
combateram pela liberdade, e construiram
a revolução.**

ÍNDICE

- PREFÁCIO
- INTRODUÇÃO
- CAP. 1 – A IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA
- CAP. 2 – O GOLPE MILITAR DE MAIO 1926
- CAP. 3 – A ACÇÃO REVOLUCIONÁRIA DE 18 DE JANEIRO DE 1934
- CAP. 4 – A GUERRA CIVIL DE ESPANHA
- CAP. 5 – AS GRANDES LUTAS OPERÁRIAS DE 1943
- CAP. 6 – DURANTE A II GUERRA MUNDIAL
- CAP. 7 – CORTICEIROS AGUERRIDOS
- CAP. 8 – AS CANDIDATURAS DEMOCRÁTICAS DE NORTON DE MATOS E DE RUY LUIZ GOMES
- CAP. 9 – A LUTA DOS FERROVIÁRIOS DO SUL NOS ANOS 50
- CAP. 10 – O MOVIMENTO DEMOCRÁTICO: O MND E O MUD JUVENIL
- CAP. 11 – AS “ELEIÇÕES” DE HUMBERTO DELGADO
- CAP. 12 – AS LUTAS OPERÁRIAS NA CUF NOS ANOS 50
- CAP. 13 – A LUTA DEMOCRÁTICA NOS ANOS 60
- CAP. 14 – AS COMEMORAÇÕES DO 1º DE MAIO
- CAP. 15 – O MOVIMENTO ASSOCIATIVO
- CAP. 16 – A LUTA DOS TRABALHADORES DA CUF
- CAP. 17 – NOS SINDICATOS CORPORATIVOS
- CAP. 18 – A RADICALIZAÇÃO CONTRA O FASCISMO
- CAP. 19 – NAS FÁBRICAS E OFICINAS A LUTA É TAMBÉM ANTICAPITALISTA
- CAP. 20 – A BATALHA DEMOCRÁTICA NOS FINAIS DE 60 (A CDE EM 1969)
- CAP. 21 – AS MULHERES NA LUTA DEMOCRÁTICA
- CAP. 22 – MARCELISMO RIMA COM FASCISMO
- CAP. 23 – ABAIXO A GUERRA COLONIAL
- CAP. 24 – A ACÇÃO FIRME, UNIDA E ORGANIZADA
- CAP. 25 – NA VÉSPERA DE ACONTECIMENTOS GLORIOSOS
- CAP. 26 – O 25 DE ABRIL E O 1º DE MAIO DE 1974

*

- APÊNDICE 1 – BREVE HISTÓRIA DA POLÍCIA POLÍTICA EM PORTUGAL
- APÊNDICE 2 – A REPRESSÃO E AS PRISÕES NO BARREIRO: SÍNTESE CRONOLÓGICA
- APÊNDICE 3 – MORTOS DO CONCELHO DO BARREIRO NA GUERRA COLONIAL

PREFÁCIO

No seguimento de quatro livros anteriores, apresenta-nos agora Armando Teixeira o “Roteiro das Memórias da Resistência, do Trabalho e da Luta”, feliz ideia de pôr em livro o registo de memórias que focam cerca de 50 anos de combate pela liberdade e democracia na nossa terra. Impunha-se este livro, e daí o mérito do autor, ao apresentar de forma sistematizada o que de mais importante se passou no Barreiro, retomando aquilo que existia repartido por quatro volumes, em relação à participação dos trabalhadores, da população e do movimento operário, e ao seu papel na transformação das relações de trabalho e da própria sociedade.

Esta obra irá interessar as várias gerações que a seu tempo viveram alguns destes momentos, mas também os jovens com uma vivência diferente e mais recente, igualmente preocupados com o futuro, terão oportunidade de conhecer os caminhos percorridos com vista a efectivas mudanças sociais, políticas, culturais e económicas.

O “Roteiro das Memórias” é um importante contributo para se compreender melhor o papel das gentes do Barreiro desde início do Século XX, quando do reforço da organização dos trabalhadores do caminho de ferro e dos corticeiros, da instalação da CUF e do golpe militar reaccionário. Nele são resumidas as lutas, reivindicações e resistências daqueles que trabalhando ou vivendo na vila operária, deram o melhor de si, por vezes a própria vida, na defesa de ideais, valores e princípios, sempre com o objectivo da transformação da sociedade numa outra mais justa, fraterna e igualitária.

As demandas foram constantes por melhores condições de vida, contra o regime fascista e pela democracia. E muitos barreirenses foram, por isso, presos, torturados e deportados, mas nunca virando a cara às dificuldades. Os exemplos são muitos, passaram de gerações para gerações e ficam agora registados. O Barreiro “terra vermelha”, como sempre foi conhecida, deu uma participação inestimável para o derrube do fascismo e pela instalação do regime democrático.

O Barreiro dos ferroviários anarco-sindicalistas, da organização libertária dos trabalhadores corticeiros, das células e dos comité locais comunistas, dos operários vestidos de ganga onde por debaixo batia um coração revolucionário. Bastião que nas eleições para a Assembleia Nacional em Outubro de 1969 deu a vitória à lista do Movimento Democrático/Comissão Democrática Eleitoral (CDE) derrotando a União Nacional (UN), e mostrando na prática a sua grande consciência política e a penetração das forças progressistas junto da população.

O Barreiro solidário e internacionalista, contribuindo com combatentes para as brigadas internacionais imortalizadas nas batalhas contra os falangistas na Guerra Civil de Espanha, destacando-se na denúncia da guerra no Vietname provocada pelo imperialismo norte-americano, afirmado-se no combate contra a guerra colonial e pela independência dos povos das colónias portuguesas, sempre ao lado das forças democráticas e progressistas de todo o mundo, na busca da paz e amizade entre todos os povos.

É muito rica a história desta terra de “antes quebrar que torcer”, e a leitura destas “Memórias” obriga-nos a reflectir não só sobre a razão e significado das nossas lutas do passado, mas, e principalmente, sobre aquelas que ainda temos pela frente, para alcançar um futuro mais risonho e de acordo com todo o ideário do 25 de Abril .

Hélder Madeira

Maio/2008

INTRODUÇÃO

Na história desta terra memorável que em 1859 viu sair o primeiro comboio para o Sul, e onde em 1907 se instalou o maior complexo químico-industrial do país, emerge uma realidade multifacetada e quase única, sobressaem mitos e contradições e sobretudo ressurge uma dialéctica de resistência e luta épicas, contra a opressão e a exploração, e simultâneamente de trabalho e acção construtivos, em busca de um sonho de melhor futuro.

Na enorme concentração de operários, empregados e técnicos (primeiro as centenas de ferroviários no século XIX, depois os quase onze mil trabalhadores químicos na década de 50 do século XX), geraram-se laços de unidade e de solidariedade de génesis progressista, consubstanciados na acção comum por melhores condições de vida e de trabalho, e na vontade colectiva de transformar o mundo ruim.

A repressão da ditadura omnipresente e a opressão do sistema capitalista omnisciente, originaram ao longo de mais de um século de vivência operária, descontentamentos e revoltas audazes, lutas e angústias tremendas, sofrimentos e esperanças corajosas, desespero e glória transcendentais. Efímera glória, como sempre acontece nos troços da vida de humanidade insuficiente e de resultados não equânimes. Derrotada a ditadura, jogulada a revolução, o capitalismo neoliberal aí está ufano da sua desumanidade triunfante.

É do ponto de vista dos “não vencedores”, daqueles que não escrevem a história oficial, mas que fundamentalmente a constroem, que revisitamos os principais acontecimentos, episódios, factos e ilações de um período da vida do Barreiro que vai de 1926 a 1974.

Muito já estava contado na tetralogia, “Barreiro, uma História de Trabalho, Resistência e Luta”. O suplementar esforço de investigação, de ampliação e de sistematização, corresponde à exigência dos que necessitam de um “Roteiro das Memórias”, sociais, políticas e antropológicas, e dos que procuram um guia, sintético e dinâmico da história extraordinária desta terra de ânimo inquebrantável. Intentámos construir um documento inteligível e sério, nos princípios e nos fins, sem cedências ao panfletismo fácil, nem ao politicamente correcto. Deixarão assim de ter razão crítica aqueles que reclamavam da inexistência de tal acervo, e beneficiarão as novas gerações orgulhosas de melhor conhecerem a sua terra.

O “Roteiro das Memórias da Resistência, do Trabalho e da Luta”, todavia, almeja mais. Pretende homenagear os milhares de barreirenses de nascimento ou opção, autóctenes de génesis camarra e irreverência idiosincrática, ou imigrantes anónimos como minha mãe, que deram o melhor do seu esforço e inteligência à terra adoptiva. Particularmente saudar os muitos que com a mais honrada

dignidade e coragem de combatentes da liberdade e da revolução, contribuiram para que o sonho e a esperança de um país novo se transformasse em realidade num Abril já distante, mas sempre renovável. Havemos de lá chegar.

Cotejando o oportunismo, o arrivismo, a corrupção dos tempos de revisionismo em curso (TREC), com o incomensurável preço do suor da exploração e das intermináveis dificuldades, com o incalculável custo da dignidade versus a discriminação e a prepotência, e com o sagrado valor da coragem e da integridade, contra a prisão, a tortura e o sangue do crime fascista de 48 anos, que atravessa toda a história do Barreiro contemporâneo, descobrem-se os merecimentos desta obra, se outros méritos não tiver.

Num tempo particularmente significativo em que se comemoram os cem anos da implantação da CUF no Barreiro, é fundamental o conhecimento amplo e diversificado da História desta terra, sem mitos ou mistificações.

O Barreiro não nasceu com a Companhia União Fabril de Alfredo da Silva, embora o paradigma industrial marque, para o bem e para o mal, toda a vivência barreirense no século XX. Compreende-se nesta obra que houve mais vida para além da CUF, mas entende-se também que o futuro (e tanta falta nos faz!...) deve ser procurado e construído à luz de tantas memórias extremes. O “Roteiro das Memórias do Barreiro”, seria feliz se fosse perfilhado como um pequeno luzeiro no caminho de um mundo melhor, desiderato de tantos sonhos incumpridos. Um Mundo sem sujeição dos Homens por outros homens, um espaço global de dignidade e equidade política, económica e social, porque só esse será o futuro da Humanidade.

Barreiro, Julho de 2008
Armando Sousa Teixeira

1. A IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA

• Na noite de 4 de Outubro de 1910, na varanda dos Paços do Concelho no Barreiro, foi hasteada a bandeira republicana, antecipando os acontecimentos históricos do dia seguinte: a derrota da Monarquia e a implantação da República Portuguesa, a 5 de Outubro em Lisboa.

No Salão Nobre naquela noite foi publicamente constituída a Junta Revolucionária do Barreiro, da qual faziam parte: Caetano Francisco da Silva e João dos Santos Pimenta, ferroviários; Joaquim Lopes Ferreira e José Tavares Veloso, comerciantes; José Luís da Costa, farmacêutico; Ricardo Rosa y Alberty, professor primário.

Não é conhecida a participação de militares barreirenses nas lutas de Monsanto e do Campo Grande, que ditaram a derrota dos monárquicos, mas é inquestionável a existência de um forte núcleo de apoio ao republicanismo no Barreiro, expresso no referido acontecimento antecipatório e no aparecimento de vários centros republicanos após a implantação da República.

• Historicamente é melhor conhecida a movimentação operária que caracteriza o Barreiro do final do século XIX, função da vinda dos Caminhos-de-Ferro em 1854 (início da construção da linha do Sul e Sueste), e da indústria corticeira com as primeiras fábricas por volta de 1865.

O espírito de entreajuda e de agregação dos trabalhadores e dos cidadãos, motivados pela luta por melhores condições de trabalho e de salário (preocupados também com o convívio, o recreio e a elevação cultural), levam à criação das Associações de Classe e à formação de Clubes e Colectividades.

A mais antiga é a Associação de Classe dos Operários Corticeiros formada em 1891, a mais significativa é a Associação de Classe Metalúrgica e Artes Anexas criada em 1903, que dá depois lugar à Associação de Classe dos Ferroviários em 1914, e ao Sindicato dos Ferroviários em 1921.

A cooperação e o mutualismo são outras formas associativas de suprir as lacunas do sistema monárquico em termos sociais: Caixa de Socorros Mútuos em 1883; Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Sul e Sueste, em 1894; Armazém de Consumo da Caixa de Socorros Mútuos do Caminho de Ferro, em 1896.

- O Barreiro é uma pequena vila de 5436 pessoas em 1890, e de

7844 em 1900.

A preocupação com o recreio e a formação cultural das famílias barreirenses, leva à criação de diversas colectividades no concelho: Sociedade Filarmónica Barreirense, em 1840; Sociedade Filarmónica Agrícola Lavradiense (SFAL), em 1867; “Penicheiros” e “Franceses”, em 1870.

Também seria essa a preocupação das famílias ferroviárias, na época muito influenciadas pelas ideias libertárias do anarco-sindicalismo, que leva à aquisição por contribuições voluntárias, da Casa dos Ferroviários, em 1922, onde funcionou desde sempre o Sindicato dos Ferroviários do Sul e Sueste.

Os ferroviários, eram, de resto, a classe profissional mais numerosa. Em 1886, José Augusto Pimenta na sua “Monografia sobre o Barreiro”, refere as “excepcionais” Oficinas dos Caminhos de Ferro (inauguradas em 1859), envolvendo 500 postos de trabalho.

A rede ferroviária inaugurada com pompa e circunstância, em 1859 por D. Pedro V, inicia a exploração até Vendas Novas em 1861, e vai-se estendendo sucessivamente a Évora (1863), Beja (1864), Faro (1889) e por último Vila Real de Santo António, em 1906. A gare marítima e a nova estação ferroviária do Barreiro-Mar, concebidas por Miguel Paes, são inauguradas em 1884, substituindo o difícilmente acessível ancoradouro do Mexilhoeiro.

- São os corticeiros a classe mais aguerrida e aquela que mais sofre com os ordenados baixos e o tratamento descrionário dos patrões. Por isso, são os primeiros a organizarem-se e a ir à luta no primeiro movimento grevista no Barreiro em 1909, ainda na Monarquia. A fábrica Herold paralisa, contra a exportação da cortiça em bruto ordenada pelos patrões alemães.

Repetir-se-ia a greve em 1910, em vésperas da implantação da República, já num âmbito nacional, contra a exportação da cortiça não transformada, sendo localmente apoiada de forma solidária por descarregadores, ferroviários e operários da CUF.

Nesta altura existia uma dezena de grandes fábricas no Barreiro; Herold, Reynolds, Garrelon, Cortiças de Portugal, Bensaúde e Companhia, Lane e Santos, M. Marques, FS Cabrita, Teodoro Rúbio e Dundas. Outras mais pequenas e muitas oficinas caseiras, prolongavam uma actividade em que a exploração de mão-de-obra intensiva era a regra e os salários de miséria o detonador das lutas sociais.

Em 1911, na fábrica Herold, onde chegaram a trabalhar mais de 700 pessoas, os corticeiros fazem uma greve durante onze dias, por melhores salários e saem vitoriosos! Esta é verdadeiramente a primeira grande luta de carácter reivindicativo no Barreiro.

Os ideais republicanos de alargamento da Instrução e do Ensino, levaram à criação do ensino primário obrigatório e à multiplicação de escolas por todo o País. Foram também inspiradores dos Centros Republicanos, onde entre outras actividades de instrução e cultura, era ministrado a dezenas de barreirenses, sobretudo ferroviários, o ensino do Esperanto, a língua da esperança de entendimento universal, criada por Zamenhoff.

Os ferroviários, uma classe muito “republicanizada”, em 1911, desenvolveram uma greve nacional durante 6 dias, por melhores condições salariais e sociais. Os comboios paralisaram em quase todo o país, com forte adesão na região Sul. Era o fruto da organização e do grande impulso no associativismo sindical, fundamental para se conseguir a unidade e a coragem necessárias para exigir junto do poder republicano. Este, eivado de contradições internas mas sempre muito avesso às reivindicações operárias, iria reprimir ferozmente as greves de 1914, 1918 e 1919, em que os ferroviários

do Sul também se empenharam com vigor.

- Na Associação de Classe dos Ferroviários do Sul e Sueste, acentua-se a corrente sindicalista revolucionária (ou anarco-sindicalista), dirigida a partir de 1917 por Miguel Correia e António José Piloto, e que em 1919 promoverá a edição do “Sul e Sueste”, órgão de mobilização da classe.

Em 1920 os homens dos caminhos-de-ferro, organizados a nível nacional nos pólos sindicais de Lisboa, Porto e Barreiro, encetam uma greve nacional pela desmilitarização do sector, sujeito a requisição militar quando se travava alguma luta. Durou setenta dias a luta, sem êxito, sendo despedidos e presos como represália os líderes sindicais, incluindo o telegrafista Miguel de Almeida Correia, dirigente da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT, anarquista), o “maior agitador ferroviário que houve em Portugal”, segundo alguns historiadores.

A partir daí nunca mais parou o descrédito do poder republicano junto dos ferroviários do Sul, de tal forma que só assim se explica o facto de terem apoiado localmente o golpe de estado reaccionário de 28 de Maio de 1926.

- Uma das mais importantes conquistas dos trabalhadores na I República, foi a jornada de 8 horas diárias nas fábricas e oficinas.

Na Companhia União Fabril (CUF), implantada na margem do rio Tejo a partir de 1907, o patrão, Alfredo da Silva, seu impulsor e principal accionista, recusa-se a cumprir a lei das 8 horas, obrigando os obreiros, não mais de 500 nessa altura, a fazerem a sua primeira grande luta em 1919.

Não era a primeira paralisação dos operários da CUF, a “monumental” empresa química que tinha sido criada em 1865, com fábricas de sabão, sabonetes, velas de estearina e óleo de purgueira nas Fontainhas (Alcântara). Em 1898 teve lugar a fusão com a Aliança Fabril, possuidora da Fábrica Sol, mercê da qual entraria para a administração Alfredo da Silva.

Da sua visão estratégica, nasceria o grande complexo químico do Barreiro, na beira do Tejo de águas calmas e acesso fácil, no início/fim dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste.

As primeiras fábricas são de óleo de Bagaço de Azeitona, de Ácido Sulfúrico e de Adubos Superfosfatados, e arrancam em 1908/1909, com 25 técnicos e administrativos e 100 operários. Nessa época o Barreiro tem cerca de doze mil habitantes.

- Em 1910, antes da República, deu-se a primeira paralisação dos operários da CUF, em solidariedade com os corticeiros em greve. No final desse ano, quando da visita do ministro da República, Brito Camacho, ao Barreiro, os operários reclamam contra as más condições de trabalho.

Mas o primeiro grande protesto dos trabalhadores contra os despedimentos arbitrários e pela aplicação da lei das 8 horas na indústria, apoiados na sua recente Associação de Classe dos Operários da Companhia União Fabril, realiza-se em meados de 1919. As fábricas no Barreiro estiveram em greve vários dias, o patrão manda encerrar os portões (o primeiro “lock-out” na indústria em Portugal) e chama a GNR e a Polícia que assaltam a associação sindical e reprimem os grevistas, ferindo dois com gravidade. Apesar da coragem dos operários, a violência patronal adia a justa reivindicação, porque

Alfredo da Silva, sidonista impenitente e falso humanista, entende que só a exploração durante doze ou catorze horas diárias servem o rápido enriquecimento da empresa.

Em consequência da eliminação de Sidónio Pais e da derrota da ditadura sidonista, o patrão dos patrões, entretanto alvo de dois atentados, abandona o “barco” e refugia-se em Espanha, em 1921, donde só voltará em 1927. As 8 horas de trabalho só serão conquistadas anos mais tarde.

2. O GOLPE MILITAR DE MAIO 1926

- Os ferroviários depositaram grandes esperanças e apoiaram vivamente o evento da I República. Contudo cedo perceberam que as suas reivindicações dificilmente iam ser atendidas, e a partir de certa altura passaram a ser ferozmente reprimidas. São emblemáticas as imagens do célebre “vagão fantasma” na greve de 1919, seguindo à frente do comboio, com grevistas escoltados por uma força militar do famigerado tenente-coronel Raul Esteves, para “garantir não haver sabotagens na linha”.

O descrédito do poder republicano era tão grande junto dos ferroviários barreirenses que o “Sul e Sueste”, em 1921, dirigido pelos líderes sindicalistas, Correia e Piloto, afirmava: “Em dez meses, em pleno regime republicano, tem havido mais opressão e tirania do que em dezenas de anos de monarquia”.

Em 1923 teve lugar a última greve dos homens do Sul, já então dirigida pelo Sindicato do Pessoal dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste, criado em 1921, com sede no Barreiro. Durou três dias, novamente com violência do poder e acções de sabotagem como resposta dos trabalhadores.

Quando surgiu o 28 de Maio de 1926, Miguel Correia, que já estivera preso quatro vezes nas cadeias da República, negociou um compromisso com os revoltosos, paralisando o tráfego normal e facilitando o transporte de tropas. Terão os sindicalistas libertários pensado que a situação política era tão má que para pior já não era possível mudar?

- O compromisso dos ferroviários anarco-sindicalistas tinha sido baseado na apresentação de uma lista de reclamações aos chefes golpistas de Lisboa (comandantes Mendes Cabeçadas e Gama Ochoa). De notar que a CGT (de influência anarquista) tal como o PCP, se tinham declarado imediatamente contra o golpe militar.

Esperanças vãs, desilusão amarga, foram os sentimentos dos trabalhadores das ferrovias em relação à ditadura militar, quando o “Sul e Sueste” ficou sujeito a censura prévia (como todos os jornais sindicais), e Miguel de Almeida Correia foi novamente preso em Setembro de 1926, deportado para Cabo Verde e mais tarde para Moçambique, de onde não mais voltaria.

Não assistirá portanto à mais significativa luta no período de instauração do poder reaccionário, a propósito da entrega à CP dos Caminhos de Ferro Estatais do Sul, em Maio de 1927. Os protestos e as lutas prolongaram-se durante semanas contra a “privatização” das linhas do Sul e Sueste, que deixava de fora, por reforma compulsiva e despedimento, centenas de ferroviários barreirenses (e de Alhos

Vedros e Pinhal Novo).

“Negócio da China”, chamam-lhe os jornais sindicais, a que concorrem também os capitalistas Alfredo da Silva e o Banco Burnay, entre outros, interessados num inacreditável contrato que deixava para o Estado os pesados encargos com défices, “dispensa” de pessoal, obras em pontes, material circulante, etc, e os lucros para os privados!

- A privatização das linhas do Estado assumiu a feição duma vingança política. As lutas de protesto foram ferozmente reprimidas, os dirigentes sindicais presos e os mais responsáveis foram fazer companhia a Miguel Correia.

Acresceram ainda os castigos aplicados a propósito do movimento insurreccional de Fevereiro de 1927, a chamada “Revolta da Marinha”, em que o Barreiro assistiu a parte dos acontecimentos do primeiro grande levantamento de inspiração republicana, contra o regime militar instituído em 28 de Maio de 1926, que, ao invés, tinha o alto patrocínio dos grandes grupos empresariais, como a CUF de Alfredo da Silva.

Este “putch” militar começou no Porto a 3 de Fevereiro e terminou sufocado em Lisboa a 9 do mesmo mês. Teve alguma expressão no Barreiro, quando no dia 7 um grupo de revoltosos se juntou no Centro Republicano José Estevão, na Praça da República (hoje largo de Stª Cruz) e daí partiu para a Escola de Marinheiros de Vale de Zebro, tentando, em vão, cativar o seu apoio. Mais tarde, reunidos no Mexilhoeiro à espera de indicações da capital, são bombardeados e dispersos a partir de um vaso de guerra fundeado no Tejo. No dia 4 de Fevereiro, uma tímida tentativa de greve de apoio dos ferroviários do Sul, pouco participada, foi reprimida e os participantes exemplarmente castigados. Esta era a ordem e o progresso trazidos pela ditadura militar.

- A repressão militarista sobre os homens dos caminhos de ferro irá acentuar-se no final dos anos 20, princípio da década de 30, numa altura em que cresce a influência dos comunistas em detrimento dos libertários, a perderem credibilidade desde as hesitações no golpe de 1926.

Na sequência de protestos contra o regime militar na Primavera de 1931, são encerradas as principais delegações do Sindicato do Sul e Sueste (Beja, Évora, Funcheira, Messines e Faro), sendo nessa altura preso o líder do Sindicato de Lisboa, o comunista Manuel Vieira Tomé, que seria assassinado pela PVDE no Aljube.

No início de 1933, a corrente comunista conquista o Sindicato do Sul e Sueste com sede na Casa dos Ferroviários. Por pouco tempo, Oliveira Salazar ilegalizou-o e proibiu o seu órgão, o “Sul e Sueste”, ainda antes de em Setembro de 1933 mandar publicar o famigerado Estatuto do Trabalho Nacional, e pouco depois, em Janeiro de 1934, o decreto proibindo e dissolvendo os sindicatos livres. Rude golpe na organização e no generoso espírito de luta da classe ferroviária, manifestado durante décadas na defesa dos direitos e de melhores condições de vida.

Mas os homens das ferrovias, como os restantes trabalhadores portugueses, não se entregaram nos braços de Salazar, foram à luta!

- Na conjuntura pós I Grande Guerra, registou-se uma

gravíssima crise de trabalho na indústria corticeira. A perda dos mercados da Alemanha, Áustria e Rússia, a recessão na América do Norte e as suas repercussões na Europa, estão no cerne do aumento da precarização e do desemprego, agravados pela progressiva mecanização e pela incorporação no processo produtivo de mulheres e crianças superexploradas por um patronato reaccionário.

É miserável a vida da maioria das famílias corticeiras, normalmente com muitos filhos, vivendo numa ou duas divisões alugadas, comendo sopa e pão, quando há!... Os corticeiros, como quase todos os trabalhadores portugueses, não possuem protecção em caso de doença, desemprego, acidente de trabalho ou velhice. O operariado trabalha até morrer de extenuação ou desastre, deixando as famílias na mais completa indigência, por falta de leis de reforma ou velhice, que a República não produziu (e o fascismo também não produzirá!).

Mas os corticeiros reagem. São uma classe aguerrida, onde gozam de grande popularidade os ideais anarquistas e onde tem um papel determinante na organização da luta, a sua Associação de Classe. No ano de 1920 são feitas greves locais parcialmente vitoriosas, com a participação de mulheres e jovens, pela igualdade de salários, mais dias de trabalho e contra o aumento do pão, base essencial da alimentação.

Em 1925, durante 42 dias, os corticeiros travam uma poderosa batalha por melhores salários, sem êxito! Imagine-se o sentimento dos operários obrigados a vergar depois de tantas privações, a “entrarem os portões de cabeça baixa”, segundo uma imagem literária da época.

- “A classe corticeira que tão bem serviu os propagandistas da República, tem sido das mais sacrificadas, vivendo no meio da desigualdade, sem liberdade, sem justiça e sem pão!”. Esta afirmação de um periódico sindical local, exprime o profundo descontentamento pelo rumo tomado pela I República, e revela a frustração das expectativas duma classe tão explorada como antes.

Quando o golpe militar de 1926 instaura a ditadura, o Sindicato Corticeiro Livre, sucessor da Associação de Classe, com forte influência anarco-sindicalista, hesitou na condenação do golpe, ao contrário do que fizeram outros sindicatos onde já era notória a novel influência comunista.

Tendo na sua essência a sobre-exploração da mão-de-obra intensiva, pouco qualificada e mal remunerada, a indústria corticeira expandiu-se mau grado as vicissitudes, no concelho do Barreiro e em todo o arco ribeirinho do Tejo. A vila que em 1911 possuía 12203 habitantes, e em 1920 tinha 15009 residentes, em 1928 contava “com mais de 40 fábricas de cortiça em prancha, quadros e rolhas”. No recenseamento de 1930 apuraram-se a trabalhar no sector, 1088 homens e mulheres. Certamente não contaram as crianças de 9, 10 e 11 anos, que às dezenas laboram nas fábricas de sol-a-sol.

- Durante muitos anos na I República, não se efectuou a procissão em honra de N.S. do Rosário, do Barreiro, certamente em razão da política anticlerical dos republicanos, zangados com as simpatias (e conivências...) monárquicas da Igreja Católica. Algumas igrejas chegaram mesmo a fechar ao culto (Stª Cruz), e foram transformadas em armazém, porventura também por falta de fiéis!...

Em 1931, porém, sob o novo regime mais “simpático” da ditadura militar, a irmandade resolveu

reatar a tradição, desprezando algumas opiniões prudentes mesmo dentro do sector católico.

Num ambiente algo tenso, um pequeno incidente junto ao Café Chic, no Largo do Casal, ampliou-se de forma incompreensível, dando origem a uma tremenda confusão. A procissão desfez-se entre empurrões, gritaria, ameaças, intervenção despropositada de elementos das forças da ordem, correrias, sopapos, e um enorme “frissom” estendendo-se em ondas para a frente e para trás do cortejo religioso, que ia sensivelmente a meio, originando um pânico generalizado e a debandada geral.

Embora haja quem tenha alegado premeditação, testemunhos coevos garantiram que nem os comunistas organizados há pouco tempo (desde os finais de 1929, com as primeiras células urbanas), nem os anarquistas (reunidos fora do trajecto, no quintal da tia Amélia do “Claudino”, na rua Almirante Reis), tiveram a ver com a ocorrência. Dizem os entendidos na matéria, que o Barreiro ficou excomungado pela Santa Sé durante muitos, muitos anos.

3. A ACÇÃO REVOLUCIONÁRIA DE 18 DE JANEIRO DE 1934

- Anarquistas e comunistas, preocupados com o avanço da ditadura de Salazar e seus títeres, reuniram-se numa dependência por baixo do palco da “Casa dos Ferroviários”, e discutiram com muito calor as discordâncias claras e os difíceis consensos. Finalmente puseram-se de acordo no essencial e organizaram-se para a adesão à Acção Geral Revolucionária, combinada a nível nacional para o dia 18 de Janeiro de 1934.

Na madrugada, cerca de cem activistas, sobretudo ferroviários e corticeiros, aguardaram no eucaliptal frente à estação do Lavradio, longe das vistas, o sinal que deveria partir de Lisboa e nunca chegou. Algumas armas, poucas, alguns explosivos de fabrico artesanal e os planos para o assalto ao quartel da GNR, na rua da União, foram recolhidos após acesa e democrática discussão, quando ficou claro que algo falhara. A Guarda, sob vigilância revolucionária, entrara de prevenção, com uma metralhadora montada na ponte, que atravessa a rua, sobre a direcção das fábricas da CUF de Alfredo da Silva, e patrulhava as linhas do Caminho-de-Ferro. O regime estava de sobreaviso!

A nível nacional a acção foi gorada, excepto na Marinha Grande, onde os trabalhadores tomaram a vila. Salazar inicia então um período de terrível repressão sobre o movimento operário que vê serem presos e deportados os seus principais dirigentes anarquistas e comunistas (no Barreiro foram detidos cerca de duas dezenas).

- Ao fim da tarde, a explosão de um engenho artesanal de fraca potência, no Largo do Casal (então conhecido por Praça Vermelha), foi pretexto para o desencadear de uma campanha repressiva e de descrédito, dirigida pelo administrador do concelho, tenente da GNR, Bento da Silva Fernandes, que ofereceu um “prémio” pela captura dos presumíveis autores: João Montes, o “Caldeireiro”, e Abílio Gonçalves, o “Garradas”. Estes dois anarquistas juntamente com um terceiro, António Gato Pinto, acusado de guardar as bombas não utilizadas, foram posteriormente presos e enviados para Angra do Heroísmo o primeiro e para o Tarrafal, os dois últimos.

Os tempos que se seguiram foram de fascização da vida local. Anos de terror impune, com rusgas, perseguições, detenções, agressões violentas, prisões arbitrárias, à boa moda da Itália de Mussolini e do nazismo hitleriano em ascensão na Alemanha. A Legião Portuguesa, instalada no número 9 da rua Miguel Bombarda, arregimenta tudo o que é bufo, reaccionário, situacionista, ou mero oportunista sem escrúpulos. Marcham pelas ruas fardados de verde (os “feijões verdes”), com o célebre “general Mola” à frente (alcunha de um conhecido oficial franquista), fazem rusgas arbitrárias, entram nas tabernas e prendem a eito, espancam na via pública com o beneplácito do

Dr. Albuquerque, administrador do município a partir de meados de 1935, e do tenente Gandarela, um nazi fardado de guarda, chefe da legião no Barreiro. Em acções concertadas com a PVDE, fazem assaltos a casas pela madrugada e enchem de detidos a "Ramona" ou "Viúva", o carro militar de lona preta ao serviço da repressão.

No período que vai de 1933 a 1939, fim da Guerra de Espanha e início da II Guerra Mundial, foram presos e/ou espancados no posto da Praça da República, centenas de barreirenses, de nascimento ou opção, muitos dos quais foram parar à PVDE, no Aljube ou na rua António Maria Cardoso, a Caxias, a Peniche, a Angra do Heroísmo ou ao Tarrafal.

- Depois da tomada de posse do VIII Governo da ditadura militar, em Julho de 1932, presidido por Salazar, sucedem-se as medidas políticas institucionalizando o novo regime corporativo-fascista. Em Abril de 1933 entra em vigor a nova Constituição Política, em Setembro é promulgado o Estatuto do Trabalho Nacional e em Janeiro de 1934, é publicado o decreto-lei que proíbe os Sindicatos Livres. Oportunistas, fantoches e trânsfugas, começam a estruturar os Sindicatos Corporativos, sob a égide do subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, Pedro Teotónio Pereira. Em Junho de 1934, são inaugurados oficialmente no Barreiro os sindicatos corporativos dos corticeiros e dos descarregadores de mar e terra, e constituída a comissão organizadora do sindicato corporativo dos ferroviários, finalmente inaugurado em Novembro de 1935.

Neste Sindicato Nacional dos Ferroviários do Sul pontificava Mateus Gregório da Cruz, o famigerado "Marquês da Bacalhoa", antigo e fervoroso sidonista, como fora o empresário Alfredo da Silva. Foi um dos fundadores da comissão concelhia da União Nacional (o partido único de Salazar) e foi seu presidente em 1935 (também regedor da Freguesia do Barreiro). Obsceno oportunista, arregimenta apaniguados, aliena apoios timoratos, promete ordem e bem estar e "leva" 2000 ferroviários a uma manifestação "espontânea" no Terreiro do Paço, em Fevereiro de 1935, de homenagem a Carmona (com dispensa de trabalho e transporte gratuito, como era prática das manifestações espontâneas). O regime congratulava-se com o êxito dos primeiros tempos da fascização do País!

- Resultado sobretudo da expansão da Companhia União Fabril, que enriquecera em parte com a exploração colonial (matérias-primas e transportes) após a I Grande Guerra (1914-1918), o Barreiro continuava a crescer desde o início do século XX, como mostram os censos (21042 residentes em 1930, 26104, em 1940).

O crescimento da indústria química e da concentração operária consequente, simultaneamente com a penetração das ideias da revolução proletária soviética e a crescente influência e organização do Partido Comunista Português, ao mesmo tempo que se refina o aparelho repressivo do regime, formam um triângulo particularmente explosivo, pontuando a vida política do concelho na década de 30.

No início da noite fria de 28 de Fevereiro de 1935, a energia eléctrica foi sabotada no PT da Av. da Bélgica, e, com parte da vila às escuras, foi colocada uma bandeira vermelha no cimo da chaminé da fundição das oficinas dos caminhos de ferro, à entrada do bairro ferroviário (Palácio do Coimbra) ficando a drapear ao vento durante muitas horas.

Em vários outros pontos da vila, pequenas bandeiras vermelhas foram suspensas de fios e candeeiros de iluminação e milhares de documentos foram distribuídos, na “Semana de Agitação e Luta” convocada pela CIS (Confederação Intersindical, na ilegalidade) e animada pelo PCP. Apelavam à unidade antifascista contra a ditadura, mostrando que o terrorismo de Estado do regime de Salazar não calava a resistência dos combatentes da liberdade.

- Nos dias seguintes a PVDE vem para o Barreiro prender os supostos dirigentes e activistas mais destacados (em muitos casos denunciados pelo patronato e pelas hierarquias reaccionárias da CUF e da CP), participantes na Semana de Agitação e Luta. Transportados para o posto da Polícia na Praça da República, começaram os interrogatórios geralmente acompanhados de espancamentos violentos.

No dia 12 de Abril, familiares e amigos concentram-se frente ao “Olho de Boi”, em acção de protesto contra mais uma sessão de pancada audível do exterior, subindo de tom a manifestação quando às cinco e meia da tarde se juntam as operárias têxteis que saíam das fábricas da CUF. A tensão aumenta quando uma familiar participante no protesto se deita na rua, à frente de um carro da PVDE que leva presos para Lisboa. O famigerado cabo Cardoso, chefe do posto da Polícia, tenta arrastar a mulher pela força, enquanto a multidão enfurecida (cerca de 3000 pessoas) intenta invadir o posto. Os guardas disparam então fazendo dois feridos com alguma gravidade.

Entretanto o administrador do concelho, Bento da Silva Fernandes, intervém da janela do 1º andar, pedindo calma e prometendo que os presos não serão mais molestados. Fora chamado às pressas pelo assustado “Marquês da Bacalhoa”, que há pouco se safara das boas ao ser reconhecido à entrada da Praça, correndo a refugiar-se na loja do Daciano quando “enfardava” os primeiros sopapos.

Todos os presos, 48 no total, foram entregues à PVDE em Lisboa, e alguns passaram longos anos nos cárceres do fascismo, como no caso de Acácio José da Costa, que foi enviado para o Tarrafal. Bento Fernandes foi reformado compulsivamente da Guarda dois meses depois, e substituído no cargo de administrador concelhio pelo não menos célebre Dr. Albuquerque.

- Uma brigada da PVDE (Polícia de Vigilância e Defesa do Estado), criada por Salazar em Agosto de 1933 (por fusão da PIP – Polícia Internacional Portuguesa, e da PDPS – Polícia de Defesa Política e Social), todas criadas pela ditadura militar, entrou nas oficinas dos caminhos de ferro, em Maio de 1936, com o intuito de efectuar várias prisões. Vinham apeados, os meios logísticos eram ainda escassos nesse tempo, embora já fosse tenebrosa a actuação da polícia política, criada pelo governo corporativo-fascista para ser um dos seus pilares fundadores.

Quando consumaram a primeira detenção, com a aquiescência da hierarquia da CP/Barreiro, os operários reagiram, paralisaram o trabalho e juntaram-se em protesto frente à direcção das oficinas. Saindo pelas traseiras com o electricista José Francisco, os “secretas” fogem direito à estação ferro-fluvial, perseguidos por centenas de trabalhadores quando estes deram pela “marosca”. Os “informa” (como também eram conhecidos nessa época) embarcam apressadamente no barco “Évora”, dando ordem de partida fora do horário. No cais os populares revoltados apedrejam o barco a afastar-se, donde saem tiros que fazem três feridos ligeiros. Fraca colheita e muito ódio, era

o que a polícia política gerava a mando de Salazar.

4. A GUERRA CIVIL DE ESPANHA

- A revolta dos marinheiros no Tejo, em Setembro de 1936, organizada pela ORA (Organização Revolucionária da Armada), foi um dos acontecimentos mais corajosos e significativos da luta contra a implantação do regime iniciado com Salazar em 1932.

Depois da sublevação a bordo dos navios de guerra, “Dão”, “Afonso de Albuquerque”, e “Bartolomeu Dias”, tomados pelos marinheiros, a revolta foi violentamente esmagada com o bombardeamento dos barcos a partir do Alto do Duque e do Forte de Almada. Em consequência foram presos quase todos os intervenientes mais destacados. Quase, porque um marinheiro barreirense, Armindo de Almeida, conhecido pela curiosa alcunha de “Peru”, excelente nadador e homem corajoso, atirou-se ao rio e nadou até ao Porto Brandão, onde foi recolhido por pescadores.

Encaminhado na hora das trevas por mãos solidárias, Armindo de Almeida esteve um largo período escondido em Sesimbra numa casa do conterrâneo Penha, com o apoio da comadre Elisa “Ruça”, uma valente corticeira antifascista. Até que um dia o jovem idealista de fortes convicções, partiu para Espanha onde Franco e os falangistas tinham desencadeado, em Agosto de 1936, a rebelião reaccionária contra o poder republicano legitimamente constituído.

Depois de frequentar a Academia de Marinha em Cartagena, integrou-se nas grandes batalhas pela liberdade, vindo a morrer num bombardeamento em 1938.

- Outros barreirenses de nascimento ou de opção de vida, deram o mais generoso e valente sacrifício pessoal, na guerra civil mais terrível da História Moderna, onde se confrontaram duas visões da Humanidade: dos que se batiam pela liberdade, pela democracia, e pelos ideais de um mundo novo, e dos que apostavam na continuidade de uma sociedade conservadora, no primado da exploração do homem, na opressão e na tirania.

O conflito espanhol aqui tão perto, acendeu paixões e incendiou a vontade generosa em centenas de jovens portugueses, de contribuir para a transformação do mundo. Referimos os barreirenses Armindo de Almeida; Joaquim Rebelo, “da Aldeia”, assim conhecido por ser da Aldeia Galega (Montijo), que chegou a tenente das forças milicianas da República Espanhola; Manuel Ferro, Manuel Boto e Manuel Fírmico, anarquistas perseguidos depois de Janeiro de 1934; Reinaldo de Castro, Francisco Luís Maria, o “Chico Faquinhas”, e Vicente Sequeira, simpatizantes comunistas, tendo o primeiro, juntamente com Boto e Fírmico, sido entregues por Franco a Salazar em 1939, que os enviou de seguida para o Tarrafal.

Manuel Fírmico era de Alhos Vedros e escreveu sobre a guerra civil, tendo inspirado, diz-se, o excelente romance épico, “Por Quem os Sinos Dobram”, de Ernest Hemingway, também combatente

pela República nas Brigadas Internacionais;

- Em Portugal com Salazar, vivia-se a época áurea do chamado eufemisticamente “Estado Novo”, para disfarçar as demasiadas coincidências com a Itália fascista de Mussolini e o nacional-socialismo de Hitler em ascensão na Alemanha. A corporativização dos sindicatos, a legionálização dos trabalhadores e a alienação da Mocidade Portuguesa, o terror da polícia política (PVDE), a ditadura do partido único (a União Nacional), o campo de concentração do Tarrafal, o afastamento do ensino de insignes intelectuais, a censura prévia, a prisão, tortura e morte de milhares de portugueses, são as marcas indeléveis de António de Oliveira Salazar à frente da Nação.

Nesse tempo o ditador mandava para Espanha, para o amigo Franco, o que roubava à miséria dos portugueses, instituindo o condicionamento dos géneros de primeira necessidade e criando as célebres “senhas de racionamento”, usadas como instrumento de discriminação e favorecimento. Floresceram a especulação e o mercado negro, sofriam mais as classes de fracos recursos. No Barreiro, eram fascistas e reaccionários (Ulisses, Catapirra, “general Mola”, entre outros), que controlavam o sistema, fazendo passar fome a muita gente e enchendo os bolsos de especuladores e de parasitas do regime.

- A concentração operária à volta da grande indústria propiciava a união de esforços. O trabalho em equipa nas fábricas e oficinas, ensinava a congregar vontades e capacidades, fosse para lutar por melhores condições de vida e de trabalho, ou para facultar a instrução, o recreio e o desporto.

A música ocupou um lugar especial na vida associativa e cultural de gerações e gerações de barreirenses, desde a fundação da primeira Filarmónica do Barreiro, em 1840. No primeiro quartel do século XX, chegaram a existir simultaneamente meia dúzia de bandas e filarmónicas no concelho. Mas o ascenso do novo poder autoritário e prepotente instalado nos anos 30, procurava subverter o carácter democrático e progressista destas associações, exercendo pressão para as bandas “abrilhantarem” os actos oficiais, utilizados na propaganda demagógica e oportunista do chamado Estado Novo.

Para não cederem à pressão ameaçadora das autoridades administrativas e da polícia política, as colectividades “Franceses” e “Penicheiros”, as mais tradicionais do burgo, suspenderam as suas bandas em 1936, após mais de 50 anos de actividade e, dissolveram-nas no ano seguinte.

- Nos anos da guerra de Espanha, as forças da situação estiveram particularmente activas entre os ferroviários, recrutando para as “lanças” da Legião Portuguesa, denunciando e perseguinto os “subversivos”, que incluíam os republicanos do reviralho, os democratas antifascistas ou os suspeitos de simpatias anarquistas e comunistas.

Nas condições da ditadura, a hierarquização rígida, o controlo opressivo, sobretudo nas oficinas, sufocam os trabalhadores ferroviários, espalhados num sistema interno de vigilância e delação, patrocinado ao longo dos anos por sucessivos chefes todo-poderosos, autênticos “testas de ferro” do regime salazarista (Raul Esteves, Rui Ulrich, Fernando de Sousa, Mendia, Bruscki e mais tarde Garcia e Adragão).

Mas as contradições fundamentais nos caminhos de ferro, o “Estado Novo” não as resolia.

Os ferroviários não eram aumentados desde 1927, a CP retirara os passes aos reformados (1939), e cortara nas licenças anuais (1940), provocando grande descontentamento na classe a viver no limiar da pobreza, desorientada pelos sindicatos corporativos que atacavam a direcção da CP, mas ilibavam o regime e o seu deificado ferroviário número um: “Salazar manda, os ferroviários obedecem!”.

- Depois da real implantação da ideologia comunista no Barreiro, com as primeiras células urbanas em 1929/30, (embora tivesse existido a “comuna” Karl Marx, em 1924) nunca mais deixa de aumentar a influência do PCP junto dos trabalhadores industriais, cujo número também aumenta (são 34% da população activa com profissão em 1930). Os militantes comunistas estão sempre na vanguarda da organização e mobilização para a luta dos operários e operárias, por melhores retribuições e condições de subsistência. Esta luta é parte integrante da resistência ao regime da ditadura instalado em 1926, que, com Salazar a partir de 1932, vai estreitando os laços com os grandes grupos económicos (nomeadamente a CUF).

O profundo comprometimento deste monopólio com o regime leva o “Avante!” a escrever, durante a Guerra Civil de Espanha: “Alfredo da Silva está a mandar para os amigos falangistas de Espanha aquilo que tira aos seus trabalhadores”.

As primeiras lutas organizadas na CUF sob a nova estrutura corporativa, dão-se em 1938 (nas jornadas de 1935 participaram operários da CUF, mas a acção foi no exterior das fábricas) com uma paralisação na Caldeiraria, de dia e meio de protesto e solidariedade contra a prisão de dois trabalhadores que são mais tarde libertados. No final desse ano de 38, espectaculares pinturas feitas com os símbolos da foice e do martelo na Fábrica de Sabão, de protesto contra as más condições de trabalho e de vida, levam ao desencadear de uma intensa repressão pela PVDE, com prisões e interrogatórios seguidos do despedimento de trabalhadores, por ditame do patrão, mesmo os não pronunciados judicialmente.

- Domingos Duarte foi preso na Primavera de 1938, acusado de ter pintado a foice e o martelo nas caixas de sabão, um produto de excelência da Campanhia União Fabril. Os espancamentos começaram logo no “Olho de Boi”, onde esteve um mês, mal alimentado e confrontado com as declarações que o responsabilizavam de tudo: “Isso não é verdade, não fiz as pinturas!”.

Embora houvessem convicções generosas, a prisão e a tortura eram cruéis, alguns presos trocavam a dignidade e a confiança dos camaradas, pela denúncia ou até pela traição.

Os maus tratos prosseguiram na esquadra do Castelo, na António Maria Cardoso em Lisboa e em Caxias. Meses de calvário para confessar a autoria das pinturas que todos lhe atribuíam mas que Domingos Duarte negava teimosamente:

- Isto é que o gajo é nhurro! Racho-te à porrada se não confirmas! – irava-se o chefe de brigada da PVDE.

A extrema humilhação, a amargura do sofrimento, a vivência colectiva na prisão penal, clarificaram o pensamento e a consciência de classe do beirão que aderiu ao Partido Comunista Português durante a longa permanência na “Academia” de Caxias, e que de facto não tinha sido o autor material das pinturas e afirmava: “Um homem tem a sua honradez”.

5. AS GRANDES LUTAS OPERÁRIAS DE 1943

- Depois de muitos anos em que o medo imperou, devido à repressão feroz subsequente à Acção Revolucionária de Janeiro de 1934, e à Semana de Agitação e Luta, em 1935, num tempo tenebroso em que o fascismo criou a Colónia Penal do Tarrafal, onde encerrou para morrerem lentamente centenas de patriotas portugueses, a classe operária vai recuperando a coragem e o ânimo que a exploração e a luta por melhores condições de existência reclamam.

Na Companhia União Fabril, onde o trabalho é duro e mal remunerado, mas o ordenado é certo (uma benesse amarga para quem vem dos campos da fome extensa do Alentejo, ou da pequena agricultura arruinada das Beiras), devido à expansão industrial, o aumento do número de trabalhadores, vivendo exclusivamente do seu salário insuficiente, cria as condições objectivas para a eclosão de sentimentos de insatisfação e revolta.

Acresce agora historicamente, o trabalho de esclarecimento e politização, numa “linha de massas”, desenvolvido pelos comunistas na ilegalidade profunda. Como corolário, os operários da Caldeiraria da CUF (em 1938), da Fábrica de Sabão (em 1938), da Zona Têxtil (em 1940) e novamente da Caldeiraria em 1942, paralisam o trabalho e exigem melhores remunerações (ou protestam contra a repressão e as prisões arbitrárias).

- Às grandes acções de luta seguem-se invariavelmente grandes ondas repressivas. A polícia política, a PVDE, em breve PIDE, circula a belo prazer pelas fábricas e oficinas com o beneplácito patronal. Para combater a rede clandestina do Partido Comunista, são criadas redes clandestinas de bufos e informadores que tecem uma complicada teia, juntando hierarquias reaccionárias com toda a casta de oportunistas (Legião Portuguesa, Mocidade Portuguesa, Brigada Naval, sectores conservadores da cristandade, etc). Gente capaz de vender o pai e a mãe, em troca de favores e promoções, fazendo da denúncia e da perseguição o pão nosso de cada dia. Na CUF impera o medo, numa curiosa mistura com ilusões espalhadas pelas benesses sociais, paternalistas, insuficientes e arbitrárias, que não resolvem o fundamental dos problemas, a injusta repartição da riqueza criada.

O chefe dos guardas Tiago, uma personagem sinistra, emerge neste lodaçal que o patronato promove e o governo salazarista apadrinha. Guardião-mor da rede de bufos, o todo-poderoso chefe é morto a tiro numa tarde quente de Agosto de 1942, por um correligionário de nome Capela, que tinha estado na guerra de Espanha no “Batalhão Viriato”, (criado por Salazar

para ajudar o amigo Franco contra a república espanhola). A suspensão de Capela à ordem de Tiago, por se ter recusado à apalpação, (controle vexatório à saída do complexo) esteve na origem deste desenlace espetacular ocorrido na zona das baias e testemunhado por muitos trabalhadores que comentavam: “Tão amigos que eles eram!...”

- As más remunerações e a escassez de géneros trazem os trabalhadores da CUF preocupados. Resolvem organizar um protesto unitário e mandaram uma comissão para apresentar superiormente um caderno com várias reivindicações. A hierarquia apanhada de surpresa e admirada com a composição unitária da comissão (integrando gente ligada a sectores católicos), promete uma resposta que nunca surge. Estávamos nos meados de Junho de 1943, um mês depois e sem “feedback” da administração os operários decidem fazer uma “Paralisação de Braços Caídos”.

No dia 27 de Julho, que amanhece com um Sol radioso, a Oficina de Reparações da CUF dá o grito de partida, a energia é desligada, as máquinas param, a notícia espalha-se: “Vamos para a greve, camaradas! Vamos para a greve!”

O sinal é erguido na torre da fábrica de Ácido Sulfúrico, uma bandeira tremulando na brisa que vem do Tejo. Uma a uma todas as fábricas e oficinas param, no mais grandioso protesto jamais desenvolvido no maior complexo industrial do país, onde trabalhavam mais de 6000 pessoas.

A reacção do patronato é tímida inicialmente, na parte da tarde chegam guardas e polícias num rebocador, vindos de Lisboa. Com a espingarda ao ombro olham receosos e admirados para os muitos operários reunidos à porta das fábricas, discutindo com entusiasmo o resultado da iniciativa. Os patrões exigem tropas para pôr fim à greve, o Ministro do Interior não garante o êxito de tal operação num tão grande e diversificado “campus”, teme-se a reacção dos trabalhadores. O dia 27 saldou-se com o êxito da paralisação total das fábricas.

- No dia seguinte, 28 de Julho de 1943, quando manhã cedo os trabalhadores chegam, os portões estão encerrados e fortemente guardados por “gnr’s” de espingarda em riste. Nas entradas do Largo das Obras e dos Têxteis, juntam-se centenas de operários. Alguns hesitam na continuação da paralisação, mas perante o “lock-out” patronal, grita-se em uníssono: “Bandidos! Canalhas! Deixem-nos entrar! Assassinos! Viram as espingardas contra o povo!”.

De uma discussão breve do comité de greve, surge a orientação para marchar para a vila e conquistar a adesão de mais sectores da população. Formam-se duas manifestações, uma segue para o centro, via Largo das Obras, a outra vai pela Fábrica Barreiras, no Lavradio, e prossegue pelo Alto do Seixalinho. Esta frente ir-se-á dividir em duas e uma delas rumará à Baixa-da-Banheira e a Alhos Vedros.

No Barreiro a boa nova espalha-se como um raio: “Há greve na CUF! Há greve na CUF!”

O cortejo aumenta com a adesão de trabalhadores da construção civil, de domésticas, costureiras, até de pequenos comerciantes que fecham as portas. Nas corticeiras Teodoro Rúbio, Cantinhos, e Herold, as mais importantes, discute-se e paralisa-se, toda a gente vem para a rua!

A vila está em polvorosa, milhares de pessoas estão na rua a gritar: “Temos fome!”,

“Queremos trabalho e pão!”, “Paralisação! Paralisação!”.

A manifestação que vai ao Barreiro-A, passa pela rotunda das máquinas e entra pelas Oficinas dos Caminhos de Ferro aos gritos de “Pára! Pára! Pára!”. Os chefes ameaçam, os operários ferroviários hesitam, a opressão na CP é tremenda, alguém desliga a energia, as máquinas claudicam e as oficinas param.

Da parte da tarde os ferroviários irão “quebrar”, perante o desgosto de centenas de trabalhadores, a maioria mulheres com filhos pequenos ao colo, gritando: “Não vão trabalhar, camaradas!”.

- Ao fim da tarde chegam comboios com tropas de Setúbal e cavalaria da GNR vinda de Évora/Estremoz, comandada pelo famigerado tenente Homero de Matos, alcunhado de “Olho de Vidro”.

De imediato começa a repressão violenta, com o cerco e desbaratamento a tiro de uma grande manifestação unificada que descia a rua Miguel Bombarda até à Verderena. Cavalos para cima da multidão em pânico, espadearida, tiros com pontaria alta (de facto não houve feridos!)... prisões, dezenas de prisões.

Nos dias seguintes estas cenas ir-se-iam repetir no centro da vila, junto ao Parque Municipal, com espancamentos violentos e prisões, mais prisões. Os presos são depositados às dezenas nos barracões da “Teodoro Rúbio”, na Verderena. Muitos são enviados para Lisboa depois de interrogados um a um pela PVDE.

Uma semana depois, nos portões encerrados da CUF, são afixados avisos. Quem quiser voltar a trabalhar tem de se reinscrever, com perda das regalias anteriores. Começa a “révanche”, muitos resistem, mas passam os dias..., uma semana, uma quinzena, a fome aperta!...

Come-se a crédito mas o pequeno comércio é frágil, compram-se tecas de carapau “mouro”, mais barato, rouba-se fruta nas quintas. A filharada choraminga com fome, os homens não são de pau, começam a ceder. Pouco a pouco regressam ao trabalho sob a mira das espingardas da GNR, instalada pelo patronato da família Mello (Alfredo da Silva morrera no ano anterior) dentro da própria Companhia. Um destacamento da Guarda ficará a ocupar permanentemente a fábrica e a vila até 1974!...

– O senhor não pode voltar a trabalhar, tem aqui uma nota na sua ficha!...

– Verguei aqui a mola durante 20 anos e não posso voltar ao trabalho?!...

– São ordens!

Centenas de bons profissionais são liminarmente afastados e obrigados a arrastar a fome noutras paragens, o sistema patronal capitalista e o regime salazarista-fascista seu serventuário, não lhes perdoa. Têm a vermelho na ficha, “simpatizante comunista”, ou “sindicalista livre”, ou “de ideias ateias”, ou “refilão”. A CUF põe-nos na rua, vão ter muita dificuldade em arranjar trabalho, a PVDE vai andar na sua peugada.

6. DURANTE A II GUERRA MUNDIAL

- A intensa repressão nos anos 30, consequência da implantação do regime fascista em Portugal, sobretudo após a acção revolucionária de Janeiro de 1934, e a acção de agitação e luta em Fevereiro de 1935, levou à prisão muitos destacados dirigentes comunistas, em sucessivos golpes que enfraqueceram o PCP, ilegalizado em 1926 e trabalhando na clandestinidade rigorosa e organizada desde a reestruturação de Bento Gonçalves em 1929/30. O próprio secretário-geral foi preso em 1935 e deportado para o Campo do Tarrafal, onde viria a morrer vítima dos maus tratos em 1942.

Em 1941, segundo instruções trazidas do Tarrafal por dirigentes entretanto libertados, foi feita uma grande reestruturação interna que levou ao afastamento de alguns activistas. No Barreiro, num processo que foi conhecido por “Grilismo”, foi afastado por desvio à orientação política e quebra de segurança, o doutor Velez Grilo e alguns seus apoiantes. O novo comité local do PCP, a partir de 1942, tinha a seguinte composição: Carlos Alberto, Teodoro de Oliveira, António Torrão, José Marinho e António Ferreira (Marmelada).

Nas greves de 1943, já esta estrutura esteve na base da dinamização e organização das lutas, num período de grande afirmação local e regional (Lisboa, Baixo Ribatejo e Margem Sul) do Partido Comunista Português.

- No rescaldo das grandes lutas operárias e populares no Verão de 1943, numa altura em que Salazar e as forças mais reaccionárias ainda acreditavam numa vitória do nazi-fascismo sobre a União Soviética, a repressão abateu-se feroz sobre o Barreiro e as localidades adjacentes da Baixa da Banheira e de Alhos Vedros.

Centenas de prisões perpetradas durante a noite e a madrugada (500 ao todo, em que quase 50 eram mulheres), com os motores da célebre “Ramona ou Viúva” a acordarem a vila inquieta, ocupada militarmente desde 28 de Julho de 1943, pelo destacamento da GNR comandado por Homero de Matos. Interrogatórios, humilhações, espancamentos, encaminhamento dos “suspeitos” para a PVDE, torturas, longos períodos de prisão sem culpa formada.

No regresso da prisão arbitrária, as mais das vezes sem acusação formal, os expressos não são readmitidos no trabalho, sobretudo na CUF, juntando-se assim a punição patronal à repressão. Centenas de bons artífices e operadores, tiveram de sair do Barreiro,

onde só a solidariedade activa evitou a miséria e a fome.

- A partir da grande derrota da “Wermatch” nos territórios da União Soviética, desenhada a partir da batalha de Kursk no Verão de 1943, os homens e as mulheres progressistas de todo o mundo exultaram, ao sentirem finalmente quebrarem-se as trevas em que o Mundo tinha mergulhado debaixo das patorras do nazi-fascismo.

Nas fábricas do Barreiro os reaccionários de toda a espécie começam a baixar a “garimpa”, o patronato conluiado com o poder político salazarista, ensaiando alguns passos de elisão do passado germanófilo recente. Os negócios na Indústria Química, Metalo-Mecânica e de Reparações Navais, não correm nada mal, há que parecer (mostrar!) que estão todos com os aliados.

No dia 8 de Maio de 1945, quando se soube da rendição da Alemanha, muitas centenas de barreirenses responderam à chamada e juntaram-se frente à Câmara Municipal, onde foram feitas algumas intervenções. Depois desfilaram até ao portão da fábrica de cortiça Braancamps, propriedade de ingleses, gritando vivas à vitória dos aliados, ao fim da guerra e à democracia esperada.

A GNR ocupante da vila, observa à distância sem intervir. No meio da multidão aparecem bandeiras inglesas, muitas bandeiras negras e muitos paus nus, com significados que não escapam aos observadores: a fome negra mantinha-se com o “racionamento” desde os tempos da Guerra de Espanha, nos paus nus faltavam as bandeiras vermelhas com a foice e o martelo, que a organização desaconselhou!...

Alguns discursos espalham a ilusão de que as democracias ocidentais vão alterar o poder em Portugal!... Ouvem-se apupos, alguém perde a paciência e grita: “Abaixo o fascismo!”, “Abaixo Salazar!”.

- No dia seguinte continuaram as manifestações de alegria pelo fim do terrível conflito, que ficou conhecido pela II Guerra Mundial (1939/45). Embora Portugal não estivesse directamente envolvido, os portugueses foram duramente atingidos pelas medidas de racionamento dos géneros alimentares, decretadas por Salazar, que afectou sobretudo as camadas com menos recursos.

No Barreiro, os operários e os trabalhadores que se tinham manifestado rijamente contra a fome, em Julho de 1943, associavam à revolta a consciência democrática e antifascista que exigia o fim do regime de ditadura de Salazar, germanófilo até onde pôde, “aliado” quando as coisas deram para o torto.

Tal como também entortaram no dia 9 de Maio de 1945, quando centenas de manifestantes subiram a rua Brás com gritos de regozijo, vitoriando o fim do conflito, levando nas mãos fotografias dos jornais com o soldado soviético a levantar a bandeira da URSS no edifício do “Reichtag”.

A GNR recebera instruções fresquinhas, a ditadura não queria mais ajuntamentos. Salazar percebia como por todo o País o povo português estava sedento de liberdade, o poder estava em perigo. Interceptada a meio da rua, a manifestação inflete para o lado da

Escavadeira, a cavalaria da Guarda carrega a dispersar: “Arreia! Arreia!” – grita o comandante.

Um grupo numeroso tenta atravessar para o Bairro das Palmeiras. Apanhado em campo aberto é barbaramente espancado à espadearada, e, quando os manifestantes, sobretudo jovens, atingem a passagem pedonal aérea sobre o caminho de ferro e respondem com pedras, os guardas tentam subir a escadaria com os cavalos que escorregam e caiem. A malta nova termina o dia e as comemorações com uma chuva de pedras sobre a Guarda, gritando: “Assassinos！”, “Morte ao fascismo！”, “Abaixo a ditadura！”.

- Sentindo o terreno fúgido, numa Europa em grande agitação política no pós-guerra, com clara viragem à esquerda, Salazar ensaiava algumas manobras dilatórias de pseudo-democratização. “Eleições livres como na livre Inglaterra”, promete o ditador manhoso que não muda nada de essencial do regime repressivo (em Outubro de 1945 um decreto-lei cria a Polícia Internacional e de Defesa do Estado – PIDE – em substituição da odiada PVDE, deixando tudo na mesma).

Manobrando, o professor de Santa Comba simula um aparente recuo, aligeirando a censura e libertando alguns presos políticos. São marcadas eleições para deputados para o dia 18 de Novembro e a oposição democrática aproveita a abertura. É criado o MUD (Movimento de Unidade Democrática) que desenvolve de imediato uma grande actividade unitária, com múltiplas iniciativas de confraternização, esclarecimento e mobilização. Vem substituir o MUNAF (Movimento de Unidade Nacional Antifascista) que fora lançado em Dezembro de 1943.

Não existindo condições democráticas, o MUD solicita o adiamento (negado) das eleições, e acaba por desistir, denunciando o logro salazarista. Fica apenas a União Nacional para as “chapeladas”. No Barreiro, em que houve uma movimentação política assinalável do MUD, votam só 1683 cidadãos dos 3975 inscritos (42,3%), revelando o desencanto reinante.

Em 1946 é criado o MUD Juvenil, que terá uma expressão significativa na nossa terra, com estruturas concelhias que ao longo dos anos seguintes irão ter várias iniciativas unitárias e irão mobilizar centenas de jovens barreirenses para o trabalho político, associativo e cultural.

7. CORTICEIROS AGUERRIDOS

- Durante a II Guerra Mundial, a indústria corticeira no arco ribeirinho do Tejo conheceu um período de alguma prosperidade, com as encomendas do excelente material de isolamento e insonorização, feitas por americanos, soviéticos e alemães, que todavia pouco se reflectiu nas condições dos trabalhadores, tradicionalmente precárias. Havia então muitas fábricas em laboração contínua, algumas de razoável dimensão, onde os homens e mulheres da cortiça impunham a sua unidade para alcançarem algumas melhorias, dada a política de baixos salários apadrinhada pelo regime salazarista.

Com uma longa tradição de luta desde os finais do século XIX, os corticeiros do Barreiro, Alhos Vedros, e Moita, em meados de 1944, formam comissões de fábrica e comissões de delegados operários a nível local para coordenarem as acções. No dia 15 de Novembro, promovem uma concentração no Sindicato Corporativo dos Corticeiros, na rua Miguel Paes, em apoio das suas reivindicações de melhores salários e trabalho a tempo pleno. Exigiam também a conclusão e o resultado do inquérito das comissões técnicas promovido pelo Ministério das Corporações, prometido há meses, sobre as condições do sector corticeiro.

- Tardam as medidas, adiadas para as calendas, quando a guerra acaba e as exportações diminuem. Com um mercado interno minúsculo devido à falta de poder de compra dos portugueses, agravam-se as dificuldades nas fabriquetas mais frágeis, só as que investiram na modernização da maquinaria se mantêm competitivas.

Nalguns casos porém, os problemas eram mais aparentes do que reais, os patrões recorriam frequentemente à diminuição do regime de laboração como única mezinha para todos os males, criando situações dramáticas às famílias corticeiras.

A classe mostra-se extremamente combativa pela necessidade objectiva de defender o direito ao trabalho. Em Novembro de 1946, os operários corticeiros fazem greve nas fábricas Herold, Cantinhos, Barreiras e Teodoro Rúbio, as maiores no Barreiro, contra a política patronal que degrada as condições de trabalho.

Alguns estabelecimentos fabris funcionam só três dias por semana, os obreiros e as famílias passam grandes privações. Salazar, apesar das leis paternalistas e dos sentimentos

piedosos que os arautos do regime tanto apregoam, não criou o subsídio de desemprego!

- Aos trabalhadores só restava a hipótese de resistirem e lutarem para que a fome não se transformasse em definitiva miséria. Em Dezembro de 1946, exigem a elaboração de uma nova regulamentação para o sector, que o governo acaba por publicar no final desse ano, contemplando aumentos salariais e o mínimo de 4 dias de trabalho semanal. Operários e operárias da cortiça exultam com a pequena vitória, mas o patronato não quer cumprir a portaria. Degradam-se novamente as relações laborais, muitas fábricas estão longos períodos sem funcionar, a miséria acentua-se, os corticeiros, sempre muitos aguerridos, voltam à luta.

Em Fevereiro de 1949, concentram-se junto ao seu sindicato exigindo o cumprimento da regulamentação. As “marionetas” ao serviço do Ministério das Corporações, chamam a Guarda que aparece atirando os cavalos a eito, vaiada por uma multidão enraivecida, e prende 4 membros da comissão promotora da concentração.

- Neste contexto de acesa luta reivindicativa e de pressão sobre os patrões e dirigentes sindicais fantoches, surge a figura tutelar do delegado do Instituto Nacional do Trabalho (INT), para regular o conflito. Apesar do clima repressivo dos dias anteriores e da carga da GNR, duzentos trabalhadores apresentam-se ao delegado que ouve as queixas um a um, enfatiza os grandes problemas do sector, e promete transmitir superiormente.

Chega a vez do destacado líder corticeiro, António Ferreira, conhecido por “Marmelada”, que expõe a situação com firmeza, denuncia o patronato reaccionário e incumpridor da regulamentação, acusa o Ministério da miséria dos obreiros, e afirma a certeza de que vão continuar a lutar por melhores condições de vida.

De facto ainda em Junho de 1949, os operários corticeiros das fábricas Cantinhos e Marques e Martinho Rosado Pereira, pressionam o delegado do INT, em Setúbal, protestando contra despedimentos.

Em Dezembro de 1950, os funcionários da fábrica H. Zum, impõem com êxito o seu caderno reivindicativo à gerência. Animados pelo trabalho político de mobilização e dinamização realizado pelas células do PCP, os corticeiros do Barreiro, Lavradio, Moita e Alhos Vedros, em Outubro de 1951, coordenam as suas lutas por aumentos salariais, e agem em sintonia.

- Persistem as mulheres e os homens que trabalham a cortiça. Não lhes resta outra alternativa contra o patronato capitalista explorador e a degradação laboral. Em Janeiro/Fevereiro de 1952 (e também em Maio), continuam as lutas com as comissões de unidade à cabeça, pressionando a direcção do sindicato, o delegado do INT e, perante a tergiversação destes, directamente junto dos donos (Teodoro Rúbio, João Vieira, etc.), conseguem aumentos de 2\$50/3\$00 diários.

Em Junho desse ano, numa luta original, as mulheres corticeiras da fábrica Barreiras, no Lavradio, exigem trabalho para todas quando o patrão quer despedir metade. Paralisando unidas a 100%, garantem a continuação da laboração total e o pagamento do dia de protesto.

Neste clima de resistência e luta continuadas, o delegado do INT junto do sindicato dos corticeiros, denuncia António Ferreira, como principal agitador comunista e dirigente grevista. Preso

e condenado a dois anos de prisão, mais medidas de segurança, é alvo de um grande movimento de solidariedade da classe corticeira, que faz manifestações e concentrações exigindo a sua libertação, (e também um abaixo assinado com 470 assinaturas). Durante todo o tempo de prisão, “fazem” o seu ordenado para apoiar a família, o que não constituía um acto meramente simbólico para quem tinha trabalho só três ou quatro dias por semana e uma casa cheia de gente com grandes carências.

- No início da década de 60, travam-se ríjas lutas nas fábricas

do Barreiro e de todo o arco ribeirinho do Tejo, de Cacilhas ao Montijo, passando pela Cova da Piedade, Seixal, Alhos Vedros e Moita. Audiências, exposições, abaixo-assinados, protestos, concentrações, marchas, greves, os trabalhadores da cortiça mostram ao longo dos anos, grande firmeza e convicção na defesa dos seus direitos e na conquista de melhores condições de subsistência.

Em Julho de 1962, o patrão da fábrica “Alemão”, na Verderena, ameaça encerrar e lançar dezenas de operários no desemprego. Estes reagem concentrando-se nos escritórios da empresa, e organizando uma marcha de protesto pelas ruas da vila até à Câmara Municipal e ao Sindicato. Perante a firmeza e determinação dos obreiros, a GNR entretanto chamada para intimidar, limita-se a acompanhar a manifestação onde se grita: “Queremos trabalho!”, “Não ao desemprego!”.

Nos finais de 1965, após muito porfiarem, os trabalhadores da cortiça conseguem finalmente a aprovação de um novo Contrato de Trabalho, que estabelece aumentos gerais de 6 a 8 escudos diárias.

Dir-se-ia uma pequena vitória!... Se não houvesse a GNR a bater (e a matar por vezes!); a PIDE a prender e a torturar activistas e revolucionários; os tribunais plenários a condenarem a largos anos de prisão os mais destacados lutadores; a rede de bufos a denunciar e a envenenar os locais de trabalho e de residência; a proibição de reunir, falar ou escrever publicamente sem censura prévia; a repressão selvática (e o assassinio!) sobre as manifestações; os patrões a lançarem centenas de obreiros no desemprego e na miséria; a exploração desenfreada e os baixos salários nas fábricas; a emigração a “salto”, como recurso para fugir à ruína do campesinato desprezado; a corporativização da vida dos sindicatos fantoches propalando a conciliação de interesses entre exploradores e explorados; a conivência da hierarquia da igreja católica ao serviço dos ricos e poderosos; a asfixia da vida associativa e o obscurantismo cultural; a impossibilidade de acesso à Universidade dos filhos de trabalhadores por razões económicas; a guerra colonial a levar para o estropiamento e a morte a juventude portuguesa.

Tal é a caracterização do regime da ditadura terrorista dos monopólios e dos latifúndios associados ao imperialismo estrangeiro, que subjugou Portugal e os portugueses durante 48 anos. Por isso a luta foi nacional e antifascista, mas também anticapitalista e anti-imperialista.

8. AS CANDIDATURAS DEMOCRÁTICAS DE NORTON DE MATOS E DE RUY LUIZ GOMES

- O Barreiro acompanhou de forma destacada as grandes movimentações democráticas no período do pós-guerra, apesar da repressão sempre omnipresente e certamente também por causa dela. Pressões, ameaças, prisões, faziam despertar para a luta antifascista novas gerações de combatentes da liberdade, estivessem eles ligados ao MUD ou à congénere juvenil.

O Movimento de Unidade Democrática, criado em 1946, como vimos, foi ilegalizado em Março de 1948. Durou pouco a “democratização” de Salazar. Em Junho morre Bento de Jesus Caraça, eminente intelectual e antifascista (cofundador do MUD), transformando-se o seu funeral numa grande manifestação de pesar e de protesto político.

Quando em finais de 1948, foi avançada a candidatura democrática do general Norton de Matos à presidência da República, constituiu-se uma comissão concelhia de apoio e foi aberta uma sede na rua António José de Almeida, chamando e congregando os democratas barreirenses que organizaram duas concorridíssimas sessões no Teatro-Cine. As autoridades locais pressionaram, a PIDE ameaçou antecipadamente, mas a família Miranda, proprietária do cinema, alugou a sala para as sessões que decorreram com grande entusiasmo.

- Em Fevereiro de 49, em reunião nacional, pouco antes do acto eleitoral, os representantes do Barreiro votam pela não ida às urnas. Não existiam condições condignas, o general Norton de Matos desiste. No concelho estão inscritos 5 365 eleitores, votam 3 165 (58%), é reeleito o general Óscar Carmona, candidato do partido único.

Salazar, com o acordo dos americanos mais interessados na base militar das Lages, nos Açores, do que na democratização e nos direitos humanos em Portugal, confiante com a entrada na Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) em Abril de 1949, consolida-se no poder e dá tratos de polé à oposição.

- A criação do Movimento Nacional Democrático (MND), em meados de 1949, correspondeu à necessidade de reorganizar a luta unitária contra a ditadura salazarista, que recruscedia em

ferocidade, depois da pseudo-abertura no pós-guerra e da campanha oposicionista para as eleições presidenciais que, apesar da desistência, tinha incomodado o ditador.

O insigne cidadão, Carlos Alberto de Oliveira, comunista no segredo necessário e destacado democrata barreirense, integra a direcção central do MND e por duas vezes “paga” na prisão arbitrária pela PIDE, o preço da luta pela liberdade.

- O PCP era o grande animador da unidade antifascista e também por essa razão o alvo principal da repressão. Mas não foram apenas os comunistas que Salazar mandou prender. O “jogo de espelhos”, de que falam alguns historiadores revisionistas, confundindo carrascos com as suas vítimas, de facto não existiu. O ditador procurou ao longo do seu extenso consulado, eliminar (inclusive fisicamente) quem se atravessava no seu projecto totalitário de “ Deus, Pátria e Família”. E não foram só os comunistas!

Em 1950, toda a comissão central do MND foi presa. O seu julgamento no Tribunal da Boa-Hora, em Lisboa, constituiu um libelo acusatório contra o regime. Do Barreiro foi uma numerosa delegação apoiar Ruy Luíz Gomes, Maria Lamas, Virgínia de Moura, entre outros, composta sobretudo por mulheres operárias, que saudaram animadamente a absolvição dos destacados dirigentes, pois os juízes não encontraram matéria para penalização. Para registar esse momento, João dos Reis, dinâmico democrata, tirou uma fotografia ao grupo recém libertado. Interpelado pela PIDE, foi logo ali preso, a máquina fotográfica confiscada e a sua casa, no Alto dos Silveiros, no Barreiro, assaltada ao fim do dia.

Nesse tempo a solidariedade antifascista aquecia os corações e orientava os passos. A corajosa militante Ana Vinagre, correu para o barco da travessia do Tejo e voou a avisar a companheira de João, que teve assim tempo de “arrumar” a casa para receber a previsível visita da polícia política. Em boa hora!

- João dos Reis foi libertado no dia seguinte após o interrogatório e a rusga inconsequente à casa onde morava. Na sequência destes acontecimentos e a título de reconhecimento, Maria Lamas, Virgínia de Moura, Lobão Vital e o professor José Morgado, dirigentes do MND, vieram ao Barreiro agradecer a solidariedade. Foram recebidos na casa de Vitalina Machado e de Silva Nogueira, distintos democratas barreirenses, e visitaram a colectividade “Os Leças”, onde se desenvolvia uma actividade cultural muito relevante, com destaque para o funcionamento dinâmico da biblioteca, apoiado na juventude.

O Grupo Dramático e Recreativo do Alto dos Silveiros, manteve sempre uma atitude muito aberta e corajosa no apoio à luta democrática e antifascista. Apesar das pressões da Câmara Municipal, (argumentando com a proibição estatutária de discutir assuntos políticos), realizou-se uma sessão comemorativa do 1º de Maio, em 1951, com a participação de Humberto Lopes e José Morgado, em ambiente de grande convicção e esperança no futuro.

- Em Julho de 1951, com a sala do Leças completamente apinhada, realiza-se a primeira sessão no Barreiro, da candidatura do professor doutor Ruy Luíz Gomes. Esta fora decidida em Junho, no âmbito do Movimento Nacional Democrático, com o intuito de

concretizar uma grande campanha contra o regime ditatorial, sob a sigla, “ conquista das liberdades fundamentais”.

A morte de Carmona em Abril de 1951, abrira a esperança de mudar o regime salazarista. No Barreiro o professor recebe dezenas de apoios, expressos num requerimento com trinta assinaturas para a legalização (entre outras de Júlio Militão, Benjamim Roberto e José Lucas), das quais só uma seria considerada!... Com grande entusiasmo foi aberta uma sede de apoio e efectuaram-se reuniões largamente participadas.

Mas o Supremo Tribunal de Justiça recusa a candidatura do professor Ruy Gomes, sob a acusação de “ser simpatizante comunista e por essa razão não ter idoneidade moral”!... Teve-a e de que maneira, quando Salazar mandou os esbirros agredir selvaticamente os oposicionistas, à saída de uma sessão em Rio Tinto, em que o candidato e outros democratas foram parar ao hospital.

- Nos anos 50, em plena guerra-fria, as potências ocidentais só pensam em derrotar a União Soviética, os pruridos em relação à ditadura de Salazar (bem como ao amigo Franco na vizinha ibérica), esmorecem perante os interesses geoestratégicos vitais (utilização pelos Estados Unidos da base das Lages, nos Açores e mais tarde da base de Beja, pelos alemães).

Portugal fora admitido na NATO como membro fundador. Como prova de reconhecimento e de apoio pelo bom comportamento do governo salazarista, o conselho do Pacto do Atlântico reúne em Lisboa, em 20 de Fevereiro de 1952, nas instalações do Instituto Superior Técnico, no meio de enorme repúdio e agitação. Muita gente tinha acreditado que as potências ocidentais iam apear o ditador e sente-se agora atraíçoadas, por isso chovem protestos por todo o País.

No Barreiro são feitas organizadamente inscrições (pixagens) em vários muros e paredes. É sempre um acto de risco e intrepidez fazer inscrições murais numa terra ocupada militarmente, em que vigora disfarçadamente o recolher obrigatório há quase 10 anos (depois da meia--noite a GNR pede a identificação aos transeuntes accidentais). Com medos e regozijos, as brigadas escrevem com pixe (alcatrão): “Não à Nato! Sim à Paz!”, “Americanos vão-se embora!”

9. A LUTA DOS FERROVIÁRIOS DO SUL NOS ANOS 50

- Durante muitos anos a organização dos ferroviários do Sul ressentiu-se da tremenda repressão desencadeada sobre o anarco-sindicalismo, que tanto tinha influenciado a sua luta sindical, até à acção revolucionária frustrada em 18 de Janeiro de 1934. A complexa transição ideológica e a fascização nas Oficinas do Barreiro, explicam o recuo notório de uma classe aguerrida, notadamente na altura da grande luta de 1943, à qual não aderiu.

Pouco a pouco porém, os homens dos caminhos de ferro libertam-se da herança radicalista que confundia a luta económica com a luta política, e influenciados pela filosofia comunista, assumem uma nova atitude reivindicativa assente numa linha unitária e de massas.

Aliando as acções junto do sindicato corporativo (na mão de fantoches como Martins, Romão, Olímpio e outros) com o trabalho de organização política clandestina, preparam outras iniciativas de maior envergadura.

É deste tempo a história de coragem e abnegação do ferroviário de origem alentejana, Hermenegildo Correia, ingressado nos quadros clandestinos do PCP, que morreu num acidente de mota quando desempenhava tarefas de agitação política no centro do País. Foi então organizada uma acção de solidariedade, sobretudo entre os trabalhadores da CUF, para apoiar a viúva e dois filhos menores a viverem no Bairro das Palmeiras.

- Em anos sucessivos, 1950, 52 e 53, os homens das ferrovias organizam concentrações na sede do Sindicato (sempre na Casa dos Ferroviários), nomeiam uma comissão de representantes, entregam um caderno com as principais exigências da classe, elaboram um abaixo assinado com 135 assinaturas protestando a melhoria das condições de vida e de trabalho, e enviam uma exposição ao Ministério das Corporações no mesmo sentido.

Apesar de alguma expectativa nos primeiros tempos da ditadura militar, a classe ferroviária foi perdendo condições de subsistência ao longo dos tempos do chamado “Estado Novo”, conquistadas duramente nos primeiros anos da República, mau grado as promessas reiteradas pelo governo salazarista e os protestos realizados pelas mais diversas vias.

Muitas vezes são os próprios apaniguados do regime a dirigirem apelos patéticos a Salazar, a quem chamam o “ferroviário número 1”, queixando-se amargamente dos administradores incompetentes. O ditador “manholas”, que nomeava as administrações, fazia acreditar através de

próceres e serventuários, que a culpa era de facto dos “maus” administradores da CP.

Depois de muitos anos de promessas e adiamentos, de reiterada pressão dos trabalhadores, em 1955 foi finalmente assinado com pompa e circunstância pelo Ministro das Corporações, o novo Contrato Colectivo de Trabalho (CCT). Para grande frustração da maioria dos trabalhadores ferroviários, o contrato dava com uma mão e tirava com a outra. Rapidamente os homens dos comboios do Sul, organizam uma exposição com 600 assinaturas, entregando-a no sindicato, para veicular superiormente o protesto contra as condições impostas pelo novo documento.

- Como invariavelmente acontecia, o poder político não respondeu à exposição-protesto. Os trabalhadores das Oficinas do Barreiro, já com um trabalho notável de organização política no segredo da clandestinidade, decidem radicalizar a luta. No dia 10 de Janeiro de 1956, com o coração quente mas muito frio na Natureza, paralisam o trabalho às nove horas da manhã e concentram-se junto à direcção das Oficinas, reclamando contra as condições do novo contrato de trabalho imposto pelo Ministério.

Esfalfam-se contramestres e chefes de brigada tentando dissuadir os operários: “Se o senhor directorvê isto, põe todos na rua!”

– Se põe todos na rua, quem repara os comboios? – intervém Ricardo Vale, saltando para cima de uma bancada. Sobem outros trabalhadores (Fera, Lobato, Caeiro) exortando à paralisação total e argumentando: “Como não responderam à nossa exposição, vimos aqui directamente para nos ouvirem. Enquanto não nos receberem, ninguém trabalha!”.

A direcção chama a PIDE e a GNR. Aumenta a revolta dos operários, a paralisação é completa, a concentração mete respeito, os agentes da polícia de Salazar ficam à distância com o “rabinho entre as pernas”. O director recebe finalmente uma delegação e promete transmitir imediatamente o teor das reivindicações à administração da CP:

– Se não nos responderem, voltaremos a parar! – ficava o aviso sério dos representantes, muito combativos. Algumas cláusulas da Portaria do novo CCT, foram posteriormente alteradas, no sentido exigido pelos trabalhadores, que registaram a pequena vitória.

- Foi lento e doloroso o processo de transformação da orientação anarco-sindicalista, profundamente arreigada nos ferroviários, que concebia a luta económica e sindical como motor da transformação política. A orientação comunista emergente a partir dos anos 30, releva os sindicatos como organizações importantes na defesa dos interesses imediatos/mediatos, mas não os confunde com a acção política organizada reservada à vanguarda – o Partido – a quem cabe o papel fundamental na luta pela transformação da sociedade.

No final da década de 50, os ferroviários do Sul estão cientes da justeza dessa orientação, com influência decisiva na classe, que desencadeia uma nova e aguerrida fase da sua luta. O ano de 1958 é de grande animação política nos meios ferroviários, chovem petições, exposições, memorandos, cartas, telegramas, dirigidos ao Ministério das Corporações e à Presidência do Concelho, falando do “pesado mal-estar, da descrença, da revolta e indignação de muitos milhares de membros da família ferroviária”, e... “dos sindicatos que nada fazem por não terem de há muito, direcções que exprimam o sentir e a vontade da classe”. As contradições do sistema agitavam até os seus seguidores.

- Nesse ano de 1958, no Barreiro, milhares de trabalhadores da ferrovia, apoiam a candidatura de Arlindo Vicente e depois de Humberto Delgado. No dia 29 de Maio, a direcção das Oficinas tenta impor o trabalho extra, normalmente facultativo, sob ameaça de processo disciplinar. Dezenas de operários não aceitam a imposição e juntam-se a partir das 17 horas à manifestação de apoio à candidatura democrática, que todavia foi impedida de passar pelo Barreiro.

Em Janeiro de 1959, numa concentração frente à Casa dos Ferroviários, na rua Almirante Reis, estão dezenas de homens das ferrovias, entregando seis centenas de assinaturas a solicitar a convocação de uma Assembleia Geral para discutir o aumento dos salários há muito degradados.

Em Fevereiro e em Março de 1961, voltam a fazer-se concentrações no mesmo sentido, com a vigilância por perto da GNR, até que nos finais do ano é aprovada a revisão do CCT. Contempla algumas exigências, mas suscita de imediato descontentamentos, remanescentes da primeira aprovação em 1955, por não resolver questões essenciais como o aumento geral dos vencimentos, o que faz prever um novo ciclo de lutas a curto prazo. Os homens dos comboios vão entrar na década de 60, activos como sempre!

- Uma nova geração entra na CP nos anos 50, com formação secundária que responde às novas exigências tecnológicas e instrumentais. Vêm das escolas industriais Afonso Domingos, Veiga Beirão, Machado de Castro em Lisboa, ou da Alfredo da Silva no Barreiro, inaugurada em 1947.

Formam-se tecnicamente na escola de aprendizes donde saíram grandes profissionais como João Caeiro.

Trazem o “bichinho” do MUD-Juvenil, organizando-se nas oficinas e escritórios à volta de alguns veteranos como Horta Batista e Jacinto Faustino (detido várias vezes pela PIDE). A súcia de denúncia e repressão omnipresente não tarda porém a elaborar relatórios, inventando e exagerando por vezes como aconteceu na prisão de António Aires detido pela PIDE em 1962 sem ter sido pronunciado, só foi readmitido na CP depois da administração solicitar autorização por escrito à polícia política.

10. O MOVIMENTO DEMOCRÁTICO: O MND E O MUD JUVENIL

- Coincidindo com o fim de um período de grande repressão no início dos anos cinquenta, em que foi presa quase toda a comissão central do MUD Juvenil, no chamado “Processo dos Cinquenta e Um” (o Movimento de Unidade Democrática Juvenil tinha sido criado em Julho de 1946), nos finais de 1954 dá-se um ressurgimento a nível nacional, com iniciativas de convívio e recolha de assinaturas, pela paz e contra as armas atómicas, promovidas por diversos grupos de jovens em Lisboa, Porto, Almada, Barreiro, Marinha Grande, Torres Vedras, etc.

Nessa altura realiza-se um Encontro Nacional no Laranjeiro (Almada) com jovens de todo o país e uma numerosa participação do concelho. É aí eleita a delegação portuguesa ao V Festival Mundial da Juventude, em Varsóvia, em 1955, onde estará também o representante barreirense, Helder Costa. Entretanto os jovens desenvolvem uma notável actividade cultural em várias colectividades, nomeadamente a nível das bibliotecas: Penicheiros, Franceses, Clube Naval, Clube 22 de Novembro, Os Leças, Luso, Barreirense, Operário, SFALavradiense, Stº Antoniense e outras. Procurando fazer um intercâmbio organizado, vão-se traçando caminhos comuns na luta contra o analfabetismo e o obscurantismo.

- A PIDE criada por Salazar em 1945, por “metamorfose” da desgastada e odiada PVDE, fazia múltiplas visitas às bibliotecas das colectividades mais dinâmicas. Os agentes farejavam na expectativa de detectarem os chamados “livros proibidos”, obras que no entender censório constituíam um perigo subversivo, normalmente romances ou tratados de grande dimensão humanística, científica e universal.

Nos Penicheiros chegaram a fazer algumas apreensões contraditórias de livros menores, os pides não eram lá muito letrados, até que por sugestão do bibliotecário Artur David se construiu uma parede falsa onde se guardavam as preciosidades da literatura portuguesa e estrangeira, que só saiam em circuito paralelo para mãos de confiança.

Nos Franceses também as arrepiantes visitas dos aváteres do obscurantismo criaram dificuldades, obrigando a colectividade a fazer o ónus da prova. Todas as quinzenas, durante quase um ano, o bibliotecário Manuel Feio levava um maço enorme de livros à sede da PIDE, na rua António Maria Cardoso, até que todo o espólio literário ficasse verificado e carimbado. Claro que alguns nunca fizeram o caminho da censura fascista, dizia aquele sorrindo.

- Noutra frente, os principais dirigentes do Movimento Nacional

Democrático foram presos em 1951 e o professor Ruy Luíz Gomes foi forçado ao exílio. Mas o MND não morre, alimentado pela generosidade de novos antifascistas que continuam a resistência e a luta.

No Barreiro, em meados da década, um dinâmico democrata é denunciado como responsável pela emissão de rifas para a recolha de fundos a favor das famílias dos presos políticos. Preso no local de trabalho, a oficina de carpintaria da CUF, só foi libertado pela PIDE ao fim de 6 meses sem culpa formada. Mas na Companhia União Fabril, onde mandam os donos omnipotentes e amigos dilectos do sacrossanto sistema, não é readmitido o modesto operário João dos Reis. Uma dupla penalização para quem se atrevia a lutar pela liberdade: o cárcere, os vexames, a tortura nos interrogatórios; o desemprego, as dificuldades, a fome consequente, para tentar vergar os antifascistas. Nunca o conseguiram!

- Nos primeiros anos de existência, o MUD Juvenil gozou de enorme prestígio na região; nas fábricas, nas oficinas, nas escolas, nas colectividades, um grande número de apoiantes viviam com entusiasmo e alegria aqueles dias do pós guerra de 1939/45, festejando a paz e alimentando o sonho num futuro de felicidade.

A intensa repressão no início dos anos 50 fez esmorecer a actividade, mas o entusiasmo voltou quando uma atenta plateia de dezenas de jovens, escutou o relato de Helder Costa, durante um piquenique muito animado no Portinho da Arrábida, nas encostas da serra. Nesse Verão de 1955, o regime fascista não pudera impedir a viagem clandestina de muitos jovens portugueses ao chão libertado da Polónia, onde decorreu o V Festival Mundial da Juventude, e de que o jovem dirigente dava agora público testemunho.

A juventude portuguesa era claramente desafecta ao regime salazarista, naquela época já eram relativamente poucos os jovens participantes nas estruturas fascistas. Em contrapartida muitos foram os que estiveram na magnífica praia da Arrábida, como noutras boas iniciativas, entre jogos e brincadeiras, risos e murmurários, falando também de coisas próprias da idade, aparentemente sem que as forças repressivas disso se apercebessem.

- O regime ditatorial dava pouca abertura à oposição democrática.

Cada iniciativa, cada comemoração, era arrancada a ferros, contra proibições, fiscalizações, autorizações prévias, provocações, repressão. Fora assim nas candidaturas de Norton de Matos em 1948 e de Ruy Luiz Gomes em 1951, era assim para comemorar o aniversário da implantação da República no ano de 1956, apesar do regime se dizer republicano.

No Barreiro, como noutras terras, esta data era aproveitada para iniciativas unitárias, mantendo o ânimo e o espírito de combate antifascista. Um grupo de democratas, entre eles, Manuel Cabanas, Júlio Militão, Joaquim Faria, Carlos Alberto de Oliveira, Benjamim Roberto, Júlio Gomes da Silva, Luís Henrique dos Santos e João Silva Nogueira, conseguem uma autorização do comando da GNR, e, mais uma vez contam com a disponibilidade da direcção de "Os Leças", sempre na primeira linha de colaboração democrática. No entanto o capitão da Guarda transmite um ultimato: "Nada de manifestações de rua! Se ousarem vão ver o que é um banho de sangue!".

Apesar da cavalaria da GNR percorrendo as ruas limitrofes, de provocadores da PIDE às esquinas,

a sessão realizou-se com mais de 500 participantes na sala cheia e num ambiente de grande fervor democrático.

- Aconteceu numa tarde quente dos finais de Outubro de 1956, num célebre encontro de jovens a nível nacional, em que o Barreiro e a Baixa da Banheira participaram com três autocarros de excursão. A tarde soalheira foi passada numa quinta nos arredores da vila de Alpiarça, entre a confraternização e a discussão, as conversas e o namoro, como era natural na idade juvenil.

– Malta, atenção! A polícia política cercou a quinta e prendeu o Manuel da Luz à saída!

Centenas de pessoas da terra e todos os visitantes, protestam à porta do posto da GNR de Alpiarça, exigindo a libertação do preso. Chegam reforços vindos de Santarém, carregam à bastonada sobre a multidão e fazem mais prisões. Entre os detidos está o jovem barreirense, António Espírito Santo. Os apoiantes do MUD Juvenil são perseguidos e agredidos pelas ruas da vila, e é na ponta das espingardas, multiplicadas com a chegada dos reforços, que são obrigados a entrar para os autocarros. Cenas de selvajaria, com a guarda a arrear forte e feio nos recalcitrantes, encerram uma jornada que era de alegria e esperança. O regresso foi feito em ambiente de grande consternação, quão diferente da euforia da partida. Manuel Revés fala no autocarro, melhores dias virão.

- A notável dinâmica do MUD Juvenil no Barreiro ao longo da década de 50, forjou uma nova geração de jovens inseridos com grande entusiasmo na sociedade barreirense, animando a vontade de mudança que acendia os corações antifascistas.

Um grupo de democratas decidiu juntar-se a pretexto da comemoração do dia 8 de Março – Dia Internacional da Mulher – no ano de 1957, contratando para o efeito um salão no 1º andar da Pensão Barreiro, no número 148 da rua Marquês de Pombal.

Em má hora o fizeram, mal tinham iniciado a reunião apareceu a GNR de assalto, dando ordem de prisão aos mais de 50 participantes:

- Ninguém sai da sala! Estão todos detidos!
- Mas!... Estamos a comemorar o dia de João de Deus! – era a justificação pré-combinada.
- João de Deus?... Vão esclarecer tudo no posto!

Foram todos presos, incluindo a jovem Idalina Santos de 12 anos e várias mulheres (Tina, Rosete, Maria Filomena, Maria Júlia, Maria do “João Padeiro”, entre outras). A maioria foi entregue à PIDE em Lisboa para interrogatório, tendo Lenine Sobreiro ficado encarcerado longos meses.

Nunca se soube exactamente quem avisou a Guarda, mas o gerente da pensão e a mulher não se livraram de suspeitas.

11. AS “ELEIÇÕES” DE HUMBERTO DELGADO

• A actividade entusiástica de tantos jovens da margem esquerda no âmbito do MUD Juvenil, por vezes de forma aberta ou na semilegalidade, forçando os estreitos limites do regime, despertou a sanha repressiva da polícia de Salazar, consubstanciada na perseguição, prisão e julgamento em Tribunal Plenário, em Agosto de 1957, de uma dezena de jovens activistas barreirenses, entre eles, António E. Santo, Alfredo R. Matos e Lenine M. Sobreiro, que se encontravam detidos há largos meses. Todos são acusados de ligação, não provada, ao Partido Comunista Português, porque o tribunal de excepção para questões políticas não encontrou matéria para condenação no âmbito da actividade juvenil, generosa e cada vez mais afastada do ideário fascista da “Mocidade Portuguesa”.

Estes são tempos de viragem, depois da histeria do “Estado Novo”, nos anos de 1930/40. A base social do regime vai diminuindo, a juventude está com os ideais da paz e da justiça social, apoia a luta de libertação dos povos colonizados, sonha com um mundo novo de liberdade e igualdade. O fascismo sem a mocidade da Nação tem os dias contados, que todavia ainda serão muitos.

• As estruturas unitárias mantinham-se animadas no Barreiro, fruto do apego voluntarioso de muitos democratas e do inestimável trabalho revolucionário do PCP na clandestinidade, grande incentivador da unidade antifascista.

Em Outubro de 1957, no 1º Congresso Republicano em Aveiro, esteve uma delegação do Barreiro com uma eclética composição de operários e quadros intelectuais, que pugnou pelo derrube do fascismo, contra algumas ilusões sectoriais no apodrecimento do regime. O sistema não se autodestruirá, terá de ser o povo português a destroçá-lo com o levantamento democrático e nacional, era a tese da delegação barreirense fazendo eco da posição política dos comunistas.

Era natural que assim fosse dado o seu peso nesta terra de grande concentração industrial e operária, tanto mais que o PCP vinha de realizar em Setembro, nos arredores do Estoril em rigorosa clandestinidade, o seu V Congresso onde estiveram alguns delegados locais. Essa notável realização nas condições políticas de feroz repressão da ditadura, tinha definido o “Programa para o Derrube do Fascismo”, tal como apontou aos portugueses, de forma clara e inequívoca, a “Autodeterminação e a Independência das Colónias”.

Ainda que de forma mais abreviada, a delegação barreirense ao Congresso de Aveiro falou também neste momentoso tema e do perigo de um conflito armado em África, entre muitos outros que foram debatidos.

- No âmbito dessa estrutura unitária criada nos princípios da década, foi decidido apoiar a candidatura da Oposição Democrática às eleições presidenciais que teriam lugar no ano de 1958.

O doutor Arlindo Vicente, figura prestigiada de democrata e intelectual, tinha no Barreiro uma comissão concelhia de apoio, e, no dia 29 de Maio era esperado no regresso de um périplo pelo Alentejo, onde fora entusiasticamente recebido. Antes da hora prevista para a chegada, já milhares de pessoas circulavam na Avenida da Bélgica e na Rua dos Combatentes da Grande Guerra, em cujo número 34, na casa de Manuel Cabanas, funcionava a sede de apoio. As forças da GNR, cavalaria e apeada, andavam também rua abaixo, rua acima, atentas e contrariadas, sem contudo intervirem.

Já se inquietava o povo quando surgiu a notícia de que a caravana do candidato fora interceptada em Setúbal e impedida de prosseguir pelo percurso previsto: Palmela, Moita, Alhos Vedros, Baixa da Banheira, onde milhares de pessoas o aguardavam à beira da estrada. Do grupo que tinha ido ao encontro de Arlindo Vicente, alguns regressaram para contar a forma prepotente como a GNR tinha actuado nos “quatro caminhos”, obrigando a comitiva a seguir para Almada.

- No coração da vila uma imensa frustração percorre a multidão desalentada, instada pela guarda a regressar a casa, com desusados e brandos modos:

– Estão a preparar alguma! – comentava na rua a massa popular desmobilizada.

Em Setúbal, o capitão comandante da força argumentou que se preparavam graves tumultos que poriam em perigo a vida do candidato, instando o cortejo automóvel a seguir directamente para Almada, onde nessa noite de 29 de Maio de 1958, seria celebrado um acordo histórico entre o professor Arlindo Vicente e o general Humberto Delgado, que ficaria conhecido como “pacto de Cacilhas”.

A Oposição Democrática decide, em reunião nacional, apoiar o militar que estava a fazer um percurso enfrentando Salazar, depois de ter colaborado com o ditador. Na comissão que negociou o acordo está o barreirense de adopção, Manuel Cabanas, um republicano convicto que não se cansa de elogiar a grande prova de elevação democrática de Arlindo Vicente, de quem a propaganda governamental dizia ser o candidato dos comunistas. Este foi um episódio exemplar de grande unidade na luta antisalazarista.

- A campanha do general que ficaria para a história como o “general sem medo”, transformara-se num autêntico vendaval político, mobilizando por todo o país a participação e o entusiasmo populares. Na grande manifestação de apoio na Avenida dos Aliados no Porto, com uma multidão de 200 000 pessoas, discursou a operária corticeira barreirense, Amélia Janeiro. No regresso a Lisboa de comboio, vitoriado em todas as estações, estiveram dezenas de milhar de apoiantes na estação de Stª Apolónia e no percurso até ao Terreiro do Paço, selváticamente agredidos pela cavalaria da GNR em sucessivas cargas e com muitos feridos.

No Barreiro constituiu-se entretanto um núcleo de apoio a Humberto Delgado, que foi visitá-lo nos primeiros dias de Junho, à residência em Lisboa, na rua Filipe Folque. Faziam parte da comitiva, entre outros, Amélia Janeiro, António J. Costa, Fernando Santos, Artílio Baptista (pai) e António Camacho.

- O pânico apoderou-se das hostes fascistas. As grandes

movimentações populares à volta dos candidatos oposicionistas e a decisão de unificar as candidaturas, faz Salazar temer a derrota eleitoral e a ira do povo português. Nos dias seguintes ao histórico comício de Almada, manda soltar os “mastins” da PIDE, que com o apoio da GNR e da PSP, desencadeia uma enorme vaga repressiva em todo o país, prendendo centenas de destacados democratas.

Manhã cedo do primeiro dia de Junho, a polícia política bate à porta de Manuel Cabanas, preso pela quarta vez, e de Germano Madeira, detido pela terceira. Poucos dias depois seriam também presos, António José da Costa (Evaristo) e António Camacho, da comissão de apoio ao general.

No dia 10 de Junho realizaram-se as “eleições” presidenciais, sendo imediatamente contestada a validade dos resultados, devido às imensas burlas cometidas pelos serventuários do regime nas mesas eleitorais, em que até os mortos votaram! O resultado oficial no concelho foi: Américo Tomás, 12973 votos e Humberto Delgado, 5904, o que não traduzia minimamente as manifestações populares e a correlação de forças existente.

Desenvolveu-se em seguida por todo o País uma enorme onda de protesto contra a gigantesca burla eleitoral. Numa tarde de Agosto desse ano de 58, um grupo de cem democratas fez uma concentração no Parque Municipal, de repúdio pela investidura de Américo Tomás e de protesto contra a burla eleitoral e a onda repressiva que não parava, obrigando o general a pedir asilo político na Embaixada do Brasil, no início de 1959.

12. AS LUTAS OPERÁRIAS NA CUF NOS ANOS 50

• A indústria química está em plena expansão na Europa do pós II Guerra Mundial. As fábricas da CUF no Barreiro alargam-se à conquista da margem do Tejo soterrada com resíduos industriais. Aumenta o número de trabalhadores que chega a mais de dez mil e quinhentos no fim da década de 50.

Contudo nos Estaleiros Navais da CUF de Lisboa onde trabalham muitos barreirenses, as reparações escasseiam, aparecem os “balões” e muita gente fica sem trabalho. Os operários reagem, fazem greve em Junho de 1947, paralisando completamente a actividade. Seguem-se centenas de prisões pela PSP e pela polícia política, o “lock-out” dos patrões e o afastamento de dezenas de bons profissionais, marcados como agitadores grevistas.

No ano de 1954 é instituído na CUF / Barreiro o trabalho a prémio, como forma moderna de aumentar a produtividade. Os patrões elogiam os “cérebros” importadores da novidade, que no entanto já era praticado à bastante tempo nos países capitalistas desenvolvidos (América do Norte, Alemanha e França).

O novo sistema gera desequilíbrios e revela-se iníquo, chegando a dar mil escudos/mês a um encarregado e 1\$50/dia a um operário! Desde o início, em todo o tempo que vai durar, a filosofia dos prémios cria grande descontentamento e origina protestos, incluindo a utilização da célebre “cera”, uma forma de greve por diminuição da produção.

• Curiosamente, em Agosto de 1953, os quadros técnicos da CUF protagonizam uma rara luta da sua classe, solicitando a intervenção do Ministério das Corporações, no sentido de alcançarem melhores remunerações, a eliminação de excessivos escalões e o correcto pagamento das horas extra. De facto o aumento do número de quadros técnicos devido à multiplicação de fábricas, conduz a uma proletarização inusitada e ao aparecimento de conflitos laborais antes inimagináveis

Tal acontecimento terá sido uma autêntica facada na filosofia patronal, onde alguns quadros superiores de alto nível, têm uma muito generosa distinção remuneratória, falsamente baseada numa “hierarquia de competências” (chegam a ganhar 30 a 40 vezes mais que um operário!). Efectivamente, a alta hierarquia, na maior parte dos casos, baseia-se em laços familiares, religiosos (confessionais) ou políticos (ideológicos). Assim funcionava verdadeiramente a “família CUF”!

- Por outro lado, a política de benesses sociais, ilude as

contradições mas não as resolve. A creche, a escola primária, o posto médico, a colónia de férias, proporcionam serviços e apoios inestimáveis para os filhos dos trabalhadores, mas a abrangência não é total, muitos ficam fora do sistema (desde logo os trabalhadores “à contrata”).

Como ficam de fora os trabalhadores não casados pela igreja, que não têm direito às residências no Bairro Novo da CUF. Outras importantes discriminações são verticais, por exemplo, os quadros e os empregados ganham ao mês, os operários à semana (depois à quinzena).

A grande concentração industrial e operária gera vínculos de solidariedade, potencia a associação de esforços e cria a força do conjunto. Cumulativamente as discriminações despoletam o descontentamento, a politização produz a consciência de classe e o espírito colectivo anima a revolta.

No ano de 1954, uma inolvidável jornada leva todos os operários da CUF/Lisboa na Avenida 24 de Julho, a festejarem o 1º de Maio faltando ao serviço. O Ministro das Corporações manda encerrar a Fábrica Sol, que só reabre por pressão dos patrões Mello junto do “amigo” Salazar. Em represália são despedidos perto de 200 trabalhadores, alvo de várias manifestações de solidariedade dos camaradas operários da CUF/ /Barreiro, que todavia não chegam a paralisar como alguns desejavam.

- Por exigência intrínseca do capitalismo, as mulheres

são chamadas ao mercado de trabalho na indústria. Na década de 50, mais de mil trabalham na Zona Têxtil, com salários inferiores aos dos homens e com a exigência patronal de trabalhar em mais e mais teares, confundindo-se produtividade com aumento do ritmo de trabalho.

No dia-a-dia de exploração e arbitrariedades a consciência de classe evolui, as mulheres no processo produtivo libertam-se da sujeição milenar, agem e protestam em conjunto, autonomamente. Em Março de 1955, 500 operárias recusam-se durante dois dias a aceitar mais teares e os infernais ritmos impostos. Paralisam e juntam-se à porta da direcção das Fábricas, a hierarquia contemporiza e recua. Em princípios de 1956, 800 operárias tecedeiras protestam de novo junto da direcção, contra atrasos no pagamento de horas extra e nova tentativa de aumentar o número de teares atribuídos. Por agora as trabalhadoras ganharam, a luta vai continuar.

- A meio da década de 50, está na ordem do dia a

resistência às tentativas promovidas por quadros diligentes, certamente por inspiração superior, de aumentar as cadências de trabalho, e, por via enviesada, a sua produtividade.

Em Março de 1955, os operários da Secção de Mecânica protestam contra a pressão da hierarquia e impedem a discriminação dos que não conseguem responder ao aumento dos ritmos de trabalho.

Em Maio desse ano os trabalhadores da Fundição (a que se juntam posteriormente as secções da Caldeiraria e Reparações), paralisam o trabalho e rodeiam o administrador-delegado, em visita de “quase” surpresa. O ambiente é muito tenso, a hierarquia local exaspera-se perante o arrojo dos operários mal vestidos, andrajosos a maioria, que se queixam da falta de condições de higiene e segurança, mas sobretudo, da ausência de promoções e de actualização salarial. O patrão tergervisa, repreende o engenheiro-chefe em frente dos trabalhadores, procurando disfarçar a culpa própria. Há muito que prosseguia uma linha paternalista de ouvir muito e resolver o mínimo.

A ameaça explícita que Jorge de Mello faz por fim, ao referir a responsabilidade do “Avante!” naquela agitação, gera um burburinho de protestos. José Milheiro, que tinha ido à sede a Lisboa iniciar

o protesto, responde à letra: “Senhor doutor, qualquer dos presentes querendo, pode mandar notícias para o “Avante!”. Têm é de ser verdadeiras”.

- No final da década de 50 acentua-se a migração

sazonal de gente do Alentejo, que vem trabalhar nas campanhas do adubo, regressando a maioria, quando o trabalho escasseia, tão ou mais pobres do que quando chegaram. Não raro alguns adoecem gravemente, inadaptados aos ritmos de trabalho infernais e ao ambiente nocivo das fábricas. Todavia muitos vão-se fixando no Barreiro e arredores (Baixa da Banheira, Alhos Vedros, Palmela), constituindo em poucos anos a maior colónia não autóctone (outros grupos imigrantes importantes são os beirões, os minhotos e os algarvios).

Os alentejanos já eram assalariados por conta de outrem, facilmente se incorporam nas lutas proletárias na nova condição de operários explorados. Essas lutas pressupunham uma grande organização e muita coragem, pois não raro arrostavam a repressão feroz que podia ir ao despedimento e à prisão.

- A táctica patronal e paternalista de receber na sede da

empresa em Lisboa, quem protesta contra os “malandros” dos chefes directos (alguns são mesmo!) não resolvendo na prática a maioria dos conflitos, leva os trabalhadores a abrirem os olhos. O “Avante!” incita ao protesto: “Trabalhadores da CUF, ide para a luta! Os tubarões da CUF podem pagar mais!”.

Em reuniões às escondidas, iludindo a repressão sempre activa e a extensa rede de bufos sempre vigilante, os trabalhadores recolhem centenas de assinaturas e elegem uma comissão representativa que vai de surpresa entregar um abaixo assinado reivindicativo à sede na rua do Comércio, em meados de Maio de 1960.

À surpresa da administração, junta-se a apreensão pois consta que nas fábricas do Barreiro os operários estão dispostos a ir para a greve. Em pouco tempo surge a resposta e é concedido um aumento geral de oito escudos por dia. Quem vive exclusivamente do salário baixo e tem consciência da realidade opressiva e policial que o cerca, sabe quanto custa cada escudo arrancado ao patrão. Por isso canta-se vitória no conturbado início da década de 60.

- Por esta altura é publicado um curioso documento,

distribuído clandestinamente por toda a vila operária, denunciando a rede de bufos, informadores e capangas do regime que infernizam o quotidiano das fábricas, oficinas e escritórios da CUF/Barreiro. Uma intrincada teia de lacaios da hierarquia mais reaccionária vigia e informa todos os passos suspeitos (por vezes inventados!) dos trabalhadores não arregimentados. Mas outra e mais complexa rede, por vezes interpenetradas, com uma estrutura clandestina, faz a ligação à polícia política, mantendo um clima permanente de suspeição e medo, que iria durar até ao 25 de Abril, quando a PIDE/DGS foi destruída.

É um desafio de coragem e integridade a vida daqueles que se recusam a dobrar a cerviz. A carreira profissional, a liberdade, o pão, são roubados pelos títeres do salazarismo com o conluio patronal. Era justo que o Barreiro e a CUF conhecessem os autores da desgraça, pelo menos os mais notórios.

13. A LUTA DEMOCRÁTICA NA DÉCADA DE 60

- Na casa que fora do republicano Manuel Guedes,

comemorava-se com entusiasmo democrático os 50 anos da implantação da República Portuguesa. No dia 5 de Outubro de 1960, o número 34 da rua dos Combatentes da Grande Guerra, estava a abarrotar e havia muita gente à porta desejosa de participar na jornada antifascista. Operários, empregados, quadros e intelectuais, uniam-se no combate comum ao regime ditatorial, numa terra em que, por consequência do sistema de exploração capitalista, era muito acentuada a estratificação social.

À frente de um pelotão de guardas armados de “Mauser”, o capitão Crispim e o sargento Reis, irrompem pela casa dentro dando ordem de prisão a todos os presentes, enquanto no exterior os “gnr’s” dispersam a restante multidão à coronhada. Na confusão, alguns mais expeditos aproveitam para saltar o muro do quintal da casa, mas a guarda descobre, há gritos e correrias por logradouros e quintais, por fim safam-se!...

Chega a “Ramona”, triste “Viúva”, como também é conhecida, para transportar os mais de 70 democratas detidos e de seguida interrogados ao longo da madrugada, num barracão gentilmente cedido pela administração da CUF. Ao fim da manhã, entre ameaças e coacções, a PIDE tinha feito a triagem: Manuel Cabanas, Germano Madeira, José Noronha, Artur Tavares e Osvaldo Azenha, foram transportados para a sede na António Maria Cardoso, onde os esperavam dias e dias de interrogatórios, humilhações, sevícias e maus tratos.

- O ano de 1961 foi recheado de acontecimentos

extraordinários. Começou com a tomada em Janeiro do paquete “Santa Maria”, que o capitão Henrique Galvão, um barreirense de adopção, rebaptizou de “Santa Liberdade”, enquanto denunciava ao mundo a ditadura fascista portuguesa.

Em Fevereiro, no dia 4, dá-se o levantamento em Luanda dos nacionalistas angolanos, iniciando-se a guerra colonial, um terrível flagelo que iria durar 13 anos e custaria centenas de milhares de vítimas entre os africanos e a juventude portuguesa.

Viviam-se tempos de grande histeria nacionalista, à volta da defesa da pátria gritada por Salazar, que em Abril de 1961, neutralizara uma tentativa de golpe de Botelho Moniz, ministro da Defesa e “homem dos americanos”.

Em Março de 61, o levantamento sanguinolento da UPA, no Norte de Angola (organização de Holden Roberto apoiada pela CIA norte-americana), dava a justificação pretendida para uma intervenção militar em larga escala. “Rapidamente e em força para a Angola!” – clamava o ditador, que ignorara

propositadamente os alertas da polícia política para a eventualidade de uma insurreição negra (já em curso no vizinho ex-Congo belga, agora República Democrática do Congo).

Enquanto a televisão repetia até à exaustão as imagens do morticínio, carrinhas com altifalantes percorriam as ruas da vila transmitindo o coro: “Angola, é nossa!”, “Angola, é nossa!”...

- No Barreiro, na véspera do dia 1 de Novembro de 1961, numa grande acção nocturna de agitação, são espalhados milhares de panfletos e feitas inscrições murais em várias paredes, com as consignas: “Não à guerra colonial!”, “Abaixo o fascismo!”.

O dia de finados, constituiu um pretexto para a oposição promover uma romagem às sepulturas de republicanos ilustres, no cemitério do Lavradio, com a participação de algumas centenas de pessoas. A jornada termina com vivas à República e a Portugal, enquanto cá fora um notável aparato bélico da GNR cerca completamente o campo sagrado. Cria-se uma enorme tensão entre os democratas que no entanto saem calmamente dando uma lição de civismo às forças militarizadas. Nem a homenagem aos mortos escapava sanha persecutória!

É neste ambiente desfavorável que são marcadas “eleições” para a Assembleia Nacional em Novembro de 1961. No Barreiro organizou-se o trabalho democrático à volta de uma comissão eleitoral, que publicou um “manifesto à população” profusamente distribuído. Pouco mais podia ser feito, o quotidiano era de grande intimidação, a GNR percorria a vila operária a pé e a cavalo. Nas datas históricas fazia sair os carros de assalto com lagartas que deixavam sulcos nas ruas da vila e um susto no coração. Era a chamada demonstração de forças, que durante 31 anos (1943/1974), aterrorizou a população com os “tremores de terra” provocados pelos tanques, guardados zelosamente em armazéns da CUF à beira da estrada do Lavradio, cedidos generosamente pelos patrões.

- Nos finais da década de 50, princípios de 60, a classe Corticeira do arco ribeirinho do Tejo mantém-se muito aguerrida, sempre em luta pelo trabalho, pela melhoria dos salários pobres, para fazer o patronato respeitar as disposições legais.

Eram corticeiros muitos dos manifestantes que em Novembro de 1961, na Cova da Piedade – estimaram-se mais de 5.000! – enfrentaram as forças repressivas da GNR, acolitadas pela PIDE. Participou gente da indústria corticeira local, do Seixal, do Barreiro e de Alhos Vedros, que contou posteriormente as cenas de selvajaria vividas, com as forças militarizadas a empurrarem os manifestantes para ruas sem saída, desatando aos tiros e provocando a morte do operário corticeiro Cândido Capilé.

Esta grande jornada de luta ficou para sempre na memória das gentes da margem Sul do Tejo. Como ficarão na memória dos barreirenses dois episódios da mesma época, característicos da luta antisalazarista. No dia 28 de Maio de 1961, um grande pano-cartaz colocado na maré baixa, em Alburrica, surgiu claramente à luz do dia, mesmo em frente da estação dos barcos, dizendo: “28 de Maio é dia de luto. Fora Salazar!”. No dia 5 de Outubro de 1962, os barreirenses foram surpreendidos de manhã cedo, com o ribombar de foguetes-morteiro, para os lados da Quinta da Lomba, comemorando o aniversário da implantação da República.

- Nem tudo eram rosas no “reino da Dinamarca”. O regime fascista, corporativo e colonialista, conduzido por Salazar, defrontava contradições crescentes, vindas

do interior, de sectores sociais em princípio afectos ao sistema.

A ausência de liberdades, a perseguição ao associativismo estudantil, a repressão de actividades culturais, colocava os estudantes portugueses, esmagadoramente oriundos das classes possidentes, em rota de colisão com a Escola conservadora, retrógrada e caduca. A proibição das comemorações do “Dia do Estudante” em 24 de Março de 1962, despoletou uma das maiores lutas estudantis de sempre em Portugal, que se prolongou durante meses através de protestos, manifestações, prisões, expulsões, greves a exames. Vários estudantes barreirenses estão na animação das lutas que abalaram profundamente a base social de sustentação do regime.

No Barreiro, a evolução económica e social ligada à grande indústria, mãe e madrasta, permitia nos anos 60 que alguns filhos da classe operária especializada chegassem à universidade, levando consigo sentimentos de solidariedade e de maior justiça social. Estávamos muito longe no entanto de uma verdadeira democratização do ensino, nem isso era possível num regime de ditadura e num sistema económico capitalista profundamente estratificador das classes sociais, em que só 4% dos estudantes universitários eram oriundos do operariado.

- Há tempos que o regime pensava na homenagem ao grande empresário, que tão bem personificava o dinamismo restaurador e paternalista do “Estado Novo”. Alfredo da Silva, incondicional apoiante da ditadura militar que pusera na ordem os “desmandos” do sindicalismo revolucionário dos anos da República, fora um dos esteios do capitalismo protegido, muito querido, dizia-se, pelos trabalhadores da vila operária aos quais garantira trabalho e pão.

O império industrial que bons ventos alargava em terrenos roubados ao rio envenenado, e se expandia em fumos sufocando os gritos de revolta de uma população trabalhadora explorada e rigorosamente vigiada, era um milagre e um símbolo perene que equivalia ao da veneranda padroeira de reputada eficácia nos séculos idos de labuta e tempestades no rio.

A homenagem devia simbolizar a grandeza do complexo químico-industrial, dos maiores da península, na forma de escultura-testemunho do fundador, vigilante à entrada do grande espaço contíguo à urbe mas sempre fechado num mundo à parte, especialmente militarizado pelo contingente da GNR, residente na própria Fábrica desde as “loucuras” operárias de 1943.

O consenso apoiado até pela família descendente, não era compatível, porém, com as ideias formatadoras de grande carreira profissional e política do presidente-director Bento Louro, e de outros altos dirigentes da União Nacional, e traficantes de lugares na CUF, na CP e na Câmara Municipal. Até gente de reputada sensibilidade artística, apoiou uma localização distinta no centro da vila, com um especial arranjo arquitectónico. Ganhou esta tese oportunista, “mais papista que o papa”, jogando na incontornável figura paternal e “redentora” das novas gerações.

Mas estas, engrossadas pelos sucessivos contingentes de alentejanos, sem terra e sem trabalho, de “ratinhos”, com terra e pão escasso, e de algarvios, da pequena agricultura serrana e insuficiente, tinham ganho há muito a consciência de explorados e a dignidade de produtores que trabalhavam, lutavam e resistiam na procura de um futuro mais justo.

Na sua imensa sabedoria e ironia crítica, o povo do Barreiro logo “baptizou” a estátua, quando foi inaugurada em 30 de Junho de 1965: “Queres aumento, toma!”.

14. AS COMEMORAÇÕES DO 1º DE MAIO

• Uma das maiores jornadas de sempre no Barreiro, o 1º de Maio de 1962, começou com uma profusa distribuição de documentos nas fábricas e nas ruas, mobilizando homens e mulheres do povo, gente trabalhadora que às centenas compareceu às 17h30 no centro do Parque Municipal, no coração da vila operária.

A GNR também por lá andava a pé e a cavalo, e sem aviso prévio, irrompe à coronhada e atira os cavalos para cima da multidão, que tenta escapar em desespero. A bandeira portuguesa, símbolo pátrio que fora erguido como sinal de agregação dos manifestantes que gritavam com raiva; “Abaixo o fascismo!”, “Assassinos!”, “Assassinos!”, foi espezinhada sem remorso pelos guardas tresloucados. Perseguindo a turba desorientada, invadiram de seguida a “Boleira do Parque”, com o famigerado sargento Reis à frente e aos gritos de: “Arreia! Arreia!”. Zulmira, a dona do estabelecimento, enfrenta o facínora abrindo os braços em sinal de proteção das dezenas de refugiados acotovelando-se no interior: “São todos meus clientes!”.

A tarde era ainda uma menina, o dia de luta seria longo: “Todos para a Baixa da Banheira!”, era a palavra de ordem, e foram muitos, em magotes pelas ruas da vila em festa, calcorreando as pedras da calçada que gritavam mudas num ensurdecedor silêncio telúrico: “Viva o 1º de Maio!”.

• “Viva o 1º de Maio!”. Vindos do Barreiro, de Alhos Vedros e de outras terras limítrofes, milhares de pessoas concentraram-se à entrada da Baixa da Banheira, gritando a homenagem ao dia dos trabalhadores e enfrentando a GNR quando esta, chegada em jipes, começou a disparar balas de borracha e a carregar sobre a multidão.

Desta vez, porém, não apanharam o povo desprevenido, uma chuva de pedras da calçada caiu sobre as forças militarizadas que recuaram. “É preciso responder com coragem à repressão, as massas têm de ganhar determinação para a insurreição popular!”, defendiam os comunistas na primeira linha da organização das comemorações do 1º de Maio de 1962.

Durante horas a Estrada Nacional foi percorrida por milhares de pessoas, vigiadas de perto pelas forças repressivas, que aproveitaram uma refrega para prenderem três mulheres particularmente activas; a Vitória, a Rosete e a Domingas. Levadas para a António Maria Cardoso e posteriormente Caxias, foram severamente interrogadas durante semanas de humilhações e sevícias pela “pide” Madalena e outras capangas. Eram as ordens de Salazar, que mandava ter “mão dura” sobre a gente

operária, zelosamente seguidas pelo major Silva Pais, director da PIDE desde há poucas semanas, como o tinham feito os antecessores.

- Adoptado internacionalmente como o “Dia dos Trabalhadores”, recordando uma efeméride de luta pelas oito horas de trabalho brutalmente reprimida, no século XIX em Chicago, o 1º de Maio em Portugal, em tempo de regime fascista, era sempre um pretexto de combate à ditadura terrorista dos monopólios que governava o país com particular ferocidade.

No Barreiro a polícia política sempre fazia prisões nas vésperas, procurando debilitar a influência comunista, protagonizada por um PCP fortemente implantado na classe operária e nas camadas intelectuais, assumindo a vanguarda do combate ao regime e mobilizando as massas populares para a rua.

No dia 1 de Maio de 1965, às 18 horas, o Parque Municipal encheu-se mais uma vez de gente corajosa desfraldando uma bandeira nacional e gritando vivas aos trabalhadores e ao seu dia. Cá fora à volta do quarteirão um jipe com instalação sonora intimava à dispersão, e um esquadrão de cavalaria em traje de combate circulava pelas ruas limítrofes, com o barulho angustiante de dezenas de cascós machucando a alma perplexa de muitos jovens que participavam pela primeira vez numa manifestação.

O “1º de Maio”, era um grito de alerta abrindo consciências, dramatizado pelas palavras dos guardas que repetiam com sotaque nortenho: “Xão proibidos axuntamentos!”, “Bamos a xircular!”. As Companhias da GNR ocupante vinham predominantemente do Norte e só cá estavam 3 meses para não se familiarizarem com os barreirenses.

- “Às seis horas no parque!”

Corria à boca pequena pelas fábricas e pelas ruas, mensagem subterrânea e grito de liberdade, no dia primeiro da solidariedade de quem trabalha e vive da força e da inteligência que transformam o mundo.

O Sol reaparecido e risonho, limpo pelo vento norte que despolui a vila industrial sufocada pelos gases das fábricas do ganha-pão, não conseguia aquecer o medo atávico, atrasando a decisão de subir a rua e avançar ao encontro do apelo irresistível, feito de curiosidade e aventura, germinado sob o impulso forte dos invisíveis laços de solidariedade de classe na vila operária, tecidos na infância difícil e na adolescência cheia de interrogações.

No silêncio ensurdecedor que antecede as grandes borrascas, o compasso do coração inexperiente marca os passos vacilantes vencendo o nó que aperta o peito sufocado, quando na esquina do “Lá Vai”, se ouvem os primeiros gritos e apupos:

- Filho, não vás para lá! Estão a bater e a prender muita gente!... – avisava o tí João Laureano, esbaforido pela corrida desde o interior do parque.

Supremo desafio, agora já não podia voltar para trás, o apelo do operário ferroviário e vizinho no quarteirão, soava como intimação no cérebro em pânico: “ou lutas ou foges!”. As desasseis primaveras que agora se completavam no mês de Maio de flores e de coragem, impelem para o sítio do grito comum: “Viva o 1º de Maio! Viva o 1º de Maio!”.

No centro do parque municipal, uma bandeira nacional tremulando, erguida em mãos corajosas,

é arrancada, rasgada, espezinhada pela infantaria da GNR invasora que varre selvaticamente e agride indiscriminadamente.

- Bandidos! Assassinos! – os gritos de raiva marcam a fogo a candura adolescente, perplexa perante a brutalidade inimaginada e as pancadas que fazem doer o corpo e a alma. Rasga-se a pureza interior em ferida dolorosa que só o tempo há-de mitigar em Abril distante, num assombro que cavalga nas asas do descompassado coração, amadurecido no decurso dos poucos minutos de espantação e medo:

- Foge, pá, foge!

Tarde demais! A coronhada corta a respiração e cala fundo no corpo jovem, rebaptizado para o resto da vida. Mas não corria a água sagrada de uma quanquer fé transcendente, aquém da justiça social prometida e esquicida pelos céus. Era sangue vermelho, com a cor universal do sofrimento humano, na luta pela felicidade terrena, direito inalienável da Humanidade.

- Decorria uma grande manifestação de cerca de 3.000 pessoas, respondendo ao apelo de comemorar na rua o 1º de Maio de 1970.

O impulso na luta democrática e antifascista desde o ano anterior, forçando a demagogia caetanista, mobilizava os trabalhadores das grandes e pequenas fábricas, das oficinas, do comércio, os jovens e as mulheres, para a luta pelo derrube do regime e contra a guerra colonial.

No local habitual, o largo do cemitério do Lavradio, as gentes do Barreiro, da Baixa da Banheira e arredores, confrontavam-se com a GNR e a ferocidade do costume, usando balas de borracha, bastões, cavalos e sabres sobre a multidão que reagia, atrevida, à pedrada. O povo está a perder o medo, os guardas encolhem-se, as contradições do sistema político também os afectam, a cadeia de comando está mais fragilizada, o sargento Reis embebeda-se quase todas as noites.

Mas não se iludam os incautos, previnem os comunistas, o regime não vai “cair de podre”, como esperavam alguns sectores vacilantes no campo antifascista. Marcelo Caetano não pode (não quer!) liberalizar o regime.

Se a Guarda vacila, vem a PIDE/DGS prender na madrugada de 3 de Maio de 1970, Álvaro Monteiro, Leonel Coelho (A. Vedros), Staline Rodrigues (Moita) e outros ex-candidatos da CDE no distrito de Setúbal, levados para a sede em Lisboa. Porém o movimento democrático está forte, tem muitos jovens aguerridos, organiza-se no mesmo dia uma manifestação de protesto junto à Câmara Municipal que segue para a rua Brás à procura da casa do presidente. Aparece a GNR a cavalo, dão-se vários recontros ao longo da rua, a multidão vai engrossando à medida que a mensagem percorre a vila, há milhares de pessoas na tarde daquele domingo gritando: “Abaixo o fascismo!”, “Liberdade para os presos políticos!”, “Liberdade!”, “Liberdade!”.

- No largo da “Santa”, depois rebaptizado “3 de Maio”, a GNR carrega sobre a multidão, invade com os cavalos o café da Pilar, destruindo tudo à passagem e deixando um ferido grave. Os manifestantes defendem-se à pedrada, a partir do morro fronteiriço do bairro da Caixa da Previdência, trava-se uma autêntica batalha campal. Durante várias horas as refregas continuam, são feitas mais prisões sobretudo de gente jovem e exaltada que é posteriormente entregue à PIDE/DGS e enviada para Caxias.

Estimou-se em 5.000 o número de participantes, numa das mais significativas manifestações em tempos de ilusão marcelista, enquanto caía a máscara da sua demagogia liberalizante. Quando era posta em causa a ditadura de Marcelo Caetano reagia da mesma forma de sempre, soltava as forças da repressão, massacrava, violentava, prendia, torturava e matava. Novo, era a resposta que as massas populares davam às forças repressivas, num autêntico combate de rua, embora as armas não fossem as mesmas.

Em Maio de 1970 fazia-se história no Barreiro. No longo caminho da luta para o derrube do fascismo, ficava mais próxima a “insurreição popular” ou o “levantamento democrático e nacional”, como os comunistas propugnavam.

15. O MOVIMENTO ASSOCIATIVO

• O histórico papel do associativismo como forma agregadora da população laboriosa, acompanhando a evolução da sua consciência social, tem no Barreiro uma relevante expressão: na fundação de colectividades de cultura, recreio e música – as mais antigas são a Filarmónica Barreirense (1840, depois extinta), a SFAL (1867), “Os Penicheiros” e “Os Franceses” (1870); na criação de clubes desportivos e de lazer – os mais antigos são o Barreirense (1911), o Luso (1920), e o Clube Naval (1925); na organização de associações de classe, de onde nasceram mais tarde os sindicatos – a mais vetusta é a Associação de Classe dos Corticeiros (1890); no arranque das associações de socorros mútuos, para defesa dos interesses sociais e protecção na doença – a mais remota é a Caixa de Socorros Mútuos do Caminho de Ferro (1896); na formação de cooperativas de produção e consumo, para defesa dos consumidores e embaratecimento dos produtos – a mais antiga é a Cooperativa Popular, formada por ferroviários em 1913.

Todas representam o desiderato de resolver dificuldades e partilhar vantagens, de juntar forças e multiplicar vontades na construção do futuro, de lutar por melhores condições de subsistência ou simplesmente comungar vivências, culturas e divertimentos.

Quando o golpe de estado implantou a ditadura em 1926 e tentou comandar toda a vida nacional, o movimento associativo assumiu, regra geral, um importante papel na resistência à fascização do país.

• A herança do tempo da I República de iniciativas culturais e de música de cariz progressista, foi proscrita nos “anos de ouro” do salazarismo, quando o regime policial e obscurantista impunha a filosofia de “basta saber ler, escrever e contar”.

Após a derrota da barbárie nazi-fascista, que tinha por máxima puxar da pistola quando se falava em cultura, uma nova animação percorreu muitas colectividades e clubes, alimentada pela juventude da geração do MUD Juvenil. Multiplicam-se as bibliotecas e inicia-se um intercâmbio cultural progressista inter-associações, animado pela literatura do neo-realismo. Lêem-se os portugueses Aquilino Ribeiro, Ferreira de Castro, Alves Redol, Soeiro Pereira Gomes, Manuel da Fonseca, Miguel Torga, Eça de Queiroz, como precursor, e os internacionais, Henri Barbusse, Voltaire, Émile Zola, Victor Hugo, Máximo Gorki, Arthur Miller, Jorge Amado, entre outros, que apontam os caminhos de “uma terra sem amos” e de um “futuro sem mácula”.

Na década de 50, sempre com a PIDE e os burocratas da censura a farejarem por perto, com

rusgas, apreensões, riscos azuis e proibições, a actividade associativa ganhou ânimo, com destaque para a posição corajosa do Grupo Dramático e Recreativo do Alto dos Silveiros – Os Leças. Arrostando as pressões da Câmara Municipal fascista, e as investidas da polícia política, realizaram-se nas suas instalações grandes jornadas democráticas da oposição, gravadas a ouro na história da resistência antifascista no Barreiro.

- Apesar da constante e contínua repressão do salazarismo sobre o movimento associativo, nunca cessou a criação de novas associações, algumas de características especiais que se vieram juntar às tradicionais.

Em 1938 foi criada a Associação Académica do Barreiro, a 3ª filial da Associação Académica de Coimbra, formada por jovens estudantes universitários em Lisboa, oriundos das camadas burguesas médias e altas, as únicas que na altura tinham condições para mandar os filhos à universidade.

Os objectivos de convívio e recreio dos primeiros tempos, na sede da Rua Aguiar, onde funcionara a farmácia Costa, ampliaram-se nos anos 50, quando a composição social dos estudantes universitários barreirenses se alterou, com alguns filhos da pequena burguesia urbana (comerciantes, empresários, funcionários públicos e empregados das grandes empresas) a chegarem à universidade.

Modificam-se esses objectivos da AAB na década de 60, politizando-se, sobretudo a partir da grande crise académica de 1962, quando também os filhos do operariado especializado de turnos e das chefias intermédias, accedem aos estudos superiores na capital.

Na década de 70, a Associação Académica do Barreiro, já na nova sede da rua Miguel Bombarda, depois de muitos anos a funcionar no 1º andar da “Boleira do Parque”, assume-se como tertúlia de discussão e ampliação da consciência anticolonialista que anima a juventude barreirense, parte vanguardista do sentimento nacional anti-guerra colonial.

- A 7ª arte empolgou gerações no século XX, sobretudo no pós II Guerra Mundial, quando o movimento neo-realista italiano e a grande máquina cinematográfica americana, puseram na tela sonhos e realidades, grandezas e misérias, mostraram outras culturas, outras gentes, outros mundos.

Um grupo de jovens barreirenses amantes do cinema, com preocupações estéticas e culturais, quiçá políticas nalguns casos, juntaram-se para formar um clube de cinema no ano de 1958. Resolvidos os meios de apoio e a sede social (esta com a excepcional colaboração da Câmara Municipal e do seu vice-presidente, Vitor Adragão, um indefectível do regime), a primeira sessão exibida no Teatro-Cine, foi uma obra do neo-realismo italiano, “Humberto D”, de Vittorio De Sica.

Projecções, debates, colóquios, sessões infantis, cursos de formação, sessões de música e de teatro, em muitos anos de actividade progressista o Cine-Clube do Barreiro conquistou o respeito dos cidadãos e contribuiu para a formação cívica e cultural de várias gerações de barreirenses.

Os pontos mais altos da sua vida dinâmica, foram por ventura, a recusa em assembleia de sócios, dos estatutos-tipo que o SNI (Secretariado Nacional de Informação) quis impor aos cineclubes a nível nacional em meados de 60, e a sessão de canto, música e poesia, comemorativa do 9º aniversário, em 11 de Novembro de 1967, no ginásio do Luso. Cantaram, tocaram e recitaram, empolgando a assistência

num imenso fervor democrático e antifascista, Teresa Paula Brito, Carlos Paredes, Fernando Alvim, Odete Santos, Mário Barroso, Adriano Correia de Oliveira e José Afonso.

Nos dias seguintes toda a direcção do Cine-Clube foi detida pela PIDE para averiguações, a forma eufemística de dizer interrogatórios, intimidação, ameaças e represálias.

- Tratando-se de uma iniciativa de características populares e massificadoras (democrática portanto) da prática desportiva, os Jogos Juvenis do Barreiro, mau grado as suas debilidades, constituiram uma realização de méritos inquestionáveis.

Assentes no apoio do movimento associativo, fora dos circuitos da Mocidade Portuguesa ou da Direcção Geral dos Desportos, por essa razão com fracos apoios oficiais, contando com o voluntarismo e a carolice de duas dúzias de entusiastas barreirenses (com justo destaque para Augusto Valegas), os Jogos Juvenis do Barreiro, movimentaram durante vários anos da década de 60, milhares de jovens do concelho do Barreiro e da vizinha Baixa da Banheira, (até do Seixal também).

Com as “balizas às costas”, correndo e saltando em pistas improvisadas, jogando onde era possível, aprendendo a alegria de ganhar e a honra de perder competindo com dignidade, fora dos circuitos rígidos da “captação” dos clubes federados, os Jogos Juvenis foram a escola de camaradagem e convívio, um complemento da Escola Técnica insuficiente, e do Liceu elitista, um substituto da inexistente política desportiva do regime. Os JJB foram uma experiência progressista de “desporto para todos”.

- Nos últimos anos da ditadura, quando a demagogia marcelista prometia mudanças mas deixava no essencial tudo na mesma, o movimento associativo ganhou importância na frente comum da luta antifascista, social, cultural e política.

Locais de aprendizagem democrática ou de apoio a actividades conspirativas, de formação cultural ou de reflexão sobre temas candentes (a guerra colonial nomeadamente), muitos clubes e colectividades do Barreiro honraram a sua tradição centenária ao serviço do homem barreirense. Entre outras assumiram particular relevância: a Cooperativa Popular Barreirense, dando guarida ao Movimento Democrático/CDE, no pós-eleições de 1969; o Recreativo da Quinta da Lomba, com uma assinalável dinâmica cultural juvenil; o Cine-Clube já referido; o Clube 22 de Novembro, onde nasceu o Teatro de Ensaio do Barreiro (TEB); os Penicheiros com iniciativas culturais de vanguarda; a Associação Académica do Barreiro, onde se convivia e conspirava entre o entusiasmo e a irreverência juvenil.

- Justo será fazer um destaque no panorama geral associativo barreirense e progressista à Comissão Cultural do Luso, onde durante vários anos houve instrução (cursos do 2º ciclo), divulgação do livro e da leitura (biblioteca), actividade editorial (boletim interno), iniciativas culturais e de convívio (sala de convívio e cursos de animação cultural), animação musical de eventos desportivos (secção de música). Autêntica escola de aprendizagem democrática e antifascista, a Comissão Cultural do Luso, onde tanta gente aprendeu a lutar pela liberdade (participando posteriormente na actividade democrática do MOD/CDE, durante a campanha para a Assembleia Nacional em 1973), foi um símbolo perene do associativismo ao serviço da transformação do homem e da sociedade.

16. A LUTA DOS TRABALHADORES DA CUF

NOS ANOS 60

- Nos princípios da década de 60, dezenas de milhares de homens e mulheres, desde os operários portugueses aos trabalhadores das minas e das roças em Angola, até aos camponeses e estivadores na Guiné, trabalham para a CUF, o maior monopólio da Península Ibérica, explicando-se o fervor com que este grupo económico apoia a política colonialista do governo de Salazar.

Pertence ao grupo CUF a casa Gouvêa, que em Bissau contrata os estivadores do porto de Pidjiguiti. Quando estes em Agosto de 1959, protestam para melhorar o miserável salário de 250 escudos por mês, é a intransigência do responsável local da empresa que leva à radicalização da luta e despoleta o massacre de meia centena de trabalhadores negros pela polícia e a tropa coloniais.

É também a percepção da exploração a que o seu trabalho está sujeito, as más condições de laboração, a opressão omnipresente nos locais de trabalho, que leva os operários e empregados de muitos sectores da CUF no Barreiro, a organizarem-se de forma secreta em Comissões de Unidade, com ramificações em quase todas as fábricas e secções. Em reuniões “fora de vistas”, elegem os seus representantes e preparam as lutas reivindicativas que irão animar toda a década.

- Como consequência da estrutura dinâmica das Comissões de Unidade, em Abril de 1962, foi organizado um protesto reivindicativo com a recolha de 4000 assinaturas, em poucos dias, reclamando o aumento geral de 12 escudos diárias, a extinção dos prémios e o princípio de “trabalho igual, salário igual”.

A administração da CUF, uma vez mais surpreendida e confundida pela envergadura e profundidade do movimento, o segundo em poucos anos, responde com celeridade, satisfazendo parte das exigências com aumentos sectoriais, alargamento das promoções e maior número de dias de férias. Simultaneamente é desenvolvida uma acção intimidatória pelas hierarquias que chamam e pressionam as chefias intermédias para a denúncia dos responsáveis da recolha dos abaixo-assinados. Em vão, neste caso.

Neste tempo de início de uma década excepcional, mantendo-se as lutas sectoriais sobretudo das mulheres operárias da zona têxtil, que insistem continuadamente na reivindicação de “salário igual

para trabalho igual”, os trabalhadores da CUF rompem com o colete de forças dos Sindicatos Corporativos (dirigidos por paus-mandados do patronato) e põem a nú o carácter hipócrita e paternalista, claramente insuficiente, discriminatório e elitista, das benesses sociais da “família CUF”.

- Nos primórdios de 60 a Indústria Química está em plena expansão na Europa desenvolvida. O milagre do petróleo barato e abundante faz crescer rapidamente o sector químico, que em Portugal, atrasado e camponês, tem a sua maior expressão no complexo industrial da CUF no Barreiro, onde trabalham à época perto de 9 mil pessoas.

A urbe naturalmente reflecte este crescimento, a população residente sobe em dez anos de 29893 (1950) para 35088(1960). Melhoram as infra-estruturas (transportes, refeitórios) mas a expansão urbana é rápida e anárquica, ao serviço de grupos de interesses ligados ao poder financeiro e industrial, por sua vez ligados ao poder político.

O regime de Salazar, dando-se ares de progresso (alguns analistas chamam-lhe os “anos de ouro” do capitalismo português!?), mantém a sua natureza repressiva e terrorista com a todo-poderosa polícia política, o controlo dos sindicatos corporativos, outro pilar da ditadura, e o proteccionismo aos grandes grupos económicos, nomeadamente com a lei do condicionamento industrial. Entretanto a situação política e económica agrava-se com o alastramento e o prolongamento das guerras coloniais.

Na CUF, vigiada de perto pela GNR ocupante e pela rede de informação da PIDE, decorre um notório esforço de harmonização forçada. O patronato paternalista, seguindo um modelo experimentado na França moderna, adaptado à filosofia corporativa da “conciliação de interesses de patrões e empregados”, cria a Comissão Interna da Empresa (CIE), nos finais de 1962.

- Nos últimos anos os trabalhadores tinham ganho o “péssimo” hábito de apresentar reivindicações colectivas apoiadas em milhares de assinaturas, recolhidas de surpresa e à revelia da estrutura hierárquica, escapulindo-se de forma notável à vigilância repressiva.

O objectivo inconfesso dos patrões ao criarem a Comissão Interna é amortecer a vontade de luta dos operários e corromper o seu espírito reivindicativo, pregando a harmonia de classes e o comum interesse no desenvolvimento da empresa e no aumento da produtividade. Essa era a doutrina tão querida à ideologia do “Estado Novo”, propagandeada durante décadas pelo SNI – Secretariado Nacional de Informação.

A generalidade dos delegados operários da CUF, eleitos pelos seus pares, não se deixam minar, aproveitam a estrutura da CIE para reunir e discutir os principais problemas das fábricas e secções e para apresentar as suas exigências. Mas é preciso manter uma permanente vigilância política em relação à pretendida “conciliação de interesses comuns”, alertam os comunistas, atentos e organizados, no seu jornal de informação e mobilização, o “Avante！”, que passa de mão-em-mão muito resguardado e protegido.

- Para a compreensão do aceso conflito político-económico e de classes que caracterizou a vida no complexo industrial da CUF no Barreiro, é fundamental conhecer o papel que o “Avante！”, o jornal clandestino dos comunistas, desempenhou no esclarecimento, informação e mobilização dos trabalhadores.

Impresso num papel muito fino (papel bíblia) para ser facilmente guardado fora de vistas, o “Avante!” passava de mão em mão e por muitas mãos, fazendo um caminho de coragem em que os intervenientes punham em risco o posto de trabalho e muitas vezes a liberdade. A omnipresente e clandestina rede de bufos e informadores, amadores e “profissionais”, farejava constantemente os movimentos dos suspeitos, para informar a hierarquia reaccionária, (por vezes na forma de carta-denúncia), ou fazer o relatório para a polícia política.

Relatando as lutas próprias no complexo do Barreiro, ou mostrando o exemplar percurso das mais significativas a nível nacional, avisando para o paternalismo e a demagogia de muitas medidas patronais ou governamentais, mobilizando para a luta por objectivos concretos e imediatos, o “Avante!”, respeitado, perseguido, amado e odiado, foi um farol no caminho do derrube da ditadura fascista.

- Em 1963, trabalham na CUF do Barreiro 8355 pessoas, 70%

das quais são operários e outros assalariados, uma enorme concentração de gente produtiva, engendrando uma elevada consciência de classe, potenciando a capacidade de associação e de mobilização colectiva, que suscita a acção por melhores condições de vida, contra a exploração e a injustiça social.

Em Outubro de 1963, são recolhidas num só dia 5000 assinaturas (incluindo 500 da UFA), por um aumento geral de 15 escudos/dia, pelo pagamento do 7º dia, por “trabalho igual, salário igual”. Por detrás, está a notável acção das Comissões de Unidade, que discutiram e organizaram esforços.

As listas são levadas à reunião da CIE, com grande surpresa e consternação da hierarquia, pelo delegado Henrique Vales: “À vinda para cá um grupo de trabalhadores entregou-me estas listas para dar ao senhor doutor Jorge. Ameaçaram-me se não as entregasse!...”.

Em Julho de 1964, após 9 meses de insistência nas reuniões da CIE, surge a resposta ao documento apresentado. A administração, não dando sequência às reivindicações centrais, faz sair um plano de promoções anuais que provoca uma onda geral de protestos pois a maioria não tem aumento nenhum. Segue-se a diminuição da produção em vários sectores, a chamada “greve de cera”, reconhecida implicitamente na Informação Interna de Agosto de 1964: “Haja em vista a redução na produção registada na Zona Têxtil, por manifesta responsabilidade do pessoal...”

A cera era uma espécie de greve de trabalho lento, inventada na década de 50, mas que assumiu nos anos 60 uma envergadura nunca vista, tornando-se numa resposta poderosa à frustração das expectativas.

17. NOS SINDICATOS CORPORATIVOS

- A ascensão do regime fascista em Portugal, eufemisticamente apelidado de Estado Novo, teve uma das principais bases de sustentação no sistema corporativo, criado a partir dos finais de 1933, com a promulgação do Estatuto do Trabalho Nacional.

Em Janeiro de 1934 são proibidos os Sindicatos Livres que vinham da I República, alguns até do tempo da Monarquia. O novo poder provindo do golpe militar reaccionário de 1926, quer disciplinar as lutas dos trabalhadores, manietá-los e impor a “harmonia de interesses entre patrões e empregados”, propugnada por Salazar.

Em Junho de 1934 são inaugurados no Barreiro os Sindicatos Corporativos dos Corticeiros e dos Descarregadores de Mar e Terra, com dirigentes nomeados pelo Ministério das Corporações. Eram duas classes aguerridas que organizaram e participaram em inúmeras lutas em mais de quinze anos de regime republicano. Particularmente significativa foi a inauguração do Sindicado Nacional dos Ferroviários do Sul, em Novembro de 1935, com mandantes promovidos pelo ministro Teotónio Pereira, “recuperados” alguns da terceira linha da aguerrida luta sindical desenvolvida pelos ferroviários barreirenses e sulistas durante mais de vinte anos, sob a direcção de líderes notáveis como Miguel Almeida Correia, António José Piloto e José Nobre Madeira. Relevante é o facto da Casa dos Ferroviários, propriedade dos trabalhadores desde 1922, ter sido confiscada para sede do novo sindicato corporativo.

- Nos finais da década de 40, um grupo de trabalhadores da construção civil ligados à Companhia União Fabril, procura organizar-se com vista à conquista da direcção do “seu” sindicato, a funcionar com outros na rua Miguel Paes. Trata-se de uma orientação nova, após os anos áureos do corporativismo fascista, que em 1935 conseguia pôr no Terreiro do Paço, dois mil ferroviários do Barreiro e do Pinhal Novo, em homenagem ao Presidente da República, marechal Carmona. Foram arregimentados por Mateus Gregório da Cruz, o “Marquês da Bacalhoa”, ex-obscuro sindicalista libertário, regedor da Freguesia do Barreiro, presidente local da União Nacional, deputado da Assembleia Nacional, requintado oportunista servindo e servindo-se do sistema.

Depois da confusão e da frustração iniciais nos anos 30, e do posterior virar de costas, os trabalhadores estavam agora a perceber que poderiam, por dentro, influenciar no sentido da satisfação

das suas reivindicações. Colocando gente honesta nas direcções dos sindicatos corporativos, afastando os capangas, seguindo a orientação defendida em primeira mão pelos comunistas desde o seu IV Congresso em 1946, obtiveram algumas conquistas positivas, embora tal não fosse conseguido no caso vertente.

Adiando e tergiversando, os responsáveis do Sindicato Nacional da Construção Civil - Secção de Setúbal – inviabilizaram a tentativa unitária de Manuel Revés, Vítor Hugo, João dos Reis, Manuel Pinheiro e outros.

• Exemplo eloquente da nova orientação são as sucessivas lutas dos corticeiros à volta do sindicato regional. Em Setembro de 1958, um numeroso grupo de trabalhadores da cortiça do Barreiro e Alhos Vedros, concentram-se na sede em protesto contra os despedimentos e o não cumprimento da Portaria de 1956. Como não encontram o presidente carreirista, que está em casa “doente” segundo o zeloso funcionário Palminha, vão buscá-lo e obrigam-no a acompanhá-los à Câmara Municipal, onde apresentam as suas reivindicações.

Quando em Novembro do mesmo ano, na ausência de resposta voltam a fazer nova concentração, sobretudo de mulheres corticeiras, não encontram novamente o “senhor presidente”, mas agora têm uma recepção especialmente preparada. Ao comício improvisado à porta do sindicato, juntam-se trabalhadores ferroviários em hora de refeição, expressando a sua solidariedade, quando aparece a GNR a cavalo e a pé a dispersar a multidão à coronhada.

Era assim a conciliação de interesses no regime corporativo, servido pelos directores Fernando ou Chico “Chófer”, pelo situacionista Palminha, pelo arregimentado doutor Marques, pelos delegados do INT e outros. Às reivindicações justas e à luta pelo pão, respondem chamando a Guarda para resolver o conflito à bastonada.

• Em 1959, procurando desalojar a direcção fantoche do Sindicato Nacional dos Metalúrgicos, muitos trabalhadores, sobretudo da CUF, associam-se a fim de inverter a influência de dirigentes venais, que fazem do sindicato um instrumento da exploração capitalista. A lista democrática entretanto organizada não é aceite ao concurso eleitoral com objecções discricionárias.

Não esmorecem os trabalhadores metalúrgicos que nos finais do ano de 1966 se concentram no “hall” exigindo falar com o presidente, o senhor Vicente Rodrigues Branco, mais conhecido por “Papa Ratos”. O motivo era o mesmo, a marcação de eleições que não aconteciam há muitos anos, pondo em cheque este pau-mandado do patronato e outros nomeados pelo sistema: “Está muito ocupado!” – veio informar o diligente Palminha. Não passaram dez minutos para a GNR chegar de sopetão a expulsar os operários à corunhada.

Gozando de privilégios especiais durante dezenas de anos, chefe da rede interna de bufos, ele próprio colaborante na detenção de trabalhadores pela polícia política, Vicente “Papa Ratos”, que chegou a encarregado-

-geral sem competência técnica para tal, é um dos exemplos marcantes do colaboracionismo dos responsáveis da Companhia União Fabril com o regime corporativo de Salazar. Viria a ser homenageado pela administração em 1964, pelos altos serviços prestados, com toda a alta hierarquia presente!...

- Os ferroviários eram herdeiros de uma experiência única de sindicalismo revolucionário, na vigência da I República, aguerrida, combativa, utópica.

Os tempos de desorientação e oportunismo vividos com a corporativização salazarista nos anos 30, alimentada por ex-sindicalistas libertários “convertidos”, como Mateus da Cruz, Jerónimo de Paiva ou João Martins, só foram ultrapassados nos finais dos anos 40, quando os trabalhadores das ferrovias começaram a levar de forma organizada ao Sindicato, sempre na Casa dos Ferroviários, exposições, petições, abaixo-

-assinados, reivindicações, acompanhadas muitas vezes por concentrações operárias.

Essas lutas contra a degradação das remunerações e das condições de trabalho, pelo Acordo Colectivo de Trabalho, importantes na mobilização e espírito combativo, encontravam porém os dirigentes nomeados pelo regime, como João Martins, Romão e Olímpio Pereira, e outros, cujo papel era fingir uma grande disponibilidade, mas na prática travar os processos, adiar, retardar e deixar tudo na mesma.

Foi esse o comportamento do deputado à Assembleia Nacional, presidente do Sindicato Nacional dos Ferroviários do Sul e Sueste, Olímpio Pereira, que prometeu interessar-se pelo “caso” da prisão de democratas (incluindo ferroviários), em Maio de 1970, exposto por uma delegação de familiares e amigos que se deslocou especialmente a sua casa, no bairro do Palácio de Coimbra. Os presos foram interrogados, torturados, condenados em tribunal político, como era costume na ditadura fascista, de nada valendo as promessas do distinto presidente do sindicato, de ir tratar do assunto com os seus pares do distrito. Como era de esperar de um cínico títere do regime de Salazar e Caetano.

- Mudavam os figurantes (figurões) mas o cenário era idêntico.

No Sindicato dos Têxteis, também com sede na rua Miguel Paes, pontificava outro mandarete da hierarquia da CUF, de onde eram provenientes a maioria dos trabalhadores associados. Teixeira “Gordo”, como era conhecido estoutro profissional do sindicalismo corporativo, ficou em pânico em meados do ano de 1967, quando soube através de um bufo infiltrado, que um grupo aguerrido de operários e operárias têxteis estava a organizar uma “chapa” unitária para concorrer à direcção.

Manobrando para dividir os petionários, que apresentaram dezenas de assinaturas de apoio, procurando aliciar o principal animador (em vão!), recorrendo à chefia compísca para pressionar os subscriptores, tripudiando à volta da marcação das eleições, o “presidente-marioneta” nunca as marcou e acabou por entregar à PIDE as listas de apoiantes e de candidatos à direcção do sindicato.

Teixeira “Gordo”, tal como Vicente “Papa-Ratos”, gozavam de todo o apoio e simpatia dos patrões da CUF. Lá continuaram como presidentes vitalícios, até que a revolução de Abril pôs termo ao reinado fascista.

18. A RADICALIZAÇÃO CONTRA O FASCISMO

• Muita gente generosa dispunha-se a dar o melhor de si na luta contra o regime salazarista. Na clandestinidade rigorosa e consequente, no movimento democrático unitário, ou em iniciativas revolucionárias, por vezes inconsequentes.

Manuel Serra, condiscípulo do general Humberto Delgado, vindo do exílio no Brasil, procura no Barreiro e arredores apoios para uma acção que visa o derrube da ditadura e a tomada do poder. O assunto é discutido no meio comunista, a pedido de militantes convidados pelo José Artur, por indicação de M. Serra, operário ferroviário de Alhos Vedros a trabalhar nas oficinas da CP. Surge então o alerta para o perigo de uma aventura sem bases organizativas sólidas, e fora do contexto da luta popular de massas que animava a orientação do PCP.

Os conspiradores fazem planos para o assalto à unidade militar de Beja e para o corte da ponte em Alcácer do Sal, isolando o Sul sublevado com outras acções previstas de levantamento militar. Localmente estuda-se o assalto ao quartel da GNR, as armas capturadas serão distribuídas pelo povo. Há uma dezena de conjurados barreirenses que alinharam duas mobilizações frustradas mas a maioria já não participa na tentativa de tomada do quartel do regimento de Infantaria de Beja, na madrugada do primeiro de Janeiro de 1962.

Apesar da coragem de João Varela Gomes e de outros militares e civis, as coisas correm mal, há improvisos e falhas, a acção revolucionária é derrotada. No rescaldo, a PIDE prende a torto e a direito, espanca e tortura, por fim o Tribunal Plenário condena com mão pesada cerca de 100 civis e militares. Do Barreiro, num processo individualizado com a acrescida acusação de serem quase todos membros do PCP, são condenados uma dezena de antifascistas.

Salazar terá recomendado ferocidade e castigo exemplares no tratamento dos detidos do processo de Beja. Fernando da Silva Pais, major do Exército e graduado da Mocidade Portuguesa, natural do Barreiro, substituiu em Abril de 1962, à frente da Policia Internacional de Defesa do Estado, o capitão Homero de Matos, o célebre “Olho de Vidro”, que durante mais de dez anos comandara o destacamento da GNR de ocupação da vila resistente.

Não esteve muito tempo a dirigir a polícia secreta o militarista de simpatias nazis que substituía nos princípios de 1961 outro militar, o capitão Neves Graça. Homero de Matos quis aplicar na PIDE as

concepções que experimentara durante anos e anos de repressão e apertada vigilância na vila operária, mas o ditador dirigia de perto a organização, exigindo total e incondicional obediência, sem veleidades.

Em meados de 1962, Silva Pais iniciava um longo directório à frente da PIDE (até ao 25 de Abril!), provando, com mão dura sobre os presos da acção revolucionária de Beja, porque fora escolhido por Oliveira Salazar. Porém, a acção corajosa de civis e militares no primeiro dia do ano segundo de uma década vivificadora, deitara sementes à terra.

- “O Barreiro engalanou-se e o povo saiu à rua”, escreviam os jornais regionais da época, mais ou menos feitos com o regime.

A cavalaria da GNR em traje de gala com fanfarra, iniciava o cortejo com pompa, e, na circunstância, o carro presidencial descapotável atraía muitos mirones, para além dos apoiantes da ditadura e dos próceres do regime com presença obrigatória. No dia 30 de Junho de 1965, o presidente da República, Américo Tomás, indefectível do salazarismo, inaugurava com espavento a estátua erigida no centro do Barreiro a Alfredo da Silva, o empresário impulsor da construção das fábricas da CUF a partir de 1907.

Pouco antes dos discursos oficiais encomiásticos e veneradores, do presidente da Câmara, do ministro das Corporações, dos patrões e do próprio presidente “corta-fitas”, o rebentamento de um petardo nas imediações do palanque, espalhou centenas de tarjetas, onde se lia:

“Povo do Barreiro! Hoje não é dia de festa! Façamos ouvir o nosso protesto. Abaixo a ditadura! Fascistas, fora da nossa terra!”

Os culpados da ausência de liberdades fundamentais, os responsáveis pelas prisões e pela repressão (estavam vários filhos da terra presos!), os autores da exploração nas fábricas, não eram bem vindos à terra da resistência e do trabalho.

- A presença excepcional de um destacamento da Guarda Nacional Republicana, equivalente a uma Companhia, ocupando militarmente a vila e as fábricas desde as formidáveis greves de 1943, constituía uma situação única a nível nacional. Era o sinal claro do receio que o regime, apoiado no e pelo grande patronato, tinha da extraordinária concentração operária e dos sentimentos democráticos e revolucionários germinados na população barreirense.

Crescia-se no receio das patrulhas que perseguiam a miudagem por jogar à bola, no medo das rondas a cavalo e da cavalaria em formação cerrada que matraqueava as pedras da calçada, no pavor dos tanques e carros de assalto que percorriam as ruas do burgo com um barulho aterrador em “demonstrações de força”.

A juventude medrava aperrada entre a vigilância obsessiva da guarda e a segregação sexista na escola, manifestando insatisfação e revolta. Alguns mais animosos achavam que o tempo era de acção, por isso o José Manuel, a frequentar o curso nocturno na Escola Alfredo da Silva, combinou a marosca com mais dois ou três iguais, oriundos da Baixa da Banheira, desde sempre politicamente ligada ao Barreiro. Enquanto um dos conjurados disfarçado nas sombras da madrugada abria as portas da cavalaria, os outros, camuflados na protecção das árvores centenárias do Jardim dos Franceses, atiraram o petardo que lançou o pânico entre os animais que fugiram espavoridos pelas ruas do Barreiro Velho.

Na manhã despontando pouco depois, os guardas corriam atarantados atrás dos cavalos assustados, que não tinham culpa de serem garupa da repressão, para gáudio da população que detestava as forças ocupantes. Nessa hora pode-se imaginar o estado de fúria do famigerado sargento Reis, chefe do posto da GNR, espumando ameaças e vinganças, e a exasperação do capitão comandante do destacamento naquele ano de 1966.

- Num mundo radicalizado, com a guerra do Vietname como pano de fundo, e os formidáveis protestos da população norte-americana; com a luta de libertação nacional em África no apogeu, atingindo duramente a juventude portuguesa; com a tremenda batalha política e ideológica entre o capitalismo e o socialismo, e dentro deste, entre a União Soviética e a China, manifestavam-se alguns jovens barreirenses sentimentos radicais trazidos à flor da pele.

– Queres participar numa acção directa contra o fascismo? Temos tudo preparado! – Juca com ar conspirativo, segredava ao ouvido do companheiro de lutas desse ano de 1969 a terminar.

– Contra o fascismo faço tudo! Mas cuidado, do que se trata? – o Humberto tinha alguma experiência política e partilhava, sem o ser ainda, a orientação da luta de massas dos comunistas.

– Encontramo-nos com o resto do pessoal em tal dia, em tal sítio, não te posso dizer mais nada!

Não era suficiente! Em regime de terror policial, com a PIDE/DGS a farejar por todos os cantos, uma “acção directa” tinha de ser muito bem preparada, com a máxima segurança, com objectivos muito bem definidos e como corolário da luta política mais alargada. Assim, mais parecia uma acção radicalista e aventureira, de génesis maoísta, que no Barreiro não tinha muito merecimento.

Decidiu não participar, não foi ao tal encontro e de resto nunca mais se viu o Juca, decerto muito atarefado com as suas novas funções. Tempos mais tarde, nos princípios de 1971, soube-se de uma explosão na bateria de canhões perto de Stº. António da Charneca. Uma acção simbólica mas inconsequente pois a bateria estava há muito tempo inoperacional e fora de serviço.

- Nos finais de 60 a disputa ideológica dentro do campo socialista estava muito acesa. O fenómeno maoista, alimentado por todos os radicalismos herdados do Maio de 68 francês, e, por todos os desesperos que a guerra colonial produzia em sectores da pequena e média burguesia urbana, também se fazia sentir no Barreiro:

– Devíamos fazer como em Cuba, criar uma frente de guerrilha e derrubar o regime burguês! – Manuel começara a aparecer há uns tempos, vendia livros e tentava a doutrinação dos interlocutores imberbes, pouco batidos, mas não patetas:

– Guerrilha em Portugal, onde? Ainda se tivessemos uma “Sierra Maestra”!...

– Na Serra da Estrela, pois então! E armas não faltarão!

– Se se puder evitar a violência, será melhor – exprimia candidamente o Carlos, na sua costela cristã.

– Violência terá de haver para o derrube do fascismo! Mas de uma forma organizada e alargada, assente na insurreição popular de massas!

O jovem de barbicha cortava cerce a veleidade do homem baixo e magro vindo da Baixa da Banheira, propositadamente por certo. A investida “esquerdistas” acatou a brevidade da iniciativa que andava a remoer há tempos, junto do seu amigo Carlos:

– Tenho uma incumbência importante. Um convite para seres membro do Partido Comunista Português!

Ficaram mais fortes os laços que depois se multiplicaram, entre a juventude barreirense generosa e combativa. As influências “exteriores” nunca produziram grande mossa.

19. NAS FÁBRICAS E OFICINAS A LUTA É TAMBÉM ANTICAPITALISTA

- Nos finais de 1964 trabalhavam na CUF/Barreiro 8315 pessoas, uma redução de mais de 2000 postos de trabalho em sete anos, resultante da evolução tecnológica operada em processos de fabricação e de controlo, que exigem menos operadores mas mais qualificados, proporcionando maiores lucros aos donos da empresa.

Por isso os trabalhadores continuam a reivindicar melhores condições: pagamento do 7º dia aos operários (estendendo as regalias dos empregados); integração dos prémios de produção no salário; alargamento das promoções.

Pela satisfação destas exigências são desencadeadas várias acções: lutam as operárias da Zona Têxtil que abordam directamente o administrador-delegado durante uma visita à fábrica (1964); protestam os empregados da Despensa para conquistarem a tolerância de ponto (1964); barafusta um grande número de trabalhadores em reuniões, concentrações e paralisações, quando em Abril de 1964 a administração pretende adiar o pagamento dos salários (devido a um feriado no fim do mês); fazem “cera” os trabalhadores da Têxtil, onde a luta atinge um grau mais elevado, estendendo-se depois a outras secções em Dezembro de 1964, contra as promoções insuficientes; reivindicam os operários das fábricas da UFA (Amoníaco e Ureia) que apresentam uma exposição com centenas de assinaturas.

O ano de 1964 foi de facto um ano muito agitado na Companhia União Fabril, os próximos não o seriam menos!

- Entretanto os delegados operários batem-se na Comissão Interna, onde levam reiteradamente a questão das insuficientes e discriminatórias promoções, perante o patrão Jorge, que numa reunião em finais de 64, dá um murro na mesa e grita: “Não há mais discussão, a administração decidiu assim!”.

Em Julho de 1964, os comunistas reflectiam sobre a situação, escrevendo no “Avante!” nº 344: “A criação da Comissão Interna da CUF integrada na ofensiva do grande capital e dos Mellos em particular,

é para minar o espírito de classe dos trabalhadores e para corromper o seu espírito revolucionário. (...) A existência de um organismo que reúne mensalmente, onde se agrupam operários, encarregados, quadros técnicos e patrões, tem o objectivo de demonstrar que entre uns e outros não há divergências, que há uma harmonia de classes. A verdade é que a maioria dos operários da CUF tem sabido aproveitar a existência da comissão para apresentar as suas reivindicações!".

O desenvolvimento das lutas nos anos 60 e as respostas insuficientes do patronato às magnas questões, levaram ao desmoronar do mito da “família CUF” e mostraram como esta era madrasta, com poucos filhos e muitos enteados.

- A capacidade de organização e de combate recuperada pela classe ferroviária na década de 50, vai ter uma expressão significativa e contraditória na década de 60. Se por um lado crescem as acções de protesto e reivindicação, motivadas pela degradação salarial e das condições de trabalho (que a aprovação da revisão do ACT, em 1961, não resolve), por outro, despertam a sanha repressiva do regime, que por duas vezes no espaço de poucos meses, solta os “cães de fila” para prenderem mais de uma dezena de activistas ferroviários.

Em 1963, em dois processos da PIDE, repetem-se os quesitos acusatórios de, “actividades subversivas contra a segurança do Estado e militância no clandestino Partido Comunista Português, que pretende derrubar o Governo por meios violentos”. Uma dezena de condenações no famigerado Tribunal Plenário, com acusadores e juízes fantoches, depois de torturas e sevícias nos longos interrogatórios na António Maria Cardoso e no reduto Norte de Caxias, marcam profundamente os presos. Mas a luta vai prosseguir nos caminhos de ferro no Barreiro, onde outras sementes germinaram tomando o lugar dos “caídos”.

- Em meados dos anos 60, o custo de vida aumentava mais rapidamente do que os proventos, por isso os operários da CUF insistiam regularmente no aumento geral de salários, numa perspectiva colectiva que incluía a reivindicação de “salário igual para trabalho igual”, e a “extinção dos prémios de produção”. No seu entender os prémios envenenavam as relações de trabalho e suscitavam discriminações.

Inverso era o entendimento do patronato, para quem a necessidade de aumento da produtividade, aconselhava a introdução de remunerações especiais, distinguindo por mérito os mais capazes e dedicados. Tratava-se evidentemente duma expressão nova do velho conflito de interesses entre o trabalho e o capital.

Em Março de 1965, um delegado operário levou à reunião da CIE uma proposta de aumento geral de 15\$00 diárias. Na véspera das comemorações do centenário da CUF (criada em Lisboa em Junho de 1865), a administração anunciou a atribuição de novas regalias (extensão do subsídio de férias, generalização do subsídio de turno, subsídio complementar por baixa e alargamento das promoções por mérito) mas recusa o aumento geral, ... “por não considerar a solução mais justa para o pessoal, nem a mais conveniente para a empresa”.

Muitos trabalhadores frustrados e desiludidos reagem intempestivamente. O novo sistema de promoções por mérito é entendido como uma forma de intensificar a exploração e de dividir para reinar, atirando os obreiros uns contra os outros, numa competição que só aos patrões pode interessar.

No próprio dia 30 de Junho de 1965, quando era inaugurada com festa e circunstância a estátua e o complexo desportivo Alfredo da Silva, centenas de trabalhadores têxteis e metalúrgicos de turno, faziam paralisações de protesto contra as decisões que não contemplavam a reivindicação central.

- Em Março/Abril de 1968, os homens das ferrovias concertaram a nível nacional uma reclamação conjunta de um novo Acordo Colectivo. Culminando um crescendo de luta pela melhoria das depauperadas condições da classe, em finais de 68, foi organizado um abaixo assinado a nível nacional que recolheu onze mil assinaturas, com participação massiva dos operários dos caminhos de ferro no Barreiro.

Posteriormente entregue no Ministério das Corporações, as principais reivindicações, de um conjunto de 33, eram: o aumento geral de mil escudos mensais; 8 horas de trabalho máximo diário em todas as estações; subsídio de férias correspondente a um mês; assistência médica generalizada. Em apoio destas exigências, cerca de 1000 trabalhadores das oficinas da CP no Barreiro, concentraram-se junto do Sindicato do Sul em Abril de 1969.

Nos meses seguintes os ferroviários continuam a discutir no âmbito nacional e em clima de unidade, o avanço para formas superiores de luta, No dia 20 de Outubro de 1969, entre as 15 e as 16 horas, milhares de ferroviários paralisam em todo o País, incluindo os quase 2000 trabalhadores das Oficinas e do Sector do Movimento no Barreiro. Estávamos num tempo de grande mobilização e luta e, como sempre, os ferroviários estavam na primeira linha.

- “É necessário acabar com as comissões, com as listas e essas formas impróprias de pedir o que quer que seja!” – afirmava o patrão com arrogância. Noutra altura proibia a discussão na reunião da CIE de aumentos salariais, com um elucidativo murro na mesa. “Não era para isso que a comissão tinha sido criada” –
– dizia.

Reagindo ao descrédito crescente, os assalariados das fábricas do Barreiro, reunindo à sucapa em pinhais e quintas dos arredores da vila, respondem elegendo homens de confiança que derrotam nas urnas os lacaios propostos pela hierarquia.

“Estão lá para defender os nossos interesses” – clamavam os operários, enquanto faziam chegar à comissão as questões de aumentos gerais, do alargamento de regalias, das más condições de trabalho e de segurança, entre outras, para arrancarem novas concessões!

Delegados operários como José Milheiro, Palma Cadeireiro, Leonel Coelho, Manuel Palmela, Rodas Nepervil e outros, que defendiam com firmeza as propostas elaboradas nas reuniões de Secção ou Fábrica e aprovadas em reuniões unitárias das Comissões de Unidade na ilegalidade possível, nos pinhais de Alhos Vedros e Moita, deram origem a grandes “espigas”. Todos eles tinham sido reiteradamente eleitos logo nos primeiros anos da CIE, mas como o patrão tinha a prerrogativa de escolher entre três hipóteses, foram sendo preteridos.

- José Milheiro tinha sido eleito consecutivamente pela Zona Metalo-Mecânica e Fundição, desde 1962/63, mas só em 1967 foi “aceite” pelo patrão. Agindo com determinação levantou a questão do trabalho aos sábados de manhã, improutivo e desnecessário no entender dos trabalhadores.

– O senhor Milheiro não conhece a gestão da empresa para falar assim levianamente de um período de trabalho insubstituível! – cortou imperial o Dr. Jorge de Mello.

– Insubstituível senhor doutor?!... Só se for para gastar energia a fazer biscoitos para os senhores directores. É isso que se faz aos sábados, como toda a gente sabe!

Imagina-se o mal estar das cenas seguintes, o arco-íris de cores nas faces dos dirigentes e o consequente e habitual murro na mesa: “A reunião está acabada!”.

- A hierarquia tinha intimado, seguindo as orientações do patrão, as chefias intermédias estavam em alerta policial (não todas, que algumas só serviam para isso!...):

– Onde vais com esses papéis na mão? – interpela o encarregado, o operário apanhado fora do seu local de laboração.

– São... são para as eleições da comissão interna – gaguejou o “Mosca”, atrapalhado.

O encarregado Cortiçadas que tinha tanta fama de bera como de incompetente, arrancou literalmente as folhas da mão do funcionário:

– Para a comissão interna? Quem te deu este abaixo-assinado? – pela consulta rápida percebeu tratar-se de um documento reivindicativo, elaborado em finais de 1968, exigindo aumento geral de trinta escudos diárias, passagem de todo o pessoal operário a mensal, pagamento do 13º mês pelo Natal, subsídio de 50% para os turnos da noite.

– Foi... foi o “Palmelão”! – tremia o interpelado.

No dia seguinte, às 7 horas da manhã, o operário têxtil Manuel “Palmela” foi impedido de entrar ao portão dos “Tecidos”, onde ia pegar no horário de turno. Ex-delegado à CIE e excelente campeão de remo no Grupo Desportivo, foi liminarmente afastado da empresa, sem nota de culpa ou processo disciplinar, ficando a viver da solidariedade mensal dos colegas de trabalho, até refazer a vida na sua terra natal.

20. A BATALHA DEMOCRÁTICA NOS FINAIS DE 60

(A CDE EM 1969)

- A partir de 1958, Salazar acabara com as eleições para a presidência da República, tal o susto apanhado com a votação em Humberto Delgado.

Em tempos de feroz ditadura todas as oportunidades eram aproveitadas para forçar a legitimidade democrática. A pretexto dos “actos eleitorais” promovidos pelo regime, desenvolviam-se actividades visando o esclarecimento e a mobilização da população.

Em finais dos anos 60, foi desenvolvida uma campanha de recenseamento, tendo em vista as “eleições” para a Assembleia Nacional que teriam lugar proximamente. Quando colocava cartazes da Oposição Democrática no Lavradio, incentivando a população a recensear-se, Rodas Nepervil foi detido com outro activista, por uma patrulha da GNR e foram conduzidos ao posto do Barreiro, onde os famigerados sargento Reis, cabos Zé e “Cabra Alta”, os submeteram às violências do costume.

Na manhã seguinte, depois de uma noite de vela, o agente Coelho da PIDE, que chegou a ter um gabinete junto ao destacamento da GNR dentro da CUF, apareceu cedo para um interrogatório formal, repleto de ameaças e chantagem: Quem tinha dado os cartazes? Quem mais andava a colar? Quem era o responsável do Partido que controlava? Se não respondesse logo ia parar à António Maria Cardoso e aí tratavam-lhe da saúde!

Valeu a Rodas a firmeza na versão da legalidade do recenseamento e o movimento de solidariedade imediatamente desenvolvido no exterior para o restituir à liberdade.

- Marcelo Caetano substituiu Salazar na cadeira do poder, em Outubro de 1968, e ensaiou um discurso “novo” e demagógico, ao qual no essencial não correspondiam os actos. O Movimento de Oposição Democrática organizou-se então a nível nacional, para participar na batalha eleitoral que Caetano se viu obrigado a admitir, a propósito das eleições para a Assembleia em Outubro de 1969.

Aprofundando a “abertura” marcelista, no distrito de Setúbal multiplicam-se as reuniões organizativas, é elaborado o programa eleitoral com as principais reivindicações: a democratização do

país e o fim das guerras coloniais. São apresentados os candidatos do distrito, entre eles Álvaro Monteiro pelo Barreiro; são distribuídos milhares de documentos e aberta a sede da Comissão Democrática Eleitoral (CDE, é a sigla oficial do movimento) na rua António José de Almeida, na casa do antifascista José Jordão.

Quando a campanha eleitoral começa, com forte mobilização popular, são feitos dois grandes comícios no Barreiro: no Teatro-Cine e no Grupo Desportivo Operário, “Os Vermelhos”, com centenas de participantes, entre os quais muita juventude.

- Constituindo-se em apoio da CDE, a juventude organiza-se autonomamente discutindo os seus problemas, como trabalhadores e/ou estudantes, sobretudo a problemática da guerra colonial, em reuniões, encontros, piqueniques, onde se juntam dezenas de jovens.

Numa reunião no princípio do Verão de 1969, cerca do Rio Frio, é constituída a Comissão de Jovens Democratas do Barreiro. Confusões políticas, a que não são alheias concepções radicalizantes “herdadas” do Maio de 68 francês, dificultam a unidade e atrasam a aprovação de um “caderno de reivindicações” da juventude barreirense, o que só será possível já no período eleitoral numa sessão em Outubro, no Lavradio.

Em coordenação da acção juvenil numa perspectiva nacional, é efectuado um Encontro em Vila Franca de Xira, no último fim-de-semana da campanha. A delegação do Barreiro é formada por uma dúzia de jovens, mas o dinheiro dado pelo tesoureiro da comissão concelhia da CDE só chega para metade dos bilhetes de Sta. Apolónia a Vila Franca! Quando o revisor apareceu, o coração “saltava pela boca” aos jovens quase imberbes. E agora?

– Os vossos bilhetes, fazem favor!

Não havia por onde escapar, o pessoal “estava feito”, pensava o jovem de barbas, estendendo timidamente os pedaços de cartão impresso. Só um milagre, se acreditasse!...

Tric, tric, tric,... Seis bilhetes, doze picadas! “Para o caso de algum passageiro estar a ouvir” – explicou mais tarde Francisco Lancinha, um grande antifascista ferroviário, previamente informado da “aventura”, alentejano de nascimento, barreirense pelo mister nos comboios.

- No dia 5 de Outubro de 1969 a tarde estava agradável, o Sol brilhava, nem parecia Outono. No coração dos jovens que pela primeira vez participavam numa manifestação “a sério”, exaltava a Primavera.

Centenas de pessoas vindas do Barreiro e da Baixa da Banheira concentraram-se à porta do cemitério do Lavradio, onde decorria a homenagem aos velhos republicanos falecidos. A GNR também lá estava em vários jipes carregados de guardas armados de pistola-metralhadora. Alguns graduados a pé regulavam o trânsito dificultado pelo ajuntamento crescente.

Quando veio a orientação de iniciar uma marcha até ao Barreiro, não autorizada previamente, os jipes tentaram barrar o pessoal e houve um momento de “frisson” e muitos nervos. Contudo os manifestantes contornaram o obstáculo e estenderam-se numa longa fila pela berma, que foi engrossando pelo caminho ao longo da rua do Lavradio, do bairro da CUF, da rua Brás, e da rua Miguel Bombarda até à porta da Câmara Municipal. Aí a manifestação concentrou-se, e, aos gritos de

“Liberdade”, “Viva a República!”, “Democracia!”, “Abaixo o fascismo!”, “Fim à guerra!”, avançou resoluta e combativa pela Av. Alfredo da Silva até à sede da CDE, na rua António José de Almeida.

Então já eram muitos milhares, com a bandeira nacional à frente e o grande entusiasmo da gente nova nas primeiras filas. O Sol espreitava em fim de tarde ao fundo da avenida, para os lados da Alburrica, para lá de um horizonte vermelho de esperança, sobre o universo sem suspeita de que naquele rectângulo à beira do Atlântico se lutava por um mundo novo a sério.

O candidato do Barreiro, também ele jovem, discursou de improviso e garantiu que fosse qual fosse o resultado no dia 26 de Outubro, o Movimento Democrático já tinha ganho e o futuro seria a vitória da liberdade.

- A campanha decorreu de forma entusiástica por todo o distrito. Os candidatos multiplicavam-se em sessões de esclarecimento e comícios por aldeias, vilas e cidades, o povo estava ávido de informação desassombrada, sentia-se uma lufada de ar fresco da liberdade tão desejada.

Álvaro Monteiro, o candidato do Barreiro, corria “seca e meca”, com o apoio do carro de Faustino Reis, o homem da “Singer”, e a colaboração prestimosa de Manuel Cabanas, um não comunista que esteve sempre com a CDE (a CEUD não tinha expressão no distrito de Setúbal). Em barracões ou ao ar livre do Outono risonho, de megafone na mão ou de viva voz, levavam uma mensagem de esperança ao povo oprimido por 43 anos de ditadura, escancarando a porta que a demagogia marcelista só queria entreabrir.

A esperança transbordou no memorável comício da Baixa da Banheira, com milhares de pessoas enchendo a sala do Ginásio Atlético Clube, exigindo a liberdade e o fim da guerra colonial, que só o derrube do fascismo poderia garantir. A CDE tinha inscrito tais objectivos no seu programa, a partir daquela campanha nada seria como dantes.

- Na votação do dia 26 de Outubro de 1969 não participaram os mais jovens (só tinham direito a partir dos 21 anos!) nem as mulheres (excepto as emancipadas com profissões superiores).

Junto das mesas de voto, notórios fascistas capitaneados pelo na altura, vice-presidente da Câmara, Victor Adragão, movimentavam-se de forma provocatória, danados por não poderem fazer as “chapeladas” do costume, porque desta vez havia fiscalização da Oposição Democrática. Nalguns locais do distrito os caciques reaccionários passaram-se dos “carretos”; em Sesimbra um alto dirigente da União Nacional puxou de uma pistola para impedir em desespero, a fiscalização do acto eleitoral por um candidato da CDE.

No Barreiro a contagem dos votos foi feita no átrio da Câmara, as portas semicerradas, bufos e provocadores à frente curvando-se à passagem dos “mandões” da União Nacional, arreganhando os dentes, ameaçadores, para a arraia miúda ao fundo da escada, de pescoço esticado na expectativa.

O democrata Ezequiel vem à porta com um sorriso generoso, a CDE ganhou por 69% contra 31% da União Nacional. Um prolongado aplauso e muitas manifestações de alegria entre as centenas de democratas, abraçando-se. Com eles está um amigo do Barreiro, um trovador da liberdade e da revolução ainda algo distante, José Afonso que já experimentara várias vezes o peso da repressão,

estava de alma, coração e voz com o Movimento Democrático. A sua natural alegria extravasou quando a caminho da casa de uns amigos, viu do outro lado da rua a cara conhecida de um revolucionário comunista na clandestinidade, com quem já reunira. Nem pensou duas vezes:

– Ganhámos! Ganhámos! Dá cá um abraço!

– Cuidado, amigo, cuidado!

Abraçaram-se, felizes, com lágrimas.

21. AS MULHERES NA LUTA DEMOCRÁTICA

- Se a dificuldade é grande na vida dos corticeiros, para a mulher operária corticeira, discriminada no salário e nas tarefas familiares, ainda é pior. As “fabricantas”, como são conhecidas, constituem a maioria dos quase 200 trabalhadores da fábrica Teodoro Rúbio, que paralisam o trabalho e se concentram à porta do escritório, em Janeiro de 1956, exigindo aumentos salariais. Voltam a parar em Novembro de 1957, juntamente com os artífices das fábricas Barreiras e Corticeira Industrial, na maioria mulheres também, por aumento de salários e pelo direito às férias, saindo parcialmente vitoriosas.

Muito significativo é o episódio vivido pela corticeira do Barreiro, Amélia Janeiro, na campanha de apoio a Humberto Delgado, em Junho de 1958. Mulher corajosa e determinada, presa pela PVDE apenas com 20 anos, durante uma luta operária na fábrica Herold, penando em Caxias durante dois anos, foi indigitada para intervir no comício do Porto, em nome das mulheres trabalhadoras portuguesas. Modesta, com a instrução primária, recusou por pensar não estar à altura da tarefa. Acarinhou e incentivada pelos companheiros, discursou com emoção e sentido de classe perante mais de 3 mil pessoas no grande comício do Coliseu.

- Na agitação preparatória da grande jornada do 1º de Maio de 1962, já contada, distinguiu-se a participação de mulheres que assumem as tarefas mais arriscadas na distribuição de propaganda junto das fábricas em pleno dia.

No decurso dos confrontos com a GNR, numa das maiores iniciativas de resistência e luta antifascista no Barreiro e na vizinha e muito chegada Baixa da Banheira, foram detidas Vitória do Carmo, Domingas Silva e Rosete Rodrigues, libertadas sem culpa formada ao fim de 30 dias de interrogatórios e sevícias.

Não era a primeira vez nem seria a última, que as mulheres barreirenses (da Baixa da Banheira e de Alhos Vedros), operárias, empregadas, domésticas ou intelectuais, estavam na frente da luta, mostrando o caminho. Fora assim em 1943, era agora num período de histeria repressiva no início dos anos 60, seria assim no futuro.

- Nos finais de Maio de 1962, quando no Alentejo se conquistava em

luta rija a jornada de 8 horas de trabalho diário, na quinta do Martins de Coina, onde se produziam dos melhores pêssegos da Europa, os assalariados agrícolas, na maioria femininos, exigem também as 8 horas de trabalho, acabando a exploração medieval de sol-a-sol.

O encarregado da quinta a mando do patrão chama a GNR, acusando os trabalhadores de fazerem greve. Os “gnr’s” chegam em dois jipes carregados com espingardas, cercando os rurais reunidos no átrio. Na primeira linha estão as mulheres, que logo começam a respigar com o tenente jovem, comandante da força:

– Nã estamos a fazer greve nenhuma, nã senhor! Já fizemos o nosso trabalho diário! – argumentam as operárias agrícolas, apontando a torre de vigia, mandada construir pelo “rei do lixo”, autêntico ex-libris de Coina:

– Se o senhor tenente subir além à torre, há-de ver os campos do Alentejo onde só se trabalha 8 horas por dia. Já não há o sol-a-sol! Nã estamos fazendo greve, nã senhor!

A Adélia, a Domingas e outras jornaleiras, falam com firmeza. São assalariadas rurais num concelho eminentemente industrial, proletárias da mesma raiz, muitas têm os companheiros a trabalhar nas fábricas. O encarregado Noé embatuta, e o jovem tenente despede-se com cumprimentos para o patrão, senhor Mota, acrescentando que se tratava de um conflito de horários, assunto para o Ministério das Corporações e não com a Guarda Republicana.

No dia 28 de Maio de 1962, conquistavam-se também no Barreiro as 8 horas de trabalho nos campos.

- A crise da indústria corticeira na zona ribeirinha do Tejo acentuou-se no início da década de 60 com a emergência dos plastificados e a falta de modernização das fábricas que tratam um produto português de excelência – a cortiça.

Em consequência, em Setembro de 1964, encerram no Barreiro as fábricas Teodoro Rúbio (175 despedimentos) e João Madeira (75 despedimentos), que somados aos dos últimos anos significam quase 700 desempregados, uma situação social grave, atingindo sobretudo as mulheres. Os trabalhadores reagem concentrando-se no sindicato, onde são recebidos de forma arrogante pelo “doutor” Fernando, testa-de-ferro do Ministério das Corporações. Insistem, porfiam na luta e conseguem finalmente um pequeno subsídio de sobrevivência que só depois do 25 de Abril se transforma em reforma.

São também as mulheres as principais animadoras da luta que em Dezembro de 1965 “arranca” aumentos de 6 e 8 escudos diários. Lançada a luta por aumentos salariais nas principais empresas, conseguidos numa ou noutra pequenos aumentos, logo a reivindicação geral percorre toda a região. As trabalhadoras desempenham então um papel determinante, sobretudo nas batalhas de confronto com os patrões e com os dirigentes fantoches no sindicato.

- Embora sejam as mais aguerridas e combativas do ponto de vista da consciência de classe, não são só as operárias têxteis e corticeiras que lutam pela melhoria das condições de vida e de trabalho.

Em Outubro de 1964, os operários da seca do bacalhau, em Palhais, recusam-se a trabalhar fora do horário normal (já muito alongado!) sem aumento da remuneração. O patrão queria que pegassem mais cedo e, perante a recusa, dá ordem ao encarregado para chamar a GNR, sob a acusação

de estarem a fazer greve. No outro dia, manhã cedo a guarda fecha o portão e impede os homens de entrarem no recinto. Então as mulheres operárias, numa demonstração de grande consciência e dignidade, recusam-

-se a entrar sem os companheiros. A guarda hesita, conferencia, desfaz-se em salamaleques perante o dono da empresa, mas acaba por se retirar. Os trabalhadores venceram e juntos retomam o trabalho.

Embora o centro da luta fosse a vila operária, este e outros episódios mostram que por todo o concelho do Barreiro e outras terras limítrofes (Baixa da Banheira, Alhos Vedros, Palmela), existe uma elevada consciência de luta contra a exploração e a opressão, um ideal de transformação de uma sociedade injusta e de conquista de uma vida melhor para quem trabalha, pelo qual as mulheres estão sempre na linha de vanguarda.

- Apesar da propalada paz social cantada por Salazar e pelo patronato amigo, as lutas operárias na CUF não cessam na década de 60 com particular relevo para a acção das mulheres da Zona Têxtil que paralisam a laboração em Maio de 1966, para exporem superiormente a exigência de melhores condições de trabalho e de remuneração.

Na Zona Têxtil (e também na Metalomecânica), várias vezes ao longo dos anos de 1966 e 67, os operários recorrem à “cera”, como forma de pressão em relação à reivindicação universal em toda a empresa, do aumento geral de 15 escudos diários (também de salário igual para trabalho igual e extinção dos prémios de mérito).

Quando em Junho de 1967 a administração finalmente concede aumentos de 4, 8 e 12 escudos/ dia, abrangendo só 50% do pessoal (seria de 4 e 6 para as mulheres), estala a revolta em muitas secções. A maioria só leva quatro escudos a mais para casa, valor aquém do aumento do custo de vida em dois anos (desde 1965). Sucedem-se imediatamente paralizações e protestos junto dos responsáveis hierárquicos e dos escritórios centrais, com as mulheres sempre na primeira linha. Entre ameaças, promessas e chantagens, o clima laboral fica uma vez mais muito toldado nos finais da década de 60.

- Em Julho de 1968, as operárias da Cordoaria Nicola protestam contra os salários miseráveis de 24 escudos por dia, metade do que recebia uma operária têxtil da CUF.

A velha fábrica de cordames, propriedade da família Nicola, fizera ao longo dos anos um esforço de modernização, com a aquisição de maquinaria alemã da era das fibras de “nylon”. Só que os empresários, à boa maneira portuguesa-salazarista, esqueceram o mais importante: a formação técnica e a adequada remuneração dos seus trabalhadores. Pelo contrário, por inspiração “capitalista moderna”, tentam dividir as obreiras com pequenos aumentos discriminatórios. Numa manifestação de unidade, largam todas o trabalho e reclamam aumento geral.

Pior a emenda que o soneto, os patrões chamam a GNR que invade a fábrica e intimam as operárias a retomarem o trabalho, ameaçando com a prisão. Faltou naqueles momentos uma direcção de luta organizada e a confiança na própria força unida. As trabalhadoras recuam, cedem às promessas do patrão de que haveriam mais aumentos se voltassem ao trabalho. Não receberam nem mais um tostão e a cordoaria acabaria por encerrar poucos anos mais tarde por falência.

- Na década de 70 as mulheres barreirenses participam activamente na luta democrática, apresentando as suas reivindicações próprias e ombreando com os companheiros na acção política pelo derrubamento do regime fascista.

O Movimento Democrático de Mulheres (MDM), estrutura-se no concelho organizando continuadamente as comemorações do dia 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, data simbólica da luta pela emancipação feminina. Iniciativas de convívio e esclarecimento com dezenas de participantes, realizam-se em 1970, nomeadamente no Salão Paroquial do Lavradio (cedido pelos padres da freguesia). Em 1971, é organizado um grande piquenique em Sete Portais, na mata junto ao Rio Tejo, com 180 participantes (alguns são homens). É aprovado um documento apontando o caminho da mobilização das mulheres para a luta comum dos portugueses, contra a repressão e a demagogia caetanista, pela liberdade e contra a guerra colonial.

Nesse mesmo dia 8 de Março de 1971, dezenas de operárias têxteis fazem uma concentração junto dos escritórios da CUF, exigindo a satisfação das suas reivindicações: aumento geral de remunerações, salário igual para trabalho igual, aumento do subsídio de férias e do abono de família, parcialmente conseguidas. A luta é democrática, antifascista, e também anticapitalista.

22. MARCELISMO RIMA COM FASCISMO (E COM CAPITALISMO E COLONIALISMO)

- Nos finais da década de 60, alguns economistas ligados ao aparelho de estado e ao sector liberal emergente, re jubilam como o impulso na economia, e falam demagógicamente, dos “anos de ouro” do capitalismo em Portugal. Em boa verdade o crescimento resulta da pressão imposta pelo esforço de guerra (fazem-se bons negócios pagos com o sangue da juventude) e sobretudo como consequência do êxodo dos campos devido à ruína da pequena agricultura, incluindo o “salto” de um milhão de portugueses para a emigração, fugindo à guerra colonial, procurando sustento e remetendo divisas que equilibram a deficitária balança de pagamentos.

No lado oposto, as forças de esquerda, ao mesmo tempo que denunciavam a guerra em África e o seu cortejo de horrores, concluem do cada vez maior domínio da economia pelos grandes grupos monopolistas e financeiros, associados ao imperialismo estrangeiro, que são a principal sustentação do regime. Entre eles está a CUF, um dos maiores monopólios da Península Ibérica, enriquecido com a especulação de preços durante a 1^a Grande Guerra, posteriormente com a predação de matérias-primas e com a exploração de milhares de trabalhadores em Portugal, nas roças de Angola ou nos campos da Guiné.

Além das dezenas de fábricas próprias no Barreiro, onde trabalhavam ao tempo cerca de oito mil pessoas, a Companhia União Fabril possuía ou controlava dezenas de grandes empresas no país e nas colónias. Dominando a indústria química, a construção e os transportes navais, o comércio de matérias primas e fundindo na banca o capital industrial com o financeiro (Banco Totta, Seguros Império), a CUF constituía um estado dentro do Estado, apoiando activamente a ditadura fascista e colonialista de Salazar, como depois apoiou o governo de continuidade de Marcelo Caetano.

- A política de condicionamento industrial do “Estado Novo”, visou o proteccionismo dos grandes grupos económicos nacionais, que com a concentração empresarial e a centralização de capitais, constituiram autênticas associações monopolistas familiares (Mello, Espírito Santo, Champalimaud, Vinhas, Cupertino de Miranda, Sacor entre outros), que simultaneamente

serviam e se serviam do regime.

Dessa meia dúzia de grandes grupos capitalistas, destaca-se a CUF que possuía no Barreiro, entre dezenas de fábricas, a extracção de óleo vegetal a partir do amendoim trazido da Guiné.

Porque o preço daquele era superior ao do mercado internacional, desde o início de 60 o governo dava um “subsídio” de um escudo e sessenta por quilo da oleaginosa. Em 1963, com o inicio da luta armada, os campos de cultivo da Guiné Bissau transformaram-se em campos de batalha e a Companhia União Fabril começou a comprar o amendoim noutros países (Nigéria por exemplo) a preços internacionais mais baixos. Durante oito anos consecutivos, até 1969, quando a bronca estalou, a empresa continuou a receber o “subsídio”, tendo embolsado mais de um milhão de contos extorquidos ao miserável bolso dos portugueses. Naquele tempo um milhão era muito dinheiro!

Nessa altura chegava Marcelo Caetano à cadeira do poder, mas o escândalo foi abafado como tantos outros. Aliás Caetano era muito próximo da família Mello, como Salazar e Tomás também o foram.

- Só no Século XX, depois da I Grande Guerra, os grupos económicos portugueses se voltaram para as colónias, associando-se ao capital estrangeiro há muito ali instalado. Até aí não se tratou de indiferença, mas de incapacidade de meios, dado o atraso geral no desenvolvimento nacional, ainda assim submetido a interesses exteriores. Portugal foi simultaneamente um país colonizador e colonizado.

O grupo CUF foi dos primeiros a interessar-se pelas matérias primas da Guiné (comércio de oleaginosas e madeiras) pelos minérios de Angola (cobre e diamantes), e pelos têxteis de Moçambique (algodão). Explorando também os transportes marítimos na ligação à metrópole, utilizava mão-de-obra quase escrava, submetida ao Estatuto de Trabalho Indígena, publicado em 1897 e reformulado por Salazar após a publicação do Acto Colonial em 1933. Querendo fazer crer na multicontinentalidade e na multinacionalidade da Pátria “una e indivisível do Minho a Timor”, o presidente do conselho viria a mudar as designações para “províncias ultramarinas” quando ficou isolado na cena internacional.

Em 1971, Marcelo Caetano fez aprovar mais legislação, propalando a autonomia das províncias ultramarinas, que ficaram a designar-se por “estados”. Pura demagogia, porque no essencial tudo ficou na mesma: a guerra continuou e a actividade predadora de matérias-primas também.

- O grupo CUF possuía as seguintes posições em África, ao tempo do início das lutas de libertação:

- Através da Companhia Moçambicana de Navegação, (propriedade da Companhia Nacional de Navegação) o domínio nas seguintes empresas: Navang e Agência de Navegação e Turismo (Angola); Navetur, Navemar, Samar, Aeromar, Empresa de Transportes de Contentores, Empresa Africana de Cargas e Descargas (Angola e Moçambique), entre outras.

- Através do Banco Totta e Açores, juntamente com o Banco Espírito Santo, fortes interesses em: Sociedade Agrícola do Cassequel, C^a. Industrial de Portugal e Colónias, C^a. Ilha do Príncipe, C^a. Fabril e Comercial do Ultramar, C^a. do Cobre de Angola, etc.

- Ainda posições dominantes em: C^a. Industrial de Cordoaria de Moçambique; C^a. Têxtil do Pungué (Moçambique); Banco Totta Standard (Moçambique) e Standard Totta (Angola); SIGA – Sociedade de

Grosserias de Angola; Sociedade Portuguesa de Lapiadação de Diamantes; Induve –Indústria Angolana de Óleos Vegetais; Socaju; Casa Gouvêa (todo o comércio na Guiné).

Já nos finais de 60, a Tabaqueira, associada a capital sul-africano, participa no consórcio Zamco, financiador da construção da grande barragem de Cabora Bassa em Moçambique, um projecto de objectivos neocolonialistas.

Motivos para os grandes grupos económicos estarem ao lado da política de guerra colonialista de Salazar e de Caetano não faltavam!

- Em finais de 1969, trabalhadores representantes de vários sectores da empresa reúnem-se e elaboram a “Carta Reivindicativa”, que nos próximos anos irá inspirar as suas lutas, não só por melhores condições de vida e de trabalho mas também pela democratização do país.

Aliar a acção legal no âmbito da CIE (Comissão Interna da Empresa), que o patrão patrocina na sua particular conveniência, com a actividade semi-legal no âmbito das “Comissões de Unidade”, é uma experiência que já vem de há muito tempo e que os trabalhadores da CUF aprofundam, forçando a nessa criada pela ascensão ao poder de Marcelo Caetano e a sua demagogia liberalizante.

Apontando para a revolução próxima, conquistada dia a dia na luta dura, as principais reivindicações eram, entre outras:

- Salário mínimo de 2 500 escudos/mês;
- Pagamentos aos operários a 30 dias;
- Salário igual para igual função e categoria profissional;
- Redução do horário semanal para 40 horas;
- Direito à greve;
- Liberdade de criação de sindicatos próprios;
- Amnistia para os presos e exilados políticos;
- Fim da repressão, extinção da PIDE/DGS e dos Tribunais Plenários.

Daí para a frente, no resto do consulado marcelista, nunca mais houve semana ou mês em que por este ou aquele motivo, nesta ou naquela fábrica, naquela ou noutra secção, não houvesse um protesto, uma concentração, uma paralisação, uma diminuição de produção (cera), uma exigência junto à hierarquia, uma diligência junto aos delegados à CIE, uma movimentação junto ao Sindicato, uma acção de solidariedade, uma recolha de fundos para os presos políticos, uma exigência de liberdade.

- No fim de 1969, uma formidável luta arrancava na Lisnave, com uma greve espectacular e a intervenção da polícia de choque ocupando os estaleiros da Margueira, onde trabalhava muita gente do Barreiro. Era o ponto final repressivo nas veleidades políticas demagógicas da “primavera marcelista”.

Quando da formação da Lisnave, pertencente ao grupo CUF, muitos profissionais tinham mudado das oficinas mecânicas do Barreiro. Por isso haviam laços operários fortes e preparou-se uma acção de solidariedade com a memorável luta que paralisou os estaleiros durante uma semana. Mas os patrões não queriam a todo o custo, que se repetisse a amarga experiência das greves de 43. Por sua ordem, responsáveis da Lisnave vieram de propósito reunir com os congénères locais, para prevenirem e prepararem a intervenção das forças repressivas.

Desde a memorável paralisação de 1943, a GNR estava estacionada com armas, cavalaria e carros de assalto, mesmo dentro da empresa, no quartel da rua da União. Na hora marcada para a concentração de apoio, no largo fronteiro ao Refeitório 3, apareceram os cavalos e as auto-metralhadoras, cercando o local e frustrando os intentos dos organizadores. Altifalantes montados nos jipes transmitiam ordens para os trabalhadores, juntos em grupos, dispersarem e desandarem. Palma, a quem competia o sinal, percebeu que não podiam avançar. A inominável rede de bufos ligados à hierarquia conspícuia, fora incentivada mais uma vez ao “trabalhinho” sujo da denúncia e da traição de classe.

23. ABAIXO A GUERRA COLONIAL

- Nos princípios do ano de 1965, foram colocadas em todas as secções da CUF/Barreiro, caixas-mealheiro destinadas à recolha de dádivas para os soldados “destacados” no Ultramar, uma iniciativa do Movimento Nacional Feminino com o alto patrocínio governamental e o beneplácito patronal.

Pretendendo fazer figura à custa do povo, e ao mesmo tempo arranjar meios para apoiar a guerra, um grupo de senhoritas ligadas ao regime salazarista constituiu o MNF. Deram às suas campanhas de recolha de fundos um carácter patrioteiro e demagógico, quando não intimidatório, com a colaboração do patronato fascista, nalguns casos obrigando os operários a participar com uma hora do seu salário.

Mas os operários da CUF, com uma elevada consciência política, recusaram-se a contribuir. Em muitas secções, em vez de dinheiro apareceram papeis a exigir o regresso dos soldados e o fim das guerras africanas: “O que os soldados precisam não é de lembranças, mas que os deixem regressar aos seus lares e recomeçar a sua vida pacífica” – diziam os recados dos trabalhadores.

- O Movimento Democrático (CDE), colocou no seu programa para as eleições à Assembleia Nacional, em 1969, “a autodeterminação e a independência dos povos das colónias”. Nos comícios por todo o distrito de Setúbal, nomeadamente no Barreiro, os candidatos e os porta-vozes da juventude abordaram claramente o tema, ultrapassando os entraves legais dos representantes da autoridade.

Na grande sessão realizada em Outubro no salão do Grupo Desportivo Operário, no Bairro das Palmeiras, completamente apinhado, quando o interveniente jovem abordou a questão da guerra em África, a sessão foi interrompida pelo tenente da GNR, vedor da ordem estabelecida. Que o tema não podia ser abordado, dizia o graduado, contrariado pela intervenção desassombrada de Manuel Cabanas, que dirigia a sessão:

- Senhor tenente, não podemos cortar a palavra à juventude! O que irão dizer de nós no futuro?!

O oficial embatocou e o Francisco Abraços pôde completar

a intervenção ao mesmo tempo que na plateia se gritava: “Abaixo a guerra colonial!”.

O mesmo voltaria a acontecer noutros comícios pelo distrito fora, quando o candidato Álvaro Monteiro referia no seu discurso essa problemática.

- No final da década de 60, a juventude barreirense, informada pela vivência no meio familiar operário (também de pequenos empregados, funcionários e comerciantes), está muito preocupada com os seus problemas, da falta de empregos, das dificuldades em chegar à Universidade, por não poder votar antes dos 21 anos, e, sobretudo, angustiada com a perspectiva da ida à guerra colonial, onde alguns já têm familiares e as notícias recebidas não são nada famosas.

No âmbito da CDE, organizam-se discussões, estreitam-se laços, abrem-se consciências, cria-se a Comissão de Jovens, integrando o Movimento de Juventude Democrática. Para muitos, naquele Verão/Outono de 1969, deu-se o raiar de uma nova participação na construção de um futuro com dignidade. Por esse motivo, para além desses tempos magníficos de mobilização e esclarecimento, mantêm-se organizados e irão participar em memoráveis jornadas no futuro próximo.

No Dia Nacional da Juventude, em 24 de Março de 1972, juntam-se dezenas de rapazes e de raparigas do Barreiro, Baixa da Banheira e Alhos Vedros, na mata de Sete Portais, perto do rio Coina, para discutir a problemática da guerra e a atitude mais consequente dos jovens democratas e revolucionários.

A generosidade característica do idealismo juvenil, aliada ao cândido entusiasmo, não permitiam distinguir os “males do mundo”, e não deram para perceber os comportamentos estranhos do jovem Ameixa que tanto mal causaria no futuro. O sistema policial e terrorista infiltrava informadores e provocadores no seio da luta antifascista, que era dura, por vezes perversa, dando grandes alegrias, assinaláveis tristezas e também algumas desilusões.

- Contagiados pela dinâmica da acção política no período eleitoral, aproveitando a “abertura” de Marcelo Caetano para garantir a continuidade do regime, grupos de jovens organizam o trabalho cultural em colectividades do concelho, onde paralelamente se realizam discussões sobre temas sociais e sobre a momentosa questão da luta independentista africana.

O exemplo por excelência, é a Comissão Cultural do Luso Futebol Clube, um modesto clube de bairro no Barreiro Velho, onde nos princípios de 70 se desenvolveu uma actividade notável, cultural, recreativa e de formação. Numa outra colectividade, o Grupo Recreativo da Quinta da Lomba, juntamente com o trabalho cultural, discute-se a necessidade de pôr fim aos conflitos em África e a atitude consequente dos mais esclarecidos para ajudar a despertar consciências.

Os rapazes desta geração estão a entrar nas Forças Armadas, espalhados pelos vários centros de treino militar no país. Por iniciativa de um grupo de jovens militares barreirenses, publica-se o boletim de informação e mobilização contra o militarismo e a guerra: “Alerta Camarada!”. Irá chegar a muitos quartéis e animar atitudes de resistência e revolta contra a preparação para a guerra colonial, que já leva 10 anos e mais de 5 500 mortos.

- Se muitos partiram sem saber exactamente ao que iam, outros decidiram não ir e assumiram a deserção e o exílio duro, numa Europa que recebia os portugueses

com desconfiança, quando não iam a “salto” para executarem trabalhos que os franceses, alemães ou suíços, já não queriam fazer.

O asilo político era difícil, mas o Silva, o Correia, o Amorim, o Matoso, entre muitos outros, foram por não aceitarem a mobilização e por acharem que nada se poderia fazer contra tal. De forma diferente pensavam os que assumiam o desafio e partiam com a convicção de que a situação tinha de ser “combatida por dentro”. Em circunstâncias melhores ou piores embarcaram o Armando, o Carlos, o Manuel, o Jorge, o João, o Júlio, o Luís, e tantos mais. Não tardaram as más notícias. O primeiro, nos finais de 1972, foi detido pela PIDE em pleno teatro de operações, em Moçambique, sendo depois transferido para Lisboa/Caxias, sob a acusação de participar na acção anticolonial. O último foi morto, numa emboscada nas planuras do Sul de Angola, em Agosto de 1972, quando o MPLA alargou as frentes de acção.

O seu funeral, partindo da morada no Bairro Miranda, para a Vila Chã, foi uma poderosa manifestação de centenas de jovens barreirenses contra a guerra colonial assassina e os seus criminosos mentores.

- Era preciso avisar toda a gente. Nos dias que antecederam o funeral, em Novembro de 1972, foi distribuído profusamente pelas ruas do Barreiro um documento denunciando o crime colonialista e apelando à participação da juventude: “*Mais uma vítima da guerra colonial!*
(...) Luís Fuste é mais um a acrescentar a milhares de jovens mortos e feridos, vítimas das criminosas guerras coloniais.
(...) E porquê?

Porque em Angola, Guiné e Moçambique, estão unicamente interessados os grandes capitalistas portugueses e estrangeiros, que exploram as riquezas e os povos africanos, tal como nos exploram a nós no nosso país.

Porque o governo de Marcelo Caetano tem levado a um constante aumento das despesas militares, que atingem agora cerca de 50% das despesas gerais do Estado, obrigando a juventude portuguesa a participar em crimes de guerra que ela não quer nem deseja.

(...) Jovens do Barreiro e arredores!

Todos ao Bairro Miranda para o funeral de Luís Fuste, gritando bem alto:

Abaixo a Guerra Colonial

Ressingo imediato de todos os soldados!“.

Em treze anos morreram em Angola, Guiné e Moçambique, 12 militares do concelho do Barreiro.

- Particularidade barreirense de uma característica antifascista mais geral, em regra onde estava um jovem militar da terra solidária de fábricas, chaminés, fumos e resistência, estabeleciam-se laços que alimentavam a chama antimilitarista e anticolonialista.

Muitas vezes era a simples reacção individual ao “tropeirismo” reaccionário, num quotidiano de miséria e opressão, quer fosse nos centros de treino alienante ou nas terras africanas de sangue e lágrimas. A exasperação que se espalhava como rastilho, tinha sempre um incontornável “cabecilha” e consequente bode expiatório, não raro um qualquer proveniente da terra dos “vermelhos” ou dos “comunas”. Quantas “porradas” encheram as cadernetas daqueles que tinham sido criados na liberdade

(vigiada) da beira-rio, sem a milenar submissão e subserviência de rurais mancebos ex-servos da gleba?

Nalgumas situações teceram-se fios de conspiração secreta e organizada, no vai-vem constante de gente hostil ao sistema, cansada e/ou revoltada com a ignomínea das intermináveis guerras em África. Quem assumia que a guerra colonial combatia-se por dentro, seguindo um imperativo de consciência e uma orientação revolucionária, pagava um preço elevado é certo, mas com a convicção num bom resultado final, solidária e esperançadamente construído. Como se concretizou no dia 25 de Abril de 1974, mesmo que vivido saudosamente na distância da Pátria redimida.

24. A ACÇÃO FIRME, UNIDA E ORGANIZADA

- Nos finais de uma década excepcional, lutam os democratas, os estudantes, os intelectuais, as mulheres, os jovens, os soldados e lutam os operários nas fábricas e oficinas, contra um regime obsoleto que, mau grado as manobras demagógicas de Marcelo Caetano, continua a ser altamente proteccionista dos grupos económicos monopolistas, contra o povo que trabalha.

Ainda nos inícios de 1969, 800 operários e operárias têxteis da Fiação e Acabamentos na CUF, paralisam o trabalho em apoio da exigência de pagamento ao mês (recebiam à quinzena). Conseguem finalmente em Fevereiro desse ano, a passagem dos salários para mensal, o que significava um aumento médio de 5% (o maior dos últimos anos) todavia aquém do aumento do custo de vida desde a última actualização em Junho de 1967.

Nos finais de 1969, os trabalhadores da UFA-Lavrário, protestam e fazem trabalho lento em solidariedade com dois colegas mais idosos, discriminados numa promoção. Exactamente para isso tinham sido criadas as promoções por mérito, procurando lançar a divisão que os operários do Barreiro/Lavrário sempre contestaram.

- Ainda não se tinham extinguido os clamores de entusiasmo dos comícios da campanha política da CDE, em Outubro de 1969, já um imenso “bruá” se ouvia na vasta nave das oficinas dos caminhos de ferro no Barreiro.

Os trabalhadores resistiam à tentativa da PIDE/DGS de arrancar-lhes as braçadeiras negras, símbolo da luta pela melhoria das remunerações e do luto que ia na alma dos ferroviários portugueses, que ano após ano viam as suas condições de vida mais degradadas. A imensa vaia com assobios, gritos e apupos, audível na avenida da República, onde a GNR tinha montado um espectacular dispositivo, fez recuar os “pides”, tendo os operários assumido firmemente a sua posição de protesto.

O luto e a luta continuaram, depois da formidável paralisação de uma hora a nível nacional, em 20/10/69, e com a continuação da “greve da braçadeira”, no fim desse memorável mês de Outubro.

- Em 5 de Maio de 1970, os operários das oficinas do Barreiro (cerca de 2 000) voltaram à luta, paralisando meia-hora em protesto contra a prisão, dois dias antes, de José Jordão, distinto ferroviário, e de outros democratas barreirenses.

No final desse ano, na sequência de um abaixo-assinado a nível de toda a rede ferroviária, exigindo aumento geral e outras reivindicações já expressas, foram despedidos liminarmente, sem inquérito nem processo, dez trabalhadores, quatro dos quais no Barreiro.

Caía definitivamente a demagogia marcelista, os homens das ferrovias percebiam claramente que entre Salazar e Caetano havia apenas uma diferença de estilo.

No dia 15 de Junho de 1971, os operários das oficinas fizeram uma paralisação total entre as 8 e as 10 horas, protestando contra o não cumprimento dos compromissos assumidos no CCT, assinado há 18 meses entre o Governo e a CP, particularmente no referente ao aumento de salários nunca concretizado.

- O prosseguimento da acção firme, unida e organizada dos trabalhadores e de todos os democratas configura a gazua da liberdade a abrir o caminho para a revolução que tarda.

Noutros sectores operários da grande vila industrial também se luta rijamente. Os corticeiros, mesmo em decréscimo quantitativo devido à falência da pequena e média indústria corticeira, mantêm-se aguerridos como sempre. No dia 25 de Outubro de 1969, 100 operários da fábrica Barreiras, no Lavradio, fazem greve por aumento de salários. Em Março de 1970, os trabalhadores da cortiça da margem Sul, enviam uma exposição ao novo presidente do conselho, com 600 assinaturas, reivindicando aumento de salários e outras exigências da classe.

Também nesse ano, os muitos trabalhadores da Siderurgia que moravam no Barreiro concentraram-se na estação da CP em protesto contra o aumento das tarifas. A intervenção da PIDE e da GNR, reprimindo e fazendo detenções no interior dos próprios comboios, levou centenas de operários à greve durante 3 dias, concentrando-se por turnos de 8 horas, na gare dos caminhos de ferro.

- Depois da assinalável dinâmica alcançada com a campanha em Setembro/Outubro de 1969, o Movimento Democrático – Comissão Democrática Eleitoral, manteve as suas estruturas no concelho, reunindo na semi-legalidade em casas (escritórios) de apoio solidário, depois da sede na casa de José Jordão, na rua António José de Almeida, ter sido fechada pela GNR.

Mantendo a sua orientação unitária, logo no 1º de Dezembro realiza-se um jantar comemorativo com 300 democratas, e no dia 31 de Janeiro de 1970, cerca de 200 pessoas do Barreiro e da Baixa da Banheira, fizeram um “meeting” em plena rua para assinalar a data, registando-se confrontos com a Guarda Republicana.

No dia 28 de Maio de 1970, centenas de pessoas circularam silenciosas pelos passeios da vila, respondendo ao apelo de protesto contra a repressão que mantinha presos desde o 1º de Maio os candidatos do Movimento Democrático de Setúbal, e desde o dia 3 mais de uma dezena de jovens. Assinalavam também a data do golpe reaccionário de 1926, e nessa altura foram feitas inscrições em paredes dizendo: “Liberdade para os presos de 3 de Maio!” Em Outubro desse ano apareceriam

inscrições semelhantes na Praia da Arrábida, em Setúbal, em Cabanas, em Azeitão, e em oito carruagens da CP, acrescentando: “Abaixo Marcelo Caetano!”.

- São jovens sobretudo que arrancam com a manifestação do 1º de Maio de 1971, a partir da Av. Alfredo da Silva, cantando a “Portuguesa”. O grupo inicial foi crescendo à medida que percorria várias artérias, chegando a cerca de mil participantes, perante o aplauso da população e a vigilância da GNR, que durante todo o dia andou em “demonstração de forças” mas não interviu, contra o que era costume. As comemorações tinham começado logo pela madrugada com uma alvorada de foguetes e uma grande bandeira vermelha içada num prédio em construção na vila.

Algum tempo antes, em Março de 1971, também tinham sido colocadas bandeiras vermelhas em vários pontos do concelho, nomeadamente um grande pano vermelho com a foice e o martelo na estrada nacional em Coina, assinalando os 50 anos do PCP, com a seguinte inscrição: “Viva o 50º!”.

Na edição do “Avante!”, comemorativa do aniversário, é feita uma referência aos que morreram assassinados pelo fascismo ou vitimados pelas duras condições de clandestinidade, sendo citados os barreirenses, António Ferreira “Marmelada” e Hermenegildo Correia.

- A homenagem àqueles que pela sua contribuição valorosa perduram na memória colectiva, era um motivo e um pretexto para organizar manifestações, contra um poder que não gostava que se criasse heróis e mártires da luta democrática e revolucionária.

Ao longo dos anos foram sucessivas as romagens ao cemitério do Lavradio para lembrar e homenagear:

- Em 1950, no dia 9 de Abril, os antigos combatentes da I Grande Guerra.
- Em 1951, no dia 1 de Novembro, dia de finados, os antigos republicanos falecidos.
- Em 1961, também no dia de finados com a mesma motivação.

Com um significado mais contemporâneo, o funeral do activo participante da CDE, Possidónio Caixeirinho, em 1970, constituiu uma jornada de emoções à flor da pele, no cemitério de Vila Chã, cheio de democratas e cercado de “pides”. O sentido discurso do doutor Malheiros, ex-candidato, trazendo as lágrimas aos olhos entristecidos e a esperança aos corações, só é comparável ao desgosto amarfanhado quando a seguir ao 25 de Abril se soube do papel duplo do simpático alentejano. O império policial teceu malhas que acanalharam muitos homens e criaram um tenebroso ambiente de denúncia e traição, uma das imagens de marca da ditadura de Salazar e Caetano.

Porém a mais transcendente de todas as homenagens durante o regime fascista, foi prestada pelo povo do Barreiro à insigne democrata Helena Rita Cabrita, falecida em 1972, sobretudo em consequência da terrível pressão psicológica que constituiu a detenção e a tortura do companheiro, Daniel Cabrita, preso e condenado nas masmorras de Peniche. Este veio dizer um último adeus à companheira, num carro celular cercado de pides e fortemente vigiado pela GNR, enquanto, centenas de barreirenses e muitos bancários de Lisboa, cantavam o hino nacional levando o caixão em ombros dentro do cemitério de Vila Chã, completamente cheio.

25. NA VÉSPERA DE ACONTECIMENTOS GLORIOSOS (A CDE EM 1973)

- Nunca a juventude fora tão generosa e idealista como nos tempos em que a guerra do Vietname e a guerra colonial, marcavam a fogo e ferro a alma e o corpo dos que sonhavam com um futuro de paz, amor e igualdade.

Havia muitos motivos, além destes maiores, para despertar, mobilizar e levar à luta a juventude barreirense. Em Maio de 1972, um numeroso grupo de jovens operários, aprendizes e ajudantes, paralisou o trabalho durante 3 horas, concentrando-se nos escritórios da CUF, exigindo aumento de salário.

O prolongamento das guerras em África exauria a Nação, sacrificava os infantes, degradava as condições de vida do povo português. Em Fevereiro de 1973, quinze jovens em idade pré-militar, foram despedidos das Oficinas da CP, certamente para não terem vínculo de readmissão se voltassem da guerra!...

Por estas e por outras, dezenas de jovens no âmbito do Movimento da Juventude Trabalhadora, MJT, em constituição nos alvores de 1973, colaboraram na elaboração de uma tese colectiva do distrito de Setúbal, precedida de um inquérito respondido por mais de 500 rapazes e raparigas, e aprovada em reunião distrital com 150 representantes. Foi depois levada com grande entusiasmo e várias participações juvenis, ao III Congresso da Oposição Democrática, em Aveiro, em Abril desse ano.

Em Junho, um Encontro Nacional de Juventude no Pinhal de Leiria foi cercado e impedido pela PIDE/DGS e GNR, sendo todos os presentes detidos para identificação e perguntas. O autocarro completo, com gente do Barreiro e da Baixa da Banheira, como outros de todo o País, foi notificado a regressar sem paragens ao ponto de partida, sob ameaça de prisão do condutor.

- O Movimento Democrático/CDE, manteve-se estruturado e actuante na margem Sul até à revolução libertadora, contando com múltiplos apoios e solidariedades. A estrutura

dirigente local trabalhou regularmente organizando a luta democrática sob diversas formas: as manifestações comemorativas do 1º de Maio (1970, 1971 e preparação para 1974), e a comemoração do 5 de Outubro de 1972, numa sessão pública muito participada, onde foi aprovada uma moção denunciando a ofensiva repressiva do marcelismo sem máscara.

Notável foi a contribuição do Barreiro para as Teses do Distrito de Setúbal, levadas ao III Congresso (depois editadas em livro). Muitos barreirenses estiveram nas ruas, sofrendo as selváticas agressões da polícia de choque, ou nas várias secções de debate, dando o seu contributo para o aprofundamento dos caminhos para o derrubamento do regime fascista.

Marcelo Caetano e os seus esbirros tudo fizeram para inviabilizar a realização do Congresso da Oposição, porque não tinham coragem política para o proibir. A PIDE e a GNR cortaram os acessos à cidade, barraram as entradas, fizeram detenções arbitrárias, e a polícia de choque pôs a urbe em estado de sítio.

Muitas pessoas não conseguiram entrar em Aveiro, mas milhares vindas de todo o país, iludindo a vigilância, realizaram com êxito uma formidável jornada que animou todos os antifascistas e deu um novo impulso à luta democrática. Foi com esse estado de espírito que os democratas barreirenses regressaram.

- Uma grande campanha política de massas foi organizada para as “eleições” à Assembleia Nacional, no Outono de 1973. O derrube do fascismo estava na ordem do dia.

Redigiram-se e distribuíram-se milhares de documentos, prepararam-se candidaturas unitárias, organizaram-se sessões e comícios, levou-se a acção democrática para a rua: em Julho/Agosto, recolheram-se centenas de assinaturas de apoio ao manifesto da recém formada Comissão Democrática de Luta contra a Poluição no Barreiro; em Setembro, recolheram-se 370 assinaturas no trajecto Barreiro/Lisboa, contra a repressão e as torturas, exigindo nomeadamente a libertação do jovem Álvaro Pato, preso no concelho em Agosto de 73, por denúncia de um bufo infiltrado; no dia 5 de Outubro, cerca de 500 democratas fizeram uma romagem ao cemitério do Lavradio, dirigindo-se depois em manifestação para a Baixa da Banheira, cantando o hino nacional e juntando muitos mais apoiantes pelo caminho.

A CDE não vai a votos, retira-se no final da campanha denunciando a falta de condições democráticas no País e o ambiente repressivo e intimidatório. Mas grandes comícios da Oposição mobilizaram, esclareceram e animaram milhares de barreirenses. No Teatro-Cine, no dia 12 de Outubro, com a sala completamente cheia, o candidato da juventude, Adílio Costa, clama abertamente: “Abaixo a Guerra Colonial!” O público presente grita com firmeza e convicção: “Abaixo o fascismo!”.

- Apesar das expectativas “primaveris” criadas por Marcelo Caetano, o edifício sindical corporativo mantinha-se no essencial ao serviço do grande patronato, apoiado em mandarões protegidos pelas hierarquias comprometidas, desgastado é verdade pelas lutas dos trabalhadores que iam impondo aqui e acolá, direcções sindicais honestas.

Era assim no Sindicato dos Têxteis do Sul, quando em meados de 1972, trabalhadores da CUF entregaram um abaixo-assinado a exigir a convocação de uma assembleia extraordinária para discutir a revisão do CCT e

os casos de intoxicação grave pela gasaria dos Contactos (fábricas de Ácido Sulfúrico). Não obtendo resposta, no dia 8 de Novembro de 1972, cerca de 300 operários têxteis, sobretudo mulheres, irrompem pela assembleia ordinária reunida na Rua Miguel Paes, a funcionar com meia dúzia de “gatos-pingados”, e obrigam o presidente da mesa a marcar a exigida sessão extra.

Sem resultados práticos, em Março de 1973, os trabalhadores organizam uma “chapa” para concorrer às eleições directivas. Vitoriosa, a direcção eleita não será homologada dando origem a uma queixa judicial no tribunal administrativo.

- Quem fazia a informação para o Ministério das Corporações (com cópia para a PIDE/DGS) sobre os elementos propostos para as listas sindicais unitárias, era o presidente da Câmara Municipal, o agente técnico de engenharia, Victor R. Adragão.

Informação negativa no caso do Sindicato dos Têxteis, como quase sempre acontecia, por “simpatias comunistas” ou “suspeito agitador”, inviabilizando a chapa e dando origem ao processo judicial que se iria prolongar até depois da revolução libertadora, com um desfecho surpreendente (renitente durante muito tempo o juiz viria a pedir desculpa de joelhos!).

Entretanto os operários têxteis continuam a pressão sobre a direcção fantoche ainda em funções, e, em Março de 1974, impõem uma nova assembleia sindical realizada na colectividade “31 de Janeiro”, os Celtas. Após uma marcha pelas ruas da vila, 500 participantes, na maioria mulheres, votam a aprovação de duas propostas que constituem uma autêntica moção de desconfiança e de destituição da direcção vigente: a primeira negando-lhe autorização para negociar em nome da classe o novo CCT, a segunda impondo a formação de uma comissão para negociar o ACT com a CUF.

O 25 de Abril sobreveio com os trabalhadores têxteis do Barreiro fortemente mobilizados na defesa dos seus interesses, contra os senhores do capital e os seus lacaios nos sindicatos corporativos.

- Quando a revolução democrática chegou pela mão dos militares patriotas, num Abril conquistado com muita luta durante dezenas de anos e com a coragem patriótica de milhares de portugueses, operários e camponeses, estudantes e intelectuais, jovens e mulheres, democratas e antifascistas, o patronato monopolista e reaccionário foi apanhado de surpresa. Terá sido?

No caso dos patrões da CUF, estes tentavam manter um aparente equilíbrio social, apostando na colaboração de classes através da Comissão Interna da Empresa e na criação de uma camada tampão, pela distribuição de benesses sociais.

As benesses sociais proporcionadas pela CUF (Infantário, Creche, Escola Primária, Colónia de Férias, Despesa, Balneário, Posto Médico, Bairros Sociais, Grupo Desportivo) para além do efeito propagandístico impressivo de uma gestão paternalista, constituíam uma forma insuficiente e demagógica de redistribuir uma parte da imensa riqueza criada na empresa, mal repartida em salários insuficientes e em actualizações tardias e discricionárias.

Num país capitalista atrasado, para uma classe operária mal paga e sobrevivendo dificilmente, as benesses foram em regra não universais e discriminatórias, aliadas a uma política de baixos salários e a uma ligação estreita ao sistema político-económico vigente.

Esses benefícios sociais serviam também para a empresa fugir aos impostos fiscais e, é claro,

criavam uma conveniente camada tampão de privilégios especiais num universo de classes fortemente estratificado, gerando insanáveis contradições (os trabalhadores “à contrata” que chegaram a quase dois mil, não eram beneficiados, e, quem não fosse casado pela igreja não tinha acesso ao Bairro Novo). Dividir sempre foi a forma mais fácil de reinar.

- Analisando a estrutura remuneratória na CUF/Barreiro, em vésperas do 25 de Abril, percebe-se melhor a natureza exploradora do sistema capitalista e do regime que a suportava, com poucos ganhando muito e muitos ganhando pouco. Também se entende o contexto de profunda insatisfação do povo trabalhador em que eclodiu a revolução dos cravos:

- Administrador – (na ordem das centenas de contos)
- Director das Fábricas – (na ordem das dezenas de contos)
- Engenheiro Séniior -Director de Zona– 25 a 28 contos/mês
- Engenheiro Séniior -Chefe de Serviço– 18 a 20 “
- Engenheiro Júnior -Chefe de Secção– 13 a 15 “
- Agente Técnico de Engenharia Séniior–10 a 12 “
(se Chefe de Serviço – 15 a 16 contos/mês)
- Encarregado – Chefe de Brigada – 7 a 8 “
- Empregado de Escritório – (CCT) – 4,5 a 7,5 “
- Operário especializado de horário geral - 2,5 a 4,0 “
- Operário não especializado (h. geral) – 2,0 a 2,5 “
- Mulher operária têxtil (base) – 1,8 a 2,2 “

A tremenda desproporção entre os proventos de quem trabalha e de quem administra (uma relação de 1 para 100) e mesmo entre quem produz e quem dirige (relação de 1 para 10), caracteriza um sistema de sobreexploração da mão-de-obra, gerador de injustiças sociais, de insatisfação e revolta organizada colectivamente com a força que vem da unidade e da solidariedade do mundo do trabalho.

Cerca de 75% dos 7500 trabalhadores da CUF, são assalariados que lutam por melhores condições de vida e de trabalho, pela dignidade de proletários que sonham com a transformação da Pátria e a redenção do Mundo, sem guerra e sem exploração do homem pelo homem.

A luta no Barreiro foi antifascista mas também anticapitalista!

26. O 25 DE ABRIL E O 1º. DE MAIO DE 1974

- A situação militar complicara-se na Guiné e existia o espectro de uma derrota eminente. Em meados de 1973, Spínola exige mais homens, é destituído e regressa a Portugal, rendido, envolvendo-se em teses neo-colonialistas.

Em Moçambique, a Frelimo alarga a frente da guerrilha para Sul, Kaúlza de Arriaga, que várias vezes cantara vitória, é destituído e regressa derrotado, envolvendo-se em tentativas golpistas ultra-reaccionárias.

Os militares do quadro fartos da guerra colonial, sem solução possível, alargam a conspiração e surge, assim, o movimento de capitães. Por outro lado muitos milicianos contestam abertamente o militarismo.

Entretanto a juventude barreirense continua a ser mobilizada. Radicaliza-se a discussão interpares, ir ou não ir? Há quem assuma conscientemente a “descida ao inferno”, é preciso estar com o povo fardado! Outros optam por sair do País, é uma opção sempre dolorosa, mas todos estão contra a guerra.

Os que partiram para a Guiné, Angola ou Moçambique, trocam correspondência, mantêm os laços de amizade. Criam-se novas ligações, fazem-se denúncias da miséria militar e dos horrores da guerra. Onde está um militar democrata há sempre um núcleo de resistência e de solidariedade. Alguns são mortos ou feridos, outros são presos, é elevado o preço pago pela juventude generosa e anticolonialista.

Neste tempo ressente-se a organização democrática local dos jovens, o novel MJT em crescimento a nível nacional. Mas outros quadros aparecem da sementeira mais recente.

Nos primórdios de 1974, a esperança emerge célere e a confiança salta em riste. O Movimento de Capitães está em marcha: “Que acabem todas as guerras coloniais e regressem os soldados!”, “Autodeterminação e Independência para as colónias!”, “Viva o Movimento das Forças Armadas!”, – clamam as forças da esquerda revolucionária e consequente, que no Barreiro têm um bastião. A

revolução democrática e nacional está na ordem do dia!

- Ouvidos atentos à rádio, olhos lacrimosos da emoção, um sorriso que se alarga à medida que o tempo avança no dia 25 do mês de Abril de todas as esperanças. Os que chegam de Lisboa trazem notícias do grande entusiasmo nas ruas. Salgueiro Maia prendeu Marcelo Caetano no Largo do Carmo, o golpe militar dos jovens oficiais sai vitorioso, o fascismo está de rastos. É preciso agora avançar na democratização do país, apoiar a concretização do programa do Movimento das Forças Armadas, é necessário fazer a Revolução!

No dia 26 de Abril de 1974, a vila acorda com a energia correndo mais célebre nas suas veias: as fábricas, as oficinas, as ruas, as escolas, toda a intrincada e complexa rede humana exulta com os grandes acontecimentos em curso. Fazem-se breves contactos e combina-se uma reunião da estrutura local do Movimento Democrático, ao fim da tarde no Cine Clube. Aparece muita gente, o Largo do Casal fica cheio, a discussão é necessariamente breve, o povo está na rua!

A primeira manifestação em liberdade arranca com alguns milhares, juntam-se mais pelo caminho que passa pelo quartel da GNR (fazendo a ocupação militar pelo 31º ano consecutivo), onde os guardas de serviço acenam com os dedos em V de vitória: "Ah! Malandros!".

Segue depois pelas fábricas da CUF que não param (vão laborar para o povo, quando em breve os patrões fugirem para o Brasil). Mais de cinco mil pessoas chegam à entrada do Lavradio, onde se junta a manifestação de outros muitos mil vindos da Baixa da Banheira. Abraços e lágrimas de emoção: "Viva o 25 de Abril!", "Viva a Liberdade!".

- Tantos anos trabalhando na clandestinidade, a opôr uma resistência tenaz e organizada ao regime fascista e ao seu longo cortejo de crimes, lutando pela transformação da sociedade que suporta e alimenta o sistema há 48 anos, os comunistas reagem rapidamente à nova situação e aparecem à luz do dia com a sua análise objectiva, apontando as direcções de trabalho consequentes e adequadas.

Na madrugada do dia 25 de Abril foi interrompida a impressão clandestina de milhares de documentos de mobilização para uma grande jornada de luta antifascista no 1º de Maio. O Secretariado do Comité Central do PCP redige um novo comunicado sobre a situação nova, composto e impresso na noite de 26, na Tipografia Comercial do Barreiro; "E se isto andar para trás?" – questiona o proprietário, tremendo com o original na mão.

Não andou! O povo veio para a rua, profundas transformações estavam em marcha. No documento referido, o Partido Comunista Português saudava os valorosos oficiais do MFA e apontava os objectivos da Revolução Democrática e Nacional, há muito definidos no seu programa para o derrube do fascismo.

Na tarde do dia 27 de Abril é inaugurada no Barreiro a primeira sede nacional (centro de trabalho) do PCP, perante uma multidão exultante que grita, à porta do nº22 da rua Eusébio Leão: "Viva o Partido Comunista Português!".

- Ao fim da tarde desse dia, o povo volta a juntar-se perto do Mercado Municipal. Comenta-se o avanço do processo de democratização do País, a libertação dos presos

políticos, o último estertor da PIDE que matou quatro pessoas na rua António Maria Cardoso, o único sangue derramado na revolução dos cravos.

Organiza-se novo desfile pelas ruas da vila, participam muitos jovens com cartazes: “Fim à Guerra Colonial!”, “Regresso imediato dos soldados!”.

A manifestação regressa ao ponto de partida. No plano inclinado da base da estátua, servindo de palco improvisado, distintos democratas saúdam os militares e a conquista da liberdade. Outros democratas revolucionários falam nas transformações necessárias, é preciso uma verdadeira revolução democrática.

Pela primeira vez aborda-se a questão do afastamento da Câmara do presidente fascista, Victor Adragão, e dos seus pares na vereação. Nessa noite nos Penicheiros, discute-se em reunião aberta, os passos para a constituição de uma Comissão Administrativa na CM do Barreiro, que será legitimada e empossada pelo MFA em 6 de Maio de 1974.

- As movimentações de uma semana atribulada, cheia de emoções e perplexidades, de alegrias e de dúvidas, de ansiedade e de esperança, culminaram numa grande manifestação no dia 1º de Maio de 1974, a maior manifestação jamais realizada no Barreiro, juntando mais de vinte mil pessoas.

Os acontecimentos sucediam-se em catadupa no país dos cravos, a revolução era também uma festa depois de 48 anos de obscurantismo e vida de caserna. No Barreiro, a descoberta da liberdade numa terra ocupada militarmente há 31 anos, a vivência de novas relações de autenticidade, depois de tanto tempo de medos e constrangimentos, faz emergir à luz radiosa dos “amanhãs de esperança”, os laços de solidariedade cultivados no segredo da luta revolucionária e antifascista.

Elevados eram os sentimentos da população barreirense, naquele dia maior de um calendário que nunca festejava o dia do trabalhador – pela primeira vez o 1º de Maio era feriado em Portugal. Pararam as fábricas e as oficinas, as repartições e as escolas. O povo estava nas ruas em festa. Os operários e os empregados, os intelectuais e os pequenos comerciantes, os jovens e as mulheres, os novos e os velhos, todos estavam na rua gritando: “Viva o 25 de Abril!”, “Viva o 1º de Maio!”.

- A partir da avenida da Praia onde se fez a concentração, certamente por ser a mais larga e a mais bonita no Maio das flores que sucedia ao Abril dos cravos da revolta, milhares de barreirenses de todas as condições, ideias e credos, irmanados pelo mesmo ideal de liberdade, de democracia e de justiça social, subiram a Rua José Relvas até à Rua Miguel Bombarda, e continuaram para além da Câmara Municipal até ao Campo do Luso. Desceram depois a Rua 20 de Abril até à Recosta e finalmente percorreram a Rua Miguel Pais, para terminar na Av. Alfredo da Silva, junto ao Parque Municipal que em breve mudaria de nome. O acrônimo do ditador que exauriu a Pátria e agrilhou a liberdade, seria substituído pelo da trabalhadora alentejana (o Barreiro é o princípio do além-Tejo!), mártir da luta contra um regime odiado por quase todos, como se percebia na grande unidade democrática vivenciada nesse dia 1º de Maio de 1974.

Discursaram no palanque improvisado frente à padaria, Hélder Madeira, Álvaro Monteiro, Artur Tavares, Eugénio Bento, Hermenegildo Correia e por último, Carlos Domingos, um revolucionário comunista clandestino, que emergia dos subterrâneos da liberdade para a nova luta ao Sol da esperança

num País novo.

A revolução estava em marcha, havia muito trabalho pela frente. Um longo e difícil trilho a percorrer, o caminho da liberdade e da democracia, política, social e económica, num País mais justo e mais fraterno e numa sociedade mais equânime. Haveremos de lá chegar!

- Os mais velhos têm lágrimas nos olhos, pensavam já não viver uma coisa destas. Tantos que lutaram e já não assistiram!...

A rapaziada está radiante, nunca imaginaram viver um processo revolucionário.

Lembram-se os companheiros lá longe, na guerra insana, com saudades da Pátria e o desgosto de não estarem presentes na hora da redenção:

“Caro amigo

Caíu o fascismo! Imagina a alegria que todo este povo sente, ao perceber que este sistema odioso que o oprimiu durante tantos anos, acabou: acabou a PIDE, a Legião, a ANP, enfim, toda esta carga foi extinta, o que é bastante diferente do ter deixado de existir.

No momento actual, não podia deixar de enviar-te um abraço especial, pela contribuição que deste e continuas a dar (a tua presença aí, defrontando todas as arbitrariedades, é um dado muito concreto) à luta do nosso povo.

Os meus votos vão também para o regresso de todos aqueles que se encontram nessas paragens, o mais rápido possível, para que todos, conjuntamente, possamos construir um Portugal novo e diferente.

O fascismo caíu! Mas o colonialismo resiste ainda.

Um grande abraço

Luís

Barreiro, 4 de Maio de 1974”

APÊNDICE 1

BREVE HISTÓRIA DA POLÍCIA POLÍTICA EM PORTUGAL

Durante a I República, foi criada a Polícia Preventiva de Segurança do Estado (PSE), e em 16/06/1926, já depois do golpe militar reaccionário, foi criada, por decreto-lei, a Polícia Especial de Lisboa. Esta, só com jurisdição no distrito da capital, era tal como a anterior especialmente concebida para a repressão do movimento operário e sindicalista.

Em 16/03/1927, é criada a Polícia Especial do Porto, e as duas fundem-se por decreto de 17/03/1928, na Polícia de Informação do Ministério do Interior, verdadeiramente a primeira polícia política de âmbito nacional. Foi extinta em 1931, para dar lugar à PIP (Polícia Internacional Portuguesa), preocupada também com o controlo de estrangeiros e com a “repressão do comunismo”. Em 23/01/1933, após a chegada de Salazar ao poder, é criada a Polícia de Defesa Política e Social (PDPS), dependente do Ministério do Interior.

Os métodos de investigação de todas elas eram caracterizados pela violência sistemática, (maus tratos e tortura), que mereceram do ditador recém-chegado ao poder, em entrevista a António Ferro (futuro director do Secretariado Nacional de Propaganda) a célebre e hipócrita declaração, que legitimava todos os métodos brutais os quais se iriam refinar no futuro: "...meia dúzia de safanões nessas criaturas sinistras!...".

Em 29/08/1933, a PIP e a PDPS, fundem-se na tenebrosa PVDE (Polícia de Vigilância e Defesa do

Estado), sistemática e metódicamente preparada para a perseguição e destruição de todos os adversários do salazarismo, particularmente os comunistas.

A 23/04/1936 é criada a Colónia Penal do Tarrafal na ilha de Santiago, em Cabo Verde, um dos mais tenebrosos campos de concentração da História. No campo da morte lenta, como era conhecido, morreram de doenças e maus tratos dezenas de patriotas e antifascistas, perante a cumplicidade do médico-facínora, Esmeraldo Pais Prata, que dizia: “ Eu vim para aqui, não para receber mas para passar certidões de óbito!”

A 1/07/1936 foi criada a organização da juventude fascista, a Mocidade Portuguesa, e a 20/09/1936, é formada a Legião Portuguesa, a milícia armada do regime, interpenetrada pela rede de bufos da polícia política.

Em 22/10/1945, em consequência da derrota das hordas hitlerianas, Salazar rebaptizou a PVDE com um novo nome, mantendo contudo os mesmos métodos e objectivos aprendidos com a OVRA de Mussolini e a GESTAPO de Hitler. Passa a chamar-se PIDE, Polícia Internacional e de Defesa do Estado. Por decreto-lei em 1954, numa primeira reorganização é atribuída a função de juiz na instrução preparatória ao director e inspectores superiores da PIDE, e, em determinados casos, até aos inspectores e chefes de brigada!

No período de 1926 a 1945 foram presos por actividades antifascistas, 10366 portugueses.

Em 12/03/1956 o decreto-lei n.º 40550 introduz as “medidas de segurança” por tempo indeterminado, criando na prática a possibilidade de prisão perpétua, e no concreto o prolongamento por dezenas de anos da reclusão de muitos antifascistas com as penas já cumpridas. (Francisco Miguel, José Magro, Dias Lourenço entre outros).

Em fins de 1956, o capitão Neves Graça substituiu o capitão Agostinho Lourenço na direcção da PIDE, que por sua vez substituirá o tenente Catela. Sempre militares de baixa patente que se tinham distinguido pela extrema ferocidade e inumanidade no desempenho castrense.

Numa altura em que se refinam os métodos de perseguição com a introdução das escutas telefónicas, os inspectores Rosa Casaco, Abílio Pires e outros, vão aos Estados Unidos tirar cursos de técnicas especiais na CIA (Central de Inteligência Americana, criada em 1946).

Em princípios de 1961, o major Homero de Matos, o célebre “Olho de Vidro”, muitos anos comandante do destacamento repressivo da GNR no Barreiro, é nomeado director da PIDE, depois de Neves Graça ter sido convidado a apresentar a aposentação. Por pouco tempo, pois em Abril de 1962, é substituído pelo major Silva Pais.

Marcelo Caetano é nomeado presidente do Conselho em 27/09/1968, por doença de Salazar, e no âmbito das medidas demagógicas do processo liberalizante em curso, em 24/11/1969 é criada a Direcção Geral de Segurança (DGS). Mantém-se todavia os mesmos poderes ilimitados, as mesmas características terroristas, as mesmas práticas criminosas e de incontrolada ferocidade, a total impunidade mesmo em casos de assassinato (Dias Coelho, Humberto Delgado, Eduardo Mondlane, Ribeiro Santos, Amílcar Cabral, entre muitos). A polícia política que constituía um estado dentro do Estado, foi um dos pilares do regime fascista de Salazar e Caetano. O povo português chama-lhe PIDE/DGS e só viria a ser destruída em 26 de Abril de 1974, depois de provocar 4 mortos à porta da sede na rua António Maria Cardoso, único sangue derramado na revolução dos cravos.

APÊNDICE 2

A REPRESSÃO E AS PRISÕES NO BARREIRO: SÍNTESE CRONOLÓGICA

- Em toda a longa história da repressão, o Barreiro e as suas gentes sofreram duramente as consequências da acção opressora resultante do golpe reaccionário de 1926, e do subsiguiente regime dos monopólios e dos latifúndios, que dominaram o poder económico e o poder político, imposto no longo consulado ditatorial de Salazar (1932 a 1968), e no período de demagogia na continuidade de Marcelo Caetano (1968 a 1974).

Perseguições, denúncias, humilhação, discriminação, despedimentos, prisões, maus tratos, deportações, torturas, morte. Um longo rosário de malfeitorias que nada nem ninguém pode apagar, branquear ou elidir, e que as novas gerações devem conhecer, para perceberem donde vimos e para onde não devemos ir.

Registamos cronologicamente e sinteticamente as situações e episódios mais significativos, ocorridos no período de 1926 a 1974, na vila operária-industrial, símbolo da resistência, do trabalho e da luta. Os elementos referenciados, sobretudo nomes e datas, resultam de investigação bibliográfica e da nossa própria recolha oral, certamente incompleta dada a escassez de fontes, mas inquestionavelmente rigorosa. Constitui um desafio para quem se interessar, o aprofundamento desta história ímpar e impressiva de gentes “de antes quebrar que torcer”.

- Os dirigentes ferroviários anarco-sindicalistas, desiludidos com as diatribes do regime republicano, que no entanto tinham apoiado nos primeiros tempos, negociaram um compromisso com os militares revoltosos no dia 28 de Maio de 1926. Amarga desilusão, Miguel de Almeida Correia, ferroviário telegrafista, foi preso em Setembro de 1926, deportado para Cabo Verde e mais tarde para Moçambique, donde não mais voltaria. Outro sindicalista libertário, José Nobre Madeira, seria deportado para Cabo Verde no final da década, onde permaneceu 14 anos.

No ano seguinte, em 1927, quando da “privatização” dos Caminhos de Ferro do Estado, passando para a CP a Linha do Sul e Sueste, centenas de ferroviários foram reformados compulsivamente, “dispensados” ou despedidos, (mais as dezenas de detenções no subsequente protesto) nomeadamente: Adelino Penim, Alfredo de Carvalho, António

Gomes, António Piloto, António Mesquita, Francisco Zôrro, Francisco Pascoal, João Júnior, Joaquim Barros, José Monteiro, José Praça, Leopoldo Calapez, Manuel Júnior, Manuel Peres e Miguel de Castro, entre muito outros.

- Nos finais da década de 20, os ideais do comunismo, oriundos da revolução soviética, ganham terreno ao ideário libertário e anarco-sindicalista, até aí maioritário, nos sindicatos mais representativos: Ferroviários, Corticeiros e Descarregadores.

É dos anos de 1929/30 a constituição da primeira célula urbana comunista no Barreiro, constituída por: Florentino Rodrigues, José Galrito, José João Rodrigues e Marcelino Martins. Registe-se no entanto que em 1923 existiu no âmbito do PCP, fundado em 1921, a comuna Karl Marx formada por: António Pegado, António Guerreiro, Jaime Azevedo e Leopoldo Calapez.

Em 1930 constituía-se o primeiro organismo local da Federação das Juventudes Comunistas, formado por: António Carvalho (Carvalhinho), António Simões (Mina), Armindo de Almeida, Belmiro Ferreira, Francisco Ferreira (Chico da CUF), Guilherme Pires, Joaquim Rodrigues, Joaquim Garcia, José Bravo, Manuel Espírito Santo, Mário Peixinho e Nicolau Cazelas.

- No célebre episódio da interrupção da procissão em honra da padroeira, em 15 de Agosto de 1931, que fez correr muita tinta e lançou o Barreiro nas bocas do mundo, foram principais intervenientes de um lado e do outro da contenda: Benjamin Roberto, Carlos Almada, Chico Rodrigues, Fernando Fernandes, Flávio Rodrigues, Mário Almeida “Alminhas”, Paulino “Marreco”, e os “irmãos” Costa Neves, Ramalhete, Sabino, o padre Jacinto e o cabo Cardoso (chefe da PSP).

- Após a Acção Revolucionária de 18 de Janeiro de 1934, que se saldou por um grave insucesso a nível nacional (excepto na Marinha Grande onde os trabalhadores tomaram a vila), Salazar mandou desencadear uma feroz repressão. No Barreiro, onde tinha sido preparada conjuntamente por anarquistas e comunistas, a iniciativa também foi gorada, excepto a paralisação parcial de duas fábricas de cortiça (Morales e Teodoro Rúbio).

Ao fim da tarde desse dia, foi lançada uma bomba de fabrico artesanal e de fraca potência no Largo do Casal, pretexto para a difamação da luta pelo administrador do concelho, Bento da Silva Fernandes,

que em comunicado apelou à denúncia e perseguição dos presumíveis autores. João Montes, o “Caldereiro”, e Abílio Gonçalves, o “Garradas”, foram presos, condenados e deportados, o primeiro para Angra do Heroísmo, e o segundo para o Tarrafal, onde permaneceram longos anos. Este foi também o destino de António Gato Pinto, acusado de esconder as bombas restantes numa dependência da CP (criosotagem, junto à ponte do Seixal).

- No Barreiro a iniciativa foi coordenada por um Comité

Revolucionário constituído por: Acácio da Costa, Florentino Rodrigues, Francisco Ferreira, José Galrito, comunistas, e, Bernardino Xavier, Jacob de Figueiredo, Manuel Boto e Manuel Firmino, anarquistas. No seu rescaldo foram posteriormente presos outros conspiradores: Abílio Rodrigues, Augusto Francisco, Barnabé Fernandes, Francisco Arsénio, José Miranda, José Neto, José Prata, Marcelino Matos e Rafael Balastero (espanhol). Francisco Ferreira, “Chico da CUF”, e Jacob de Figueiredo, foram detidos apenas por um dia.

- No final do dia 28 de Fevereiro de 1935, após a sabotagem da

energia eléctrica deixando parte da vila às escuras, uma bandeira vermelha foi colocada na chaminé de quarenta metros, das Oficinas dos Caminhos de Ferro, junto ao Palácio do Coimbra. Este episódio integrado na Semana de Agitação e Luta organizada pela CIS (Confederação Inter-Sindical), na ilegalidade, e apoiado pelo PCP, foi participado por: Acácio José da Costa, António Fernandes, Joaquim Rebelo, Joaquim Rodrigues, José João Rodrigues e Reinaldo de Castro.

- Nas semanas seguintes foram efectuadas dezenas de

detenções, com interrogatórios e espancamentos no posto local da Polícia, na Praça da República, levados a cabo pela PVDE. Familiares e companheiros concentraram-se em protesto frente ao “Olho de Boi”, no dia 12 de Abril de 1935, exigindo a sua libertação. Cerca de 3000 mil pessoas foram então dispersas a tiro, por reforços da GNR vindos de Setúbal, havendo dois feridos com alguma gravidade. Entre os presos estavam: Acácio José da Costa (enviado para o Tarrafal já com a pena do tribunal cumprida), José Simões Salvador, (o José da Mina transferido para o Forte Peniche após condenação no Tribunal Militar Especial), José João Rodrigues (também transferido para Peniche). O primeiro era operário ferroviário, os outros dois operários da CUF.

Foram também julgados e condenados no TME por participação na Semana de Luta, os seguintes operários da CUF: Flávio Alves, Francisco Bucho, Francisco Pereira (o Chico da Ponte), Joaquim Garcia, Joaquim da Faustina (o Riacho), José Domingos, Martinho Coelho, Maurício Gonçalves e César Oliveira (este à revelia).

Outros ferroviários foram condenados no mesmo processo: Ângelo Couto, Francisco Luís Maria (o Chico Faquinhas, à revelia), Joaquim Martins Rebelo (o Joaquim da Aldeia, à revelia), Joaquim Jorge, José Elias Guerreiro, Vicente Sequeira (à revelia) e Virgílio Pereira.

- No dia 23 de Maio de 1936, uma brigada apeada da PVDE

entra nas Oficinas dos Caminhos de Ferro, para fazer prisões. Perante a reacção dos trabalhadores, que paralisam o trabalho e se concentram junto da direcção, fogem com o único detido até ao momento,

o operário electricista José Francisco. Refugiam-se no barco da travessia, o “Évora”, donde respondem a tiro ao apedrejamento popular, fazendo três feridos. Estão na primeira linha da revolta, tendo sido mais tarde detidos: Reinaldo de Castro, Pedro Severo (filho), Augusto Durand (pai) e António de Ovar.

- Em Setembro desse ano de 1936, na Revolta dos Marinheiros

da Armada, nos barcos Afonso de Albuquerque, Bartolomeu Dias e Dão, fundeados no Tejo, participa o marinheiro barreirense, Armindo de Almeida, conhecido entre os amigos pelo “Peru”. Para não ser preso como foram todos os outros revoltosos, atirou-se ao rio e nadou até ao Porto Brandão, onde foi recolhido solidariamente. Iludindo a feroz repressão ordenada por Salazar (foram condenados e deportados mais de 100 marinheiros para Angra do Heroísmo e Tarrafal), partiu mais tarde para a Guerra Civil de Espanha e aí morreu a combater pela República.

- Nessa época, outros barreirenses de nascimento ou opção,

partiram para Espanha, para combater pela liberdade, nomeadamente: Francisco Luís Maria (Chico Faquinhas), Joaquim Martins Rebelo (Joaquim da Aldeia), José Vicente Sequeira, Manuel Ferro, Manuel Boto, Manuel Firmino e Reinaldo de Castro. Os três últimos, feitos prisioneiros por Franco, foram entregues a Salazar no final da guerra civil espanhola e imediatamente enviados para o Tarrafal.

Na Colónia Penal do Tarrafal, criada por Salazar em 1936, na Ilha de Santiago em Cabo Verde, o chamado “campo da morte lenta”, estiveram os seguintes naturais do Barreiro, ou que aqui trabalhavam e viviam: Abílio Gonçalves, Acácio da Costa, Adelino Fonseca, António Pinto, Bernardino Xavier, Manuel Boto, Manuel Firmino e Reinaldo de Castro.

- Nos princípios de 1938, fez um furor danado na CUF a foice e

o martelo pintados nas caixas de moldar o sabão. Toda a empresa comentava o acontecimento, imediatamente foi desenvolvida uma verdadeira caça aos suspeitos pela PVDE, chamada pelo patronato. Foram presos os operários Ismael Pinto, Alberto Sousa e Domingos Duarte. Brutalmente espancado, este beirão de “sete costados”, não foi pronunciado nem levado a tribunal, mas no seu regresso não foi readmitido na empresa, tal como os outros, o que na prática correspondia ao despedimento, enfrentando grandes dificuldades e privações. Era o castigo patronal tantas vezes usado para tentar vergar os antifascistas, em vão!

- No fim da tarde do dia 28 de Julho de 1943, com as fábricas da

CUF e as corticeiras paradas desde o dia anterior, o Barreiro estava em pé de guerra. As “marchas da fome” percorriam as ruas da vila, quando chegaram uma companhia de cavalaria da GNR, do Alentejo, e um destacamento militar de Setúbal. Imediatamente começaram as perseguições, as correrias, os espancamentos brutais e as detenções. Nos dias seguintes foram feitas cerca de cinco centenas de prisões pela PVDE e GNR, nas ruas, nas tabernas, nas rusgas em pátios e jardins, com a colaboração de legionários e provocadores. A “Viúva” não parava no seu roncar sinistro, de casa em casa, arrancando as pessoas ao frágil sossego dos lares pobres da gente de trabalho. Os presos eram “depositados” num barracão da firma Teodoro Rúbio, por detrás da Bonfim, na Verderena, e após os interrogatórios preliminares, muitos começaram a ser transferidos para o quartel da GNR na Ajuda, e posteriormente

para a PVDE: António Torrão, Armando Brenha, Elisa “Ruça”, Francisco Costa, Joaquim Rosado, João Costa, José Bravo, Manuel Espírito Santo, Manuel Valente, Maria “Pintainha”, Maria “Ramalha” e Teodoro Oliveira, entre muitos outros.

Alguns foram torturados e sevi ciados durante semanas e no regresso, mesmo sem culpa formada, os que trabalhavam nas fábricas foram depedidos da CUF.

- Nos Estaleiros Navais da CUF em Lisboa, trabalhavam muitos barreirenses que faziam o trajecto diário pelo rio ainda antes do Sol nascer. E como no Portugal fascista e capitalista retrógrado o astro-rei nunca nascia para todos, quando a II Guerra Mundial acabou e o trabalho de reparação de navios torpedeados rareou, logo o patronato adoptou a solução de sempre, os despedimentos (balões).

A luta rija que a seguir se travou com greves que paralisaram completamente os estaleiros em Junho de 1947, foi “exemplarmente” reprimida com a prisão de centenas de trabalhadores, transportados pelas ruas de Lisboa em carrinhas celulares, enquanto o povo gritava nos passeios: “Há greve na CUF!” “Há greve na CUF!”. Entre muitos, referem-

-se os nomes de alguns activistas detidos: Chico Preto, José Coelho, José Soares Pepe, Alfredo Marceneiro, Armando Barreto e Alfredo Chorão, os dois últimos do Barreiro.

- “Ninguém sai da sala. Estão todos presos!”. Depois do tropel rápido e assustador de botas militares em escada de madeira, a GNR fez uma aparição surpreendente no salão do 1º andar da Pensão Barreiro, na rua Marquês de Pombal, onde cerca de 70 pessoas estavam reunidas em comemoração e debate, no dia 8 de Março de 1957.

Atulhados em jipes sucessivos, homens e mulheres foram levados e interrogados no posto da GNR, tendo António José da Costa, Armando da Cunha Santos, Eugénio Bento, José Carlos Barradas, Lenine Maria Sobreiro, Albertina (Tina), Rosete Rodrigues, Maria Filomena, entre outros, sido enviados para a António Maria Cardoso, onde foram instados pela PIDE durante alguns dias, (Lenine Sobreiro ficaria preso).

- Criado em 1946, o Movimento Democrático Juvenil (MUD Juvenil) desenvolveu durante mais de um década, uma intensa actividade de esclarecimento, mobilização, convívio e reivindicação da juventude portuguesa em todo o País.

Na margem esquerda do Tejo efectuaram-se reuniões, encontros, convívios, pique-niques, distribuição de documentos tratando os múltiplos problemas dos jovens. No Barreiro, particularmente, foi notória a acção nas colectividades. Tal actividade, por vezes aberta ou na semilegalidade, despertou a sanha repressiva consubstanciada na prisão e julgamento no Tribunal Plenário, em 31/08/57, dos activistas barreirenses: Alfredo Rofrigues Matos, António Espírito Santo, Armando da Cunha Santos, Carlos Paço Damas, Eugénio Bento, José Carlos Barradas, Lenine Cordeiro, Lenine Maria Sobreiro e Manuel Cardoso.

- Temendo o resultado eleitoral, em função da grande mobilização popular à volta de Arlindo Vicente e de Humberto Delgado, Salazar mandou avançar a

polícia política, para “quebrar a espinha” à Oposição Democrática.

Em 1 de Junho de 1958, dia seguinte à junção das duas candidaturas democráticas, num grande comício em Almada, a PIDE assaltou de madrugada as casas de dezenas de democratas em todo o País. No Barreiro, invadiu as residências de Germano Madeira, operário ferroviário (era preso pela terceira vez), e de Manuel Cabanas, empregado de escritório da CP (detido pela quarta vez). Da comissão de apoio à candidatura do “general sem medo”, foram posteriormente presos nos meados de Junho, António José da Costa, operário da CUF (detido pela 2^a vez), e António Camacho.

O resultado eleitoral de 10 de Junho no Barreiro: 12973 votos em Américo Tomás, e 5904 votos em Humberto Delgado, foi manipulado como em todo o País, com fraudulentas “chapeladas”, em que grupos de serventuários (incluindo religiosos) percorriam várias mesas votando em todas elas. Até os mortos votaram!...

- Era muito elevado o preço pago por todos os que lutavam pela dignidade, pela liberdade e pela justiça social, no trabalho e na vida. Por isso foi justo que o Barreiro conhecesse alguns dos autores da desgraça, pelo menos os mais notórios bufos e informadores, que nas décadas de 40 e 50, infernizavam o quotidiano nas fábricas, nas oficinas e nos bairros habitacionais, com a publicação de um documento nos finais de 50, distribuído clandestina e profusamente em toda a vila. Na prática era impossível distingui-los os lacaios das hierarquias e do patronato, dos informadores da polícia política (PVDE depois PIDE), a troco de dinheiro e de prebendas.

As duas redes intrincadas, estavam interpenetradas e no concreto funcionavam como se fossem uma única, onde se distinguiram (em muitos casos mais conhecidos pelas alcunhas), num universo de dezenas de outros: Agostinho Maneta, António Fiscal, Arre Boi, Águia Negra, Barulho, Catita, Chico do Onze, Dagoberto, Francês, General Mola, Inácio Ferreira, João do Bombo, Marreco do Sabão, Nunes (Legião), Pencudo, Tiago, Teixeira Gordo, Veríssimo e Vicente Papa-Ratos.

- No dia 5 de Outubro de 1960, na casa que fora do republicano Manuel Guedes, agora habitada por Manuel e Maria Cabanas, comemorava-se o 50º aniversário da República. Comandada pelo capitão Crispim, com o famigerado sargento Reis à ilharga e dezenas de guardas de espingarda em riste, a GNR interrompe violentamente a pacífica efeméride. Os “gnr’s” varrem à coronhada e prendem a eito, ao todo cerca de oito dezenas de democratas que são transportados para um armazém cedido (mais uma vez!) pela administração da CUF. Durante toda a noite foram interrogados pela GNR e PIDE e ficaram detidos, Manuel Cabanas e Germano Madeira (pela quinta e quarta vez, respectivamente), José Noronha, Artur Tavares e Osvaldo Azenha, enviados pela manhã para a sede da polícia política, para um longo calvário de maus tratos.

- Na sequência da tentativa revolucionária da tomada do quartel de Infantaria de Beja, na madrugada do dia 1 de Janeiro de 1962, foram presos e julgados em tribunal plenário, após um longo período de sevícias e torturas, por nela terem participado directa ou indirectamente, os cidadãos do Barreiro: António Barbado, António Pica, Armindo Canas, Artur Tavares, Bernardino Fera, Domingos de Oliveira, Francisco Lobo, Germano Madeira pela 5^a vez, João Farinha, José Noronha, José Artur e Vitor Zacarias (José Artur e Fera eram de Alhos Vedros e trabalhavam nas

oficinas da CP). Acusados alguns também, de pertencerem ao Partido Comunista Português, foram condenados a muitos meses de cárcere. Tal aconteceria igualmente aos cerca de cem antifascistas envolvidos na acção revolucionária inspirada por Humberto Delgado e Manuel Serra, que teve como principal intérprete o capitão João Varela Gomes.

- Terra de ideias e sentimentos democráticos, gerados pelo seu cariz eminentemente operário, o Barreiro possuía uma camada intelectual atenta às realidades, que tomava posições progressistas contra a mordaça, o obscurantismo e a repressão do regime salazarista.

Em vários locais de tertúlia discutia-se por vezes de forma acalorada, os greves problemas nacionais. O café Tico-Tico, em pleno centro da vila, era dos mais animados, mas a desgraçada rede de bufos estava por todo o lado, farejando, ouvindo, inventando, relatando!...

Em Novembro de 1962, foi formalmente acusado de pertencer ao clandestino Partido Comunista Português, o médico Alcino Furtado Fragoso, pronunciado por tentar aliciar, Miguel de Sousa, Amilcar Mota, Helder Ribeiro e os professores Seixas e António Real. Todos estes foram detidos pela PIDE mas não chegaram a ser inculpados, sendo libertados após interrogatórios mais ou menos prolongados.

- Na sequência das grandes manifestações do 1º de Maio de 1962, no Barreiro e na Baixa da Banheira, com milhares de pessoas nas ruas enfrentando valentemente as forças repressivas da GNR, respondendo com pedradas às violentas cargas policiais, foram presas e levadas para Caxias: Vitória do Carmo, Domingas Silva e Rosete Rodrigues. Sujeitas, durante várias semanas, a interrogatórios e maus tratos, não foram pronunciadas quando da libertação já em pleno Verão.

- Em Março e em Maio de 1963, mais de uma dezena de trabalhadores ferroviários do Barreiro, foram julgados no famigerado Tribunal Plenário de Lisboa, por acusadores e juízes submissos, em dois processos forjados pela PIDE. Repetindo os habituais quesitos acusatórios, de “actividades subversivas contra a segurança do Estado e militância no clandestino Partido Comunista Português”, o tribunal condenou 14 operários da CP, sujeitos a torturas e sevícias nos interrogatórios na António Maria Cardoso e/ou no reduto Norte de Caxias. A polícia política arrancava dos detidos confirmações para fugirem aos tormentos, em situações que marcavam profundamente os presos para o resto da vida. Foram condenados neste processo os ferroviários: Adelino Ribeiro, Américo Bonito, Argélia Abreu, Carlos Lobato, Domingos Santos, Joaquim Barbosa, João Caeiro, João Sá, Jorge Caeiro, José Canudo, José Noronha, Leonel Cardoso, Lídio Vales e Rogério de Carvalho.

- Em 11 de Novembro de 1967, assinalando o nono aniversário, o Cine-Clube do Barreiro, organizou no ginásio do Luso Futebol Clube, em colaboração com este, uma sessão de canto e poesia com a participação de José Afonso, Adriano Correia de Oliveira, Mário Barroso, Carlos Paredes, Fernando Alvim, Teresa Paula Brito e Odete Santos.

Com a sala apinhada e grande fervor democrático, viveu-se uma das páginas mais vibrantes de música e poesia da resistência, que acarrateria nos dias seguintes a “vingança” da polícia de Salazar e Silva Pais, com a prisão de toda a direcção cineclubista, nomeadamente: Álvaro Monteiro, António E.

Santo, António Porfírio, Alberto Gutierrez, Artur David, Carlos Palácios (Beto), José Nazário, libertados após interrogatório, excepto os dois primeiros.

- Foi determinante o papel das mulheres operárias, intelectuais, empregadas, domésticas, ao longo de decénios de luta de resistência antifascista e de procura de um futuro melhor. Desde muito cedo chamadas ao mercado de trabalho industrial, onde são superexploradas e discriminadas, ou trabalhando abnegadamente na clandestinidade política necessária, participando nas primeiras filas dos protestos e manifestações contra o regime, as mulheres do Barreiro, porque aqui nasceram ou para cá vieram trabalhar e/ou constituir família, companheiras, mães e irmãs, na mesma saga de trabalho, resistência e luta, merecem o registo nominal que as liberte da lei do esquecimento. Entre muitas outras, assinalamos aquelas que mais porfiaram por um mundo novo a sério, que em Abril se começou a construir: Adelaide Silva, Adélia Terruta, Albertina (Tina), Amália Valegas, Amélia Janeiro, Ana Vinagre, Apolónia Teixeira, Conceição Gusmão, Conceição Matos, Constância Jorge, Cristina Ameixa, Delfina Fernandes, Deolinda Santos, Diamantina Estrela, Domingas Silva, Eduarda Fernandes, Elisa Penim (Ruça), Ema Duro, Emília Ramos, Ercília Talhadas, Eulália Vaz, Eveline Matos, Fernanda Moreno, Fernanda Porfírio, Fernanda Reis, Fernanda Santos, Francisca Barreto (Chiquinha), Francisca Costa (Chica), Georgete Ferreira, Georgina, Germana (Germaninha), Helena Rita, Ivone Antunes, Isabel do Carmo, Isabel Hernandez, Júlia Encarnação, Joaquina Rebelo, Laurinda Gervásio, Laurência Madeira (Germana), Leonor Bucho, Lucinda Costa, Lucinda Lopes, Lucinda Carrusca, Luísa Araújo, Luisa Cadeireiro, Lurdes Carvalho, Manuela Covas, Margarida E. Santo, Mariana Costa, Maria Amélia, Maria Augusta, Maria Augusta Carrusca, Maria Beatriz, Maria Botas, Maria José, Maria de Jesus Pelengana, Maria Júlia Carvalho, Maria Leonor (Minô), Maria Pinto Ferreira (Pintinha), Maria Ramalha, Matilde Ramalho, Odete Dias, Odete Martins, Odete Negrão, Odete Vanzeller, Rosa Duro, Rosete Rodrigues, Tomásia Baptista, Vitalina Machado, Vitória Bucho, Vitória Carmo e Zulmira Vieira.

- António Ferreira, conhecido desde a adolescência por “Marmelada”, foi um líder esclarecido da aguerrida classe corticeira, sempre na primeira linha de combate nas inúmeras lutas travadas nos anos 40, 50 e 60. Preso em 1964, como revolucionário comunista na região do Porto, foi julgado no Tribunal Plenário onde denunciou as torturas sofridas às mãos da PIDE. Cumpria as famigeradas medidas de segurança após o termo da condenação, quando foi libertado condicionalmente, em Julho de 1970, por se encontrar gravemente doente e pela pressão da solidariedade desenvolvida à sua volta. Este barreirense generoso viria a falecer no Porto, de doença prolongada agravada na prisão, em finais desse ano.

- A grande campanha política democrática em 1969, deixou muito preocupados os decisores fascistas, assustados pela envergadura do apoio popular. Como noutras alturas fizera Salazar, Marcelo Caetano, apesar do discurso demagógico, mandou Silva Pais soltar os “cães de fila” da PIDE, rebaptizada de DGS, para mais uma vez tentar “quebrar a espinha à oposição”.

Na madrugada do dia 3 de Maio de 1970, são presos em casa, os ex-candidatos e dirigentes da CDE do Distrito de Setúbal; Alfredo Matos, Álvaro Monteiro, António Gonçalves, Carlos Lopes, Fernando Carlos (Gravatinha), Leonel Coelho, Staline Rodrigues e Zacarias

Fernandes. A revolta consequente alastrou na vila como fogo em mecha acesa, e ainda durante a manhã centenas de pessoas juntaram-se numa acção de protesto frente à Câmara Municipal e à casa do deputado à Assembleia Nacional, Olímpio Pereira. À tarde já eram milhares (cerca de 7000) a subirem a rua Dr. Manuel Pacheco Nobre, quando apareceram as forças repressivas da GNR, travando-se então autênticas batalhas campais de pedras contra a cavalaria e os bastões. São presos mais de uma dezena de jovens, entre eles: Bento Serrano, Carlos Godinho, Francisco Pinheiro, Maria de Jesus Pelengana, Vitor S. Lopes, (Fernando Libório e José Jordão foram detidos no dia seguinte). Irão ser “esprimidos” em Caxias durante várias semanas, até serem libertados sem culpa formada. O ferroviário Zé Jordão foi selvaticamente espancado no Posto da GNR pelos famigerados sargento Reis, cabos Zé e “Cabra Alta”, antes de ser entregue à PIDE/DGS.

- Em Novembro de 1970, no julgamento dos presos de 3 de Maio (serão todos absolvidos), houve incidentes à porta do tribunal da boa Hora e foram detidos: Vitor Simões, José Calado e Manuel Calado. Nesse ano foram ainda presos, Manuel Cabanas, em Junho (pela sexta vez), e Daniel Beles, em Agosto, todos residentes no Barreiro.

- Em consequência da extraordinária luta dos ferroviários que Compreendeu: a paralisação de uma hora a nível nacional, em 20 de Outubro de 1969; a “greve de luto”, da braçadeira negra, durante mais de um mês nos fins de 69; e a entrega de um abaixo assinado nacional nos finais de 1970, foram despedidos sem fundamentação uma dezena de trabalhadores, quatro dos quais ferroviários barreirenses; Armindo Teixeira, Leopoldo Alves, Manuel Madeira e Valente Júnior. Só serão readmitidos após o 25 de Abril.

- Dirigente sindical dos bancários do Sul e Ilhas e um dos fundadores da Intersindical, Daniel Cabrita, com um passado de activista político e cultural no Barreiro natal, foi preso em Maio de 1971, sendo sujeito a torturas e maus tratos, com que a DGS/PIDE continuava a mimosear os detidos. Foi alvo entretanto de uma das maiores manifestações de solidariedade política de que há memória, por parte de milhares de bancários de Lisboa (também no Porto) com protestos de rua durante mais de um mês, exigindo a sua libertação e enfrentando as cargas da polícia de choque na Baixa lisboeta.

Nessa altura foram presos no Barreiro, vítimas da mesma traição política, que infelizmente também as houve ao longo da dura luta contra o regime fascista: Júlio Freire, Álvaro Monteiro (pela 3ª vez) e Faustino Reis.

- Ainda no ano de 1971, foram presos no Barreiro, por actividades antifascistas: João Lobo e José Manuel Calado, em Agosto, e Artílio Batista (pai) em Novembro. Seria libertado em Fevereiro de 1972.

- Na Companhia União Fabril, onde a acção reivindicativa se mantinha intensa, na luta por melhores condições de vida e de trabalho, a repressão nunca deu tréguas. Ainda em 1970 foram presos José Cunha e Jorge Matos. Nessa altura foram obrigados a sair do país,

António Brito e Palma Cadeireiro, que a polícia política não conseguiu apanhar no assalto às respectivas casas. Em 1971 foram presos João Baião e João Marques, trabalhadores da CUF.

- Um grupo de jovens que em Abril de 1972, distribuía flores no mercado municipal (cravos vermelhos), e recolhia contribuições para os presos políticos, foi interceptado por um fiscal “bufo” que chamou a Guarda Republicana. Detidos por uma patrulha e entregues depois à PIDE/DGS, António Madeira, António Pedro, Deolinda Santos, Eulália Vaz, Joaquim Porfírio, José M. Cabaço, Leonor Duarte e Maria Odete Negrão, foram transportados para Caxias e submetidos a interrogatórios e ameaças durante vários dias, apesar da pronta acção das famílias apoiadas pela Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos.

Uma delegação composta por Lindley Cintra, Cecília Areosa Feio e Levy Batista, juntamente com vários familiares e amigos, deslocou-se à residência do 1º Ministro, Marcelo Caetano, no bairro de Alvalade, onde fez a entrega ao responsável da segurança, de um abaixo assinado exigindo a libertação dos jovens barreirenses, cujo único “crime” fora distribuir cravos vermelhos (numa antevisão histórica do 25 de Abril) na praça do Barreiro (mercado 1º de Maio), em nome da libertação dos presos políticos.

- A luta contra a guerra colonial radicalizou-se no início dos anos 70. Nas escolas, nas fábricas, nas ruas, a juventude protestava o fim da guerra e furtava-se à incorporação. Dentro do aparelho militarista, nos quartéis e aquartelamentos, no próprio teatro de operações em África, crescia o protesto e a resistência dos milicianos e muitos militares profissionais ganhavam consciênciada situação.

Em Novembro de 1972, foi preso em Moçambique, em pleno cenário de guerra, o jovem barreirense, Armando Teixeira, posteriormente entregue à PIDE em Lourenço Marques (Machava), e transferido para o reduto de torturas em Caxias, sendo julgado e condenado por actividades anti-colonialistas.

Em Dezembro de 1972, o funeral do jovem antifascista barreirense Luís Fuste, morto na guerra em Angola, constituiu uma grande manifestação de repúdio e denúncia. Dezenas de jovens gritaram no Bairro Miranda donde saiu o férretro, e no cemitério da Vila Chã, onde foi sepultado, com grande aparato policial: “Fim à guerra colonial!”.

- A juventude mostrava-se particularmente aguerrida e combativa nos meados dos anos 70: nas universidades, nas reivindicações nas fábricas, nas manifestações de protesto na rua, na acção cultural progressista nas colectividades, na luta política contra a guerra.

Por outro lado a polícia política, PIDE/DGS, desesperava para sustentar o regime cada vez mais isolado socialmente, aumentando as torturas e os maus tratos e multiplicando as prisões em todo o país.

No Barreiro, em inícios de Maio de 1973, foram detidos João Mário Godinho e João Fialho. No final do mês, o jovem revolucionário Álvaro Pato, foi preso na Penalva, vítima de uma denúncia do “infiltrado” provocador Rui Ameixa. Em Outubro de 1973, foi detido o democrata e dirigente católico, Manuel Felizardo, barreirense de adopção.

Nas vésperas do 25 de Abril, a polícia política preparava-se para uma grande operação repressiva, segundo documentação apreendida na Câmara Municipal após a revolução, com dezenas de detenções

na margem Sul. Não o permitiram os militares progressistas que cumpriram um desígnio histórico, e, com o povo português acabaram o reinado fascista.

APÊNDICE 3

MORTOS DO CONCELHO DO BARREIRO NA GUERRA COLONIAL

Na longa e trágica guerra colonial perpetrada durante 13 anos pelo regime fascista e colonialista de Oliveira Salazar e Marcelo Caetano, em Angola, Guiné e Moçambique, foi muito elevado o preço pago pela juventude portuguesa em sangue, estropiações e morte. Não há aldeia, vila ou cidade que não tenha as suas vítimas, não há português que não tenha familiar ou amigo na lembrança triste do luto eterno.

O Barreiro tem os seus mortos na memória colectiva de uma tragédia criminosamente imposta pelo mesmo sistema de ditadura que em Portugal (e nesta terra de trabalho, resistência e luta, que ora revisitamos) explorava, reprimia, prendia, torturava e matava. Ao publicarmos os seus nomes prestamos singela homenagem à juventude obrigada a vestir a farda de soldado e a morrer matando outros jovens, com outra cor de pele mas de igual sangue vermelho, que lutavam pela independência da sua terra.

Sobretudo conclamamos a atenção dos muitos milhares de portugueses que sobrevivendo embora a uma experiência profundamente traumatizante, ficaram para sempre marcados no espírito e na alma; não deixem de transmitir aos vossos filhos e netos, às gerações que não tiveram de conhecer o flagelo, as vivências sem tabus do sacrifício injusto e injustificado, imposto pelos criminosos civis e militares depostos em Abril de 1974.

Outros militares, patriotas assumiram a consciência e a responsabilidade perante a Pátria e a

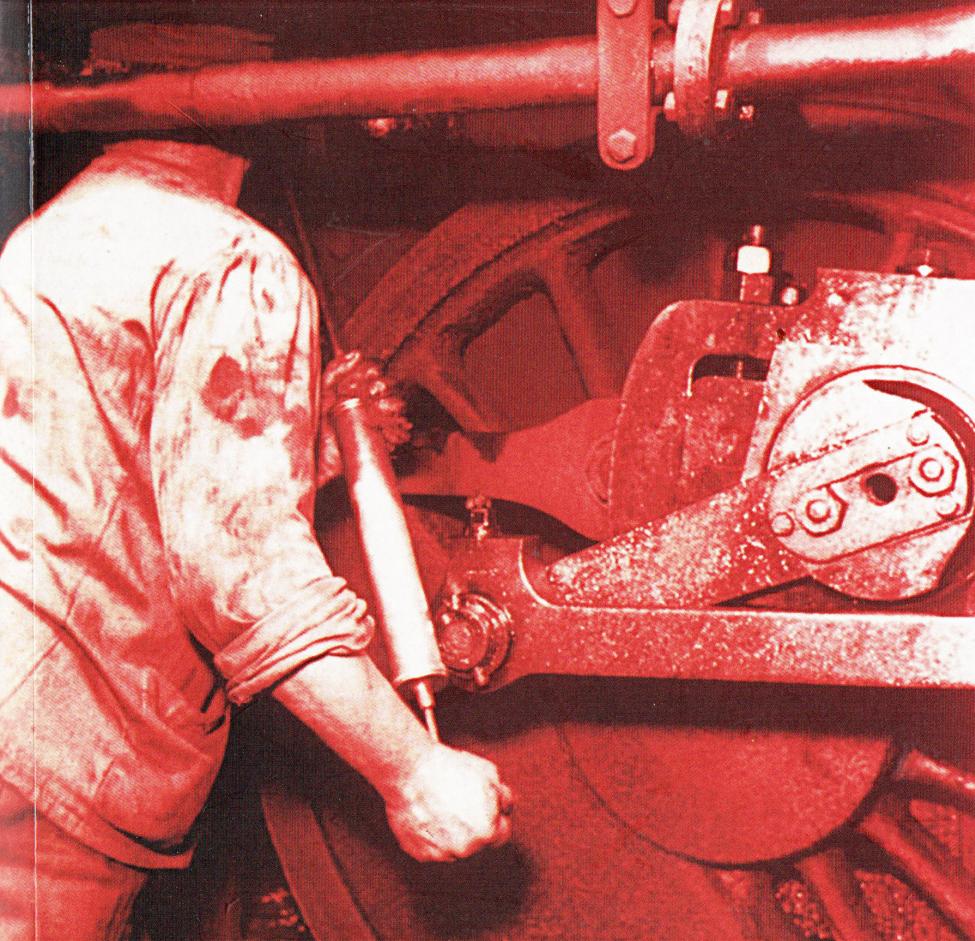
História de abrir o caminho da liberdade, do fim da guerra e da tardia descolonização, dando finalmente novos mundos ao mundo.

Conhecendo e percebendo o nosso trajecto recente de tirania e opressão fascista e colonial, da luta pela libertação e da revolução democrática, entendemos melhor os outros conflitos e guerras que continuam a dilacerar o Mundo. Poderemos assim fazer diferente dos nossos igrejos avós que nos puseram a marchar contra os canhões, ajudando a construir um futuro de paz e dignidade para todos os povos.

Mortos na Guerra Colonial

Nome	Posto	Ramo	Teatro de operações	Unidade Mobiliadora	Unidade Operacional	Freguesia Naturalidade	Concelho	Data	Motivo
Armando Barbosa dos Santos	Soldado	EXE	Angola	B19	CCaç3323/BCaç383D	Barreiro	Barreiro	23-05-1972	Acidente
Arné Constantino dos Santos	Soldado	EXE	Moçambique	RE1	CEng551	Palhais	Barreiro	25-05-1965	Combate
Francisco Fernandes de Carvalho	CAP	FAP	Angola	AB1	BA 9	Barreiro	Barreiro	10-11-1961	Acidente
Henrique Barreira da Cruz Guerreiro	Soldado	EXE	Moçambique	RI 16	CCaç554/BCAÇ14	Lavradio	Barreiro	19-10-1965	Combate
João Lourenço Vences Barroso	soldado	FAP	Guiné	RCP	BCP 12	Palhais	Barreiro	21-12-1969	Combate
José António Ferreira Domingos	Soldado	EXE	Angola	RI15	CCaç552/BCaç554	Lavradio	Barreiro	12-05-1964	Combate
José Luis dos Santos Gomes Regra	Soldado	FAP	Moçambique	RCP	BCP 32	Palhais	Barreiro	19-03-1973	Acidente
José Luis Teixeira	Soldado	EXE	Guiné	RC3	CCav1551/BCav1935	Barreiro	Barreiro	17-04-1967	Combate

José Manuel Marta Bento									26-01- 1971	Combate
Luis Manuel Ramos Fuste	Soldado	EXE	Angola	CIC	26. ^a Ccmos	Lavradio	Barreiro		14-08- 1972	Combate
Manuel Cândido Dias Rodrigues	FUR	EXE	Angola	RC4	CCav3361/ BCav3845	Barreiro	Barreiro		30-09- 1974	Acidente
Rodrigo da Conceição Batista Russo	FUR	EXE	Moçambique	BI16	2. ^a BCaç48 11/72	Lavradio	Barreiro		19-07- 1963	Acidente



BARREIRO,

ROTEIRO DAS MEMÓRIAS
da Resistência, do Trabalho e da Luta

Armando Sousa Teixeira